UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANDREZA ESTEVAM NORONHA

A PRODUÇÃO DA CRIANÇA REFUGIADA A PARTIR DAS FOTOGRAFIAS NOS DOCUMENTOS DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR)

Santa Cruz do Sul

2020

ANDREZA ESTEVAM NORONHA

A PRODUÇÃO DA CRIANÇA REFUGIADA A PARTIR DAS FOTOGRAFIAS NOS DOCUMENTOS DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, na Linha de Pesquisa Educação Cultura e Produção de Sujeitos.

Orientação: Profa. Dra. Betina Hillesheim.

Santa Cruz do Sul

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Noronha, Andreza Estevam
A produção da criança refugiada a partir das fotografias nos documentos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) / Andreza Estevam Noronha. – 2020.
147 f. : il. ; 29 cm.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Betina Hillesheim.

1. Refúgio. 2. Infância. 3. Crianças. 4. Migração. I. Hillesheim, Betina. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANDREZA ESTEVAM NORONHA

A PRODUÇÃO DA CRIANÇA REFUGIADA A PARTIR DAS FOTOGRAFIAS NOS DOCUMENTOS DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, na Linha de Pesquisa Educação Cultura e Produção de Sujeitos.

Dra. Betina Hillesheim
Professora Orientadora - PPGEDU – UNISC

Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi
Professora Examinadora – UFRGS

Dra. Cristiane Maria Frammer Rocha
Professora examinadora – UFRGS

Dra. Vera Costa Somavilla
Professora examinadora – UNISC

Dr. Mozart Linhares da Silva
Professor examinador – UNISC

Santa Cruz do Sul
2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela possibilidade de realizar este doutorado com a bolsa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (PROSUC), na modalidade I.

Agradecer a minha família que sempre me apoiou, incentivou-me a estudar incessantemente e estimulou todas as minhas curiosidades. Minha mãe Silvia, meu pai João Geraldo, meu irmão Andrius, minha cunhada Karol, minha madrinha Ceres e meu primo Vitor, obrigada por tudo. Acredito que a curiosidade é o combustível do pesquisador.

Agradecer a minha orientadora, professora Betina Hillesheim, que me inspira tanto como pessoa quanto profissionalmente. Foram 6 anos, juntando mestrado e doutorado, com muito aprendizado e afeto por alguém, no mínimo, incrível.

Agradecer ao grupo de estudos "Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos", que sempre esteve disposto a ler e reler a construção desta tese; ao professor Camilo; aos colegas e amigos Gisele D., Letícia B., Letícia H., Giulia L., Douglas W., Fernanda P., Luisa K., Varder Jr. e Kátia F. Todos vocês, direta ou indiretamente, contribuíram muito para este trabalho. Agradecer também à professora Adriana Thoma (*in memoriam*), de quem tenho até hoje os papéis das anotações que me ajudaram pensar alguns aspectos desta tese.

Dentro desse grupo agradeço, especialmente, a Rita Quadros e a Caroline Couto, que, na reta final, acompanharam-me incessantemente, trazendo leituras e entendimentos que foram necessários. Vocês foram fundamentais nesta tese, serei eternamente grata pelas conversas, sejam elas teóricas, sejam elas de coisas da vida. Muito obrigada!

Aos professores da banca: Mozart Linhares, Vera Somavilla, Neuza Guareschi e Cristiane Frammer. Cada contribuição de vocês foi pensada e colocada em algum grau nesta versão. Agradeço pelos direcionamentos que esta tese tomou graças a vocês. Ao professor Camilo Darsiê que esteve na minha banca de qualificação.

Agradecer imensamente a Adriane que, com muito afeto, carinho e companheirismo também contribuiu e contribui para que não faltasse o essencial na vida de pesquisadora e professora. Há pessoas que aparecem em nossa vida para nos lembrar o quanto podemos. Obrigada!

Agradecer, também, a alguns colegas de trabalho, da Universidade Federal do Amapá: Cássia Hack, Demilto Yamaguchi e Carlos Wagner Farias, que estão mais próximos. O incentivo de vocês foi o máximo. Carregarei vocês comigo sempre.

Agradeço a Adriany Morais, por revisar e corrigir o texto final para que esta tese pudesse ser publicada.

Agradecer aos amigos que a pós-graduação me trouxe: Patrícia Krieger, Carina Kirst, Rafaela Rech, Camila da Rosa, Gabrielly Winter, Marisa Bueno, Hosannah Bandeira, Amanda Cappellari e Carolina Siqueira. Amigos de fora da pós graduação, que me levaram para dentro e que também levei: Daiane Kipper e Carla Mergen, que, além de tudo, foram minhas colegas de trabalho.

A todos que passaram nos últimos 4 ou 6 anos da minha vida, contribuindo para minha escrita, tanto no mestrado quanto no doutorado, cujos nomes esqueci-me de citar, obrigada e desculpa por não citar.

NORONHA, Andreza Estevam. A produção da criança refugiada a partir das fotografias nos documentos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). 2020. Orientadora: Prof. Dra. Betina Hillesheim. 145 f. il. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2020.

RESUMO

Esta tese problematiza a produção da criança refugiada a partir das fotografias presentes nas cartilhas e documentos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). As fotografias são compreendidas a partir de Kossoy (2007) e Sontag (2004) como registro e congelamento de um tempo-espaço, produzindo um registro de um determinado momento. Já as agências supranacionais são compreendidas aqui a partir de Hardt e Negri (2001), como uma nova ordem mundial com traços de Império, pois não há limites para seus territórios de atuação, ainda que tais agências se coloquem como orientadas a partir do respeito à soberania do Estados-Nação. Por infância entendo esse espaço-tempo ocidentalizado, em que há um cuidado com o sujeito ativo nessa ideia, a criança. É a partir desses conceitos que esta tese vai operando o olhar sobre as fotografias das crianças nos documentos do ACNUR, a partir daquilo que a Butler (2015) chama de moldura. É a partir da emolduração das fotografias que foi possível perceber um processo de comoção em relação às crianças, conforme esses registros as retratavam nos países de destino. Das 70 fotografias analisadas, 15 foram utilizadas para a análise, pois continham as crianças em primeiro plano. A análise foi feita a partir da ideia de infância e de como o conceito de comoção pode ser utilizado para que sejam essas crianças vidas passíveis de luto; e uma análise dos papéis do ACNUR enquanto agência supra nacional que visa proteger o refugiado. Por fim, é possível perceber o processo de comoção aliado à condição infantil e à maneira como as crianças são enquadradas em ambientes educativos, visa despertar o desejo de proteção que se estabelece quando apreendemos a precariedade dessas vidas. Essas fotografias, mais do que informar os êxitos de um trabalho necessário, convidam-nos a refletir sobre as normas do humano com as quais nos conformamos e sobre os limites de nossa própria noção de humanidade.

Palavras-chave: Refúgio. Crianças. Infância. Migração.

NORONHA, Andreza Estevam. The production of the refugee child on the photographs in the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) documents. 2020. Advisor: Professor Betina Hillesheim. 145 f. il. Thesis (Doctorate in Education) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2020.

ABSTRACT

This thesis problematizes the production of the refugee child on the photographs present in the booklets and documents of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). Photografy is understood by Kossoy (2007) and Sontag (2004) as a record and freezing of a space and time, producing a record of a specific moment. Supranational agencies, on the other hand, are understood here from Hardt and Negri (2001), like part this of a new world order with traces of Empire, as there are no limits to their territories of operation, even though such agencies are placed as oriented from the respect to the sovereignty of nation states. By childhood I mean this westernized time space in which there is a care for the active subject in this idea, the child. It is based on these concepts that this thesis operates looking at the photographs of children in UNHCR documents based on what Butler (2015) calls a frame. It is from the framing of the photographs that it was possible to perceive a process of whitening children as the photographs were portraying children in the destination countries. Of the 70 photographs analyzed, 15 were used for the analisys because they showed the children in the front. The analysis was made from the idea of childhood and how the concept of commotion can be used to make these children as lives capable of mourning; and an analysis of UNHCR's roles as a supreme national agency that aims to protect the refugee. Finally, it is possible to perceive a process of commotion combined with the condition of children and the way children are placed in educational environments, it aims to awaken the desire for protection that is established when we apprehend the precariousness of these lives. These photographs, more than informing the successes of a necessary work, invite us to reflect on the norms of the human to which we conform and on the limits of our own notion of humanity.

Keywords: refugee; child; childhood; migration

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Documentos retirados da seção Publicações do site do ACNUR que contém fotografias 44

Quadro 2- Quantitativo de fotografias dos documentos do ACNUR que têm presente o refugiado 45

Quadro 3- Quantitativo de fotografias dos documentos do ACNUR com a etiqueta "criança" 47

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	**9**
1	**REFÚGIO E INFÂNCIA: O COMEÇO DA JORNADA FOTOGRÁFICA**	**17**
1.1	**Fotografias, enquadramento e produção de verdades**	**18**
1.1.1	**Vidas precárias e vidas enlutáveis: a produção das crianças refugiadas**	**28**
1.2	**Refúgio e enquadramento**	**31**
1.3	**Infância, crianças e enquadramentos**	**36**
2	**AS FOTOGRAFIAS E O ACNUR: DA MOLDURA À VIDA ENLUTÁVEL DAS CRIANÇAS REFUGIADAS**	**41**
2.1	**Possibilidades de ver as fotografias: o processo metodológico**	**42**
2.2	**Olhar os documentos, as fotografias, as crianças**	**44**
2.3	**Os documentos: como os mesmos molduram as crianças**	**47**
2.4	**As crianças no primeiro plano fotográfico**	**53**
3	**AS AGÊNCIAS SUPRANACIONAIS**	**58**
3.1	**Agências em busca da infância para crianças**	**60**
3.2	**O ACNUR e a problemática dos refugiados**	**61**
3.3	**ACNUR e a infância para crianças**	**64**
4	**PENSAR AS FOTOGRAFIAS**	**72**
5	**AS CRIANÇAS NAS FOTOGRAFIAS DOS DOCUMENTOS DO ACNUR: AS AÇÕES, A COMOÇÃO E O LUTO**	**87**
5.1	**As crianças refugias e a busca pela infância**	**88**
5.2	**Fotografias como produtoras do sujeito criança refugiada nos documentos do ACNUR**	**91**
5.3	**O ACNUR, os fluxos migratórios e as ações para as crianças que migram**	**95**
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	**100**
	REFERÊNCIAS	**103**
	ANEXOS	**110**

INTRODUÇÃO

Esta tese problematiza a produção da criança refugiada a partir das fotografias presentes nas cartilhas e documentos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Trata-se de mostrar, a partir da análise realizada, que, em algum nível, há um processo de precarização a respeito do percurso de deslocamento das crianças ao longo da jornada do ser/estar refugiado, para que passem a ser vidas enlutáveis. Para tanto, faz-se necessário contextualizar os modos de condução e produção da pesquisa.

Migração é todo processo de deslocamento de um lugar a outro e, para esta tese, estamos tratando das migrações internacionais, que se subdividem em vários tipos: migrações internas, migrações internacionais, migrações para estudo/trabalho, migrações clandestinas, migrações forçadas, situações de refúgio, asilo político etc. Especificamente, esta tese discorre sobre os refugiados e sobre uma população específica de refugiados: as crianças.

Quando Foucault (2013) coloca, em sua entrevista de 1979, que, talvez o problema dos refugiados de guerras vietnamitas não fosse um caso isolado ou apenas uma "[...] sequela do passado, mas [...] um presságio do futuro." (p. 288), foco-me em tentar entender como chegamos à situação dos grandes fluxos migratórios atuais, que registram um aumento expressivo de pessoas sob a condição de refugiados, talvez tentando fugir de um (nada) simples presságio do autor referido. É necessário destacar que não ouso escrever na tentativa de trazer uma verdade absoluta, mas, sim, de buscar compreender e problematizar, a partir da área de estudos da Educação, os modos pelos quais as fotografias das crianças em situação de refúgio são postas em circulação.

Ao analisar as fotografias produzidas pelo ACNUR, mais especificamente, as fotografias das crianças, é necessário compreender o que significa essa agência. Trata-se de uma divisão específica da Organização das Nações Unidas (ONU), voltada ao cuidado e acolhimento de pessoas em situação de refúgio. Também é responsável por arrecadar doações que viabilizem o trabalho de orientação e fiscalização, realizado junto aos países que recebem refugiados. As arrecadações são feitas a partir de campanhas específicas, relacionadas a determinados territórios e a situações pontuais; e de caráter permanente, para a manutenção de campos de refugiados.

O ACNUR produz documentos, relatórios e estatísticas a respeito das situações de refúgio no mundo. Essa produção é feita nos mais diversos idiomas, incluindo o português, na versão

brasileira. Esses documentos tentam, de alguma forma, conduzir e educar o olhar do leitor, para que ele seja sensibilizado. São informativos para quem chega, e, principalmente, para a população que recebe os refugiados.

Bauman (2017) afirma que o fluxo de refugiados salta de 20 milhões, na década de 1960, para 60 milhões, no início dos anos 2000. Segundo o autor, um dos fatores que fizeram esse número aumentar exponencialmente foi a "[...] migração [de pessoas][1] dos países pobres, para os ricos." (p. 13). O autor afirma que

> O fluxo de refugiados impulsionados pelo regime de violência arbitrária a abandonar suas casas e propriedades consideradas preciosas, de pessoas buscando abrigo dos campos de matança, acrescentou-se ao fluxo constante dos chamados "migrantes econômicos", estimulados pelo desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde: de terras empobrecidas, sem perspectiva alguma, para lugares de sonho, ricos em oportunidades. (BAUMAN, 2017, p. 12).

Conforme reportagem do site G1 (2019), atualmente o número de refugiados ultrapassou a marca dos 70 milhões, sendo mais de 50% dessa população menor de idade. No ano anterior, 2018, o número de crianças refugiadas havia chegado a 52% de toda a população de refugiados no mundo. Segundo a autora da reportagem, Cazarré, em 2017 houve um recorde de pessoas consideradas refugiadas, sendo essa população de aproximadamente 68,5 milhões.

Os dados a respeito das pessoas em situação de refúgio são complexos. O próprio ACNUR divulgou, em relatório publicado em 2019, que a marca de 70,8 milhões de pessoas se refere a situações amplas de deslocamento forçado, que podem ser associadas ao refúgio. Entretanto, a agência da ONU indicou que, deste montante, 25,9 milhões são refugiados reconhecidos, dos quais 50% são pessoas com menos de 18 anos. Desse modo, vale destacar que os dados estatísticos específicos relacionados às crianças refugiadas são escassos, de forma que pode haver discrepâncias em relação aos dados, que variam conforme as fontes utilizadas.

Esses números mostram que o fluxo de refugiados não tende a diminuir. Tais questões tornam relevantes trabalhos sobre essa temática, assim como suas especificidades. Mas como posso falar sobre um tema tão delicado a partir dos documentos produzidos pelo ACNUR? De onde falo?

Formei-me em 2009, no curso de Licenciatura em Educação Física, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Meu Trabalho de Conclusão foi sobre os Temas Transversais nas aulas de Educação Física. Em seguida, fui para a Residência em Saúde Mental Coletiva, na Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP-RS), onde escrevi sobre os aspectos

1 Acréscimo meu.

teóricos e legais que abarcam a atuação da Educação Física na Saúde Mental. Em 2013, após aprovação em concurso público em Santa Cruz do Sul, comecei a atuar como professora na Educação Básica, onde fiquei por 3 anos. Em 2014, ingressei no Mestrado em Educação na UNISC, na Linha de Pesquisa Educação Cultura e Produção de Sujeitos, sob orientação da professora Betina Hillesheim, tendo desenvolvido a dissertação sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade a partir dos Manuais Diagnósticos de Psiquiatria. Por fim, em 2016, iniciei o Doutorado no mesmo programa, instituição, linha de pesquisa e com a mesma orientadora, lançando-me ao desafio de pesquisar sobre refugiados e migrantes, visto que o grupo de pesquisa "Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos", coordenado pelos professores Betina Hillesheim e Camilo Darsiê de Souza, tem se dedicado a essa temática.

Algo em comum a esses dois últimos momentos da minha vida acadêmica (mestrado e doutorado) é o fato de me debruçar sobre documentos e descrever/analisar/problematizar como os sujeitos são produzidos. No mestrado: como sujeitos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) estão sendo produzidos a partir dos manuais psiquiátricos? Já no doutorado: como a ideia de criança refugiada está sendo produzida a partir das imagens dos documentos do ACNUR? Outro ponto em comum a ambos os casos: a Associação Americana de Psiquiatria (APA) traz/descreve o diagnóstico e, de alguma maneira, dá um suporte (indiretamente) para esses sujeitos; o ACNUR, por sua vez, determina a condição de refugiado e dá suporte aos sujeitos em condição de refúgio.

Minha pesquisa está, junto a outros estudos conduzidos pelo grupo de pesquisa, preocupada com as questões das migrações. Alguns têm pesquisado o trabalho dos imigrantes, outras pesquisas do grupo tratam de populações específicas, tais como as crianças. Além dessas temáticas, também há quem pesquise sobre os fluxos (e/ou os não fluxos e muros) do processo migratório. Assim, minha pesquisa situa-se neste rol de estudos migratórios, com a especificidade de abordar os refugiados, as crianças e os processos de precariedade nesse caminho, mediante um estudo de fotografias encontradas nas cartilhas produzidas pelo ACNUR.

É neste constante deslocamento de temas e percursos de vida que me encontro ao construir esta tese: olhando imagens, fotografias. O olhar construído, sendo uma professora de uma área – a Educação Física – que, em geral, não analisa imagens, não tendo um passado de envolvimento com a causa; assim, pode-se dizer que há um certo distanciamento da minha parte com o tema. Em outros termos, sou o que Aprato (2017) chama de observadora. Conforme a autora, o observador é aquele que, para além de um simples ato de olhar a fotografia, de alguma

maneira, julga e produz sentido social a ela. A fotografia traz um texto visual, por vezes complementado com alguma legenda (quando inserida em documentos como os do ACNUR), e é nesse texto visual que o observador produz sentido; além disso, há mais dois personagens numa fotografia, além da observadora: o fotógrafo e o fotografado.

Este é meu papel: observar, analisar, problematizar o que está constituído nessas fotos que aparecem nos documentos oficiais do ACNUR. Mas o que é fotografia neste trabalho? Na leitura de Kossoy, passo a entender fotografia como

> [...] memória enquanto registro da aparência dos cenários, personagens, objetos, fatos, documentando vivos ou mortos, é sempre memória daquele preciso tema, num dado instante de sua existência/ocorrência. É o assunto ilusoriamente re-tirado de seu contexto espacial e temporal, codificado em uma forma de imagem. Vestígio de um passado, admiráveis [ou não] realidades em suspensão, caracterizadas por tempos muito bem demarcados: o de sua gênese e duração. (KOSSOY, 2007, p. 131).

Assim, ao olhar as fotografias, bem como suas legendas, passei a compreender que há modos únicos de fotografar, e que esses registros, tal como os textos, não são neutros, mas produzidos conforme os atravessamentos dos fotógrafos. E, nesse caso, estes também produzem, para esta tese, as fotografadas e fotografados, ainda que não tenham total controle, pois eles[2] também se produzem conforme atravessamentos diversos. Em síntese, a fotografia é o congelamento de um determinado momento/atravessamento da/o fotógrafa/o e da/o fotografada/o e, eu – enquanto observadora – estou num outro momento/atravessamento que me fez produzir esta tese.

Cabe ressaltar que o entendimento de atravessamento o qual se faz necessário aqui, refere-se ao que Costa e Galliano (2016) trazem como um *movimento de passar*. Esse *passar*, segundo os autores, refere-se a abrir-se a um infinito, a partir do rompimento das fronteiras de acontecimentos, o que traz infinitas possibilidades de entendimentos e reações. Assim, cada fotógrafo, diante dos diversos entendimentos de mundo e aquilo que o ACNUR se propõe a produzir, foge, de alguma maneira, ao controle e às molduras. As fotografias, embora congelem esse momento/atravessamento, deixam implícito e explícito que poderiam/podem ser olhadas, interpretadas e até mesmo tiradas de outras formas. São os atravessamentos de conhecimentos e vivências que provocam fotografias diversas.

2 Ao tratar deste trabalho, refiro-me apenas às fotografias que estão compostas por pessoas. Porém, mesmo fotografias paisagísticas, em algum grau fogem ao controle do fotógrafo.

Ao propor que as fotografias são produzidas, apoio-me em Mauad (2005), o qual afirma que estas, em seu processo de produção, passam por três questões: questão da produção, questão da recepção e a questão do produto. A produção refere-se à tecnologia do tempo em que se produz a fotografia e às regras definidas historicamente para elas; a recepção refere-se ao grau de iconicidade[3], e é determinada historicamente, "[...] associada ao valor atribuído à imagem pela sociedade que a produz mas também a recebe." (p. 135); por fim, a questão do produto refere-se à "[...] capacidade da imagem potencializar a matéria em si mesma, como objetivação de trabalho humano, resultado do processo de produção de sentido e relação sociais." (Ibidem).

Destarte, a partir da análise realizada nesta pesquisa, minha tese propõe que há um processo de precariedade durante a jornada de deslocamento das crianças refugiadas, a partir do que é mostrado nas fotografias do ACNUR. As crianças são mostradas como fora da ideia e do ideal de infância e, conforme vão chegando aos países de destino, as fotografias mostram mais crianças em contextos educacionais e/ou escolares.

Entendo a ideia de precariedade a partir de Butler (2019), que diferencia esse conceito do de vulnerabilidade. Conforme a autora, a vulnerabilidade é algo que, embora seja variável conforme as posições e relações sociais de cada indivíduo, ocorre com todas as pessoas. Já a precariedade é o quanto as relações sociais dos indivíduos e suas costuras promovem processos de luto. Assim, o outro conceito da autora, o de "vida passível de luto" está ligado à precariedade da vida de um indivíduo.

Se as fotos produzem determinados sujeitos, significa que elas possuem determinadas apresentações e não outras (embora não sejam cristalizadas); desse modo, o conceito de enquadramento, tal como proposto também por Butler (2015), como tudo aquilo que pode ser apresentado/produzido de determinada forma, ajudou-me a entender que o olhar é direcionado, mas que, também, é modificável. A autora traz como exemplos as notícias que eram/podiam ser divulgadas sobre a Guerra no Afeganistão, que necessariamente passavam por um filtro dado pelas próprias forças armadas estadunidenses. Portanto, pode-se pensar que há uma relação entre "[...] a maneira pela qual a dor nos é apresentada e como essa apresentação afeta nossa resposta." (BUTLER, 2015. p. 100). Por isso, algumas fotografias apareciam mais vezes que outras naquele contexto, de modo que a circulação poderia ser calculada para controlar o que se mostrava sobre a guerra. Entende-se, assim, que há enquadramentos daquilo que pode/deve ser mostrado. Nos exemplos apresentados por Butler, é possível observar que as

3 Iconicidade, segundo a autora, é como a fotografia é tratada social e culturalmente, exemplo: se é informativo, artístico, íntimo etc.

imagens funcionavam de forma a gerar comoção na população, e, ao mesmo tempo, manter o espírito patriótico para que essa mesma população seguisse dando apoio à ação do governo americano, regulando, desse modo, a compreensão dos sujeitos em relação à guerra em curso e a produção dos próprios sujeitos envolvidos na guerra

Outro conceito para pensar esta tese foi o de "criança". O entendimento de criança se aproxima muito do conceito de "infância", sendo necessária uma breve diferenciação entre eles. Uma das coisas em comum entre as noções de criança e infância é como elas passam a ser trabalhadas e estudadas a partir do século XIX (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008). Infância passa a ser entendida como toda construção de proteção, dependência para crianças. Essa construção, que começa, segundo os autores, no século XVIII, com a ideia de que infância era apenas os graus mais baixos de dependência, passa a ser prolongada e, atualmente, a infância, embora não tenha um fim completamente determinado, vai até, no mínimo, os 12 anos.

Narodowsi (1993) problematiza a ideia moderna de infância. O autor descreve que tal concepção foi arbitrariamente construída e que, nesse processo, a faceta que diz da infância ocidental trata do afeto e da proteção. A criança troca, segundo o autor, a obediência ao adulto pela proteção dada por ele. Complementando essa ideia, trago Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 15), que diferenciam as crianças e a infância: "Podemos compreender a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida.". Para esta tese, as fotografias analisadas são aquelas que apresentam as crianças refugiadas, com fins de compreensão sobre como a infância pode aparecer nos documentos disponibilizados pelo ACNUR. Desse modo, as noções de criança e infância, embora diferentes entre si, serão articuladas na escrita, na medida em que se relacionam. Em outros termos, entendo a infância como um marcador importante no que se refere tanto à produção dos sujeitos refugiados quanto à produção da forma como a condição de refugiado é compreendida por outros sujeitos.

Para esta tese, trato como criança todos os menores de 18 anos, embora muitos já estejam cronologicamente dentro daquilo que se concebeu como adolescência, por serem menores de idade e indo na direção deste trabalho, trazendo o conceito do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2019), entendo que aqueles necessitados de algum tipo de amparo e que não podem responder juridicamente, na maioria dos países, por seus atos são menores de idade.

Assim, para desenvolver a discussão desta tese, o trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira parte, abordo as questões teóricas sobre refúgio, infância e criança e o

conceito de fotografia. Por refúgio entendo qualquer deslocamento forçado, gerado por algum tipo de violência (social, física, econômica, civil, de guerra etc.). Embora o foco do trabalho seja a criança, o conceito de infância o atravessa. Já o conceito de fotografia trato como materialidade para esta tese, enquanto o disparador para a problematização da infância e do processo de branqueamento. Além disso, trago o conceito butleriano de moldura, o qual é o condutor do trabalho, entendendo que a moldura conduz nosso olhar e que este trabalho também o fará, na medida em que vai emoldurar as fotografias de outras formas.

No segundo capítulo, trago os aspectos metodológicos da pesquisa. O conceito de moldura butleriana e os aspectos técnicos da fotografia, planos e composição fotográfica que contribuíram na melhor seleção das imagens. Nesta seção, mostro como cheguei às 15 fotografias que se constituíram como objeto de análise. Também explico e exemplifico os critérios de escolha dessas fotografias, tais como nitidez e plano fotográfico onde as crianças estavam.

No terceiro capítulo, discuto sobre as agências supranacionais, aprofundando a análise sobre o ACNUR. A primeira análise diz respeito a acordos, convenções e tratados assinados nessa agência com diversos Estados-Nação que fazem parte das reuniões e tendo em mente que, como afirmam Hardt e Negri (2001), há posições de privilégio dentro de um modo de funcionamento global. Esse novo funcionamento, chamado pelos autores de Império, faz com que o mundo seja dirigido por agências supranacionais as quais devem "[...] respeitar a soberania dos Estados-Nação [...]" (p. 113), mas há Estados que possuem mais privilégios e poder de decisão do que outros.

Na quarta parte, trago a materialidade em si, as fotografias, analisando seu plano fotográfico; pelo critério de escolha, as crianças deveriam estar no primeiro plano das imagens. A partir disso, analiso aquilo que é possível ser interpretado a cada foto, já que, embora possamos sair da moldura que nos é apresentada, ao fazer uma análise, também enquadro as fotografias (BUTLER, 2015). Ao propor que as fotos produzem as crianças refugiadas como passíveis de comoção para que se tenha investimento sobre suas vidas, trago que também se trata de uma produção que visa humanizar o olhar, em especial, daqueles que acessam os documentos. É válido ressaltar a não existência de documentos específicos sobre as crianças refugiadas até o ano de 2017; ainda assim, é possível perceber, nas fotografias, que elas ocupam lugar de destaque.

No quinto capítulo, exponho a discussão das fotografias apresentadas, a qual é dividida em três partes, sendo a primeira voltada para a discussão da construção da infância; a segunda,

relacionada à problematização de como o ideal de infância é utilizado pelo ACNUR como uma tentativa de comoção e compreender isso como um dos seus papéis; por fim, uma última discussão sobre o outro papel do ACNUR, de contenção dos fluxos, ainda que também promova a proteção dos refugiados.

A partir disso, apresento as considerações finais, em que retomo o problema principal: a produção das crianças refugiadas nas fotografias dos documentos do ACNUR. Reafirmo que a vida dessas crianças passa por um processo de comoção como forma de buscar tornar essas vidas passíveis de luto, conseguindo, assim, uma proteção necessária. Ainda que esse processo não esteja sendo igual para todas as crianças, seu destaque nas fotografias dos documentos (que não eram específicos para elas), chama atenção.

1 REFÚGIO E INFÂNCIA: O COMEÇO DA JORNADA FOTOGRÁFICA

Minha tentativa aqui é problematizar os modos de produção de verdades relacionadas aos processos de refúgio para as crianças. Para tal contextualização, trago dados e textos sobre refúgio e migração, dando maior ênfase às questões da infância e deixando claro que tais elementos foram escolhidos para esta tese, mas que poderiam ser outros, os quais, provavelmente, levariam a diversas discussões. Com isso, não tenho a intenção esgotar a questão, visto que as escolhas teóricas e metodológicas abrem e fecham caminhos a todo tempo, durante o período de doutoramento e, certamente, após ele.

Por se tratar de uma tese que se encontra em um referencial teórico aproximado do que se entende por pós-estruturalista, a forma como se trata o conceito de verdade e de produção de verdade passa por autores dessa vertente. Foucault (2006) afirma que o conceito de verdade deve distanciar-se de uma posição única, absoluta e central. O autor aponta que, ao haver condições prévias para que algo dito seja tratado como verdadeiro ou falso, há uma história da emergência dos jogos de força que possibilitam tais formas de compreensão:

> Bem mais do que a simples constatação de que seu conteúdo varia com o tempo e as circunstâncias; é se interrogar sobre as condições que permitem, conforme as regras do dizer verdadeiro ou falso. [...] A primeira regra de método para esse tipo de trabalho é, portanto, esta: contornar tanto quanto possível, para interrogá-los em sua constituição histórica, os universais antropológicos (e também, certamente, os de um humanismo que defenderia os direitos, os privilégios e a natureza de um ser humano como verdade imediata e atemporal do sujeito). Também é preciso inverter o procedimento filosófico de remontar ao sujeito constituinte, do qual se exige dar conta do que pode ser todo objeto de conhecimento em geral; trata se, pelo contrário, de descer ao estudo das práticas concretas pelas quais o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimento. Sobre isso, é também preciso estar atento: recusar o recurso filosófico a um sujeito constituinte não significa fazer como se o sujeito não existisse e se abstrair dele em benefício de uma objetividade pura; essa recusa visa a fazer aparecer os processos próprios a uma experiência em que o sujeito e o objeto "se formam e se se transformam um em relação ao outro e em função do outro. (FOUCAULT, 2006, p. 237).

A problemática da verdade perpassa as investigações do filósofo Michel Foucault, por meio de um deslocamento na maneira de pensar a questão da verdade: enquanto os sistemas filosóficos tradicionais tomam os sujeitos em uma relação de origem e fonte da verdade, as investigações de Foucault se debruçam sobre as produções históricas da verdade (CANDIOTTO, 2006). Em outros termos, pensar a produção de verdades a partir de Michel Foucault implica buscar compreender os modos de constituição e articulação dos discursos postos em circulação em determinados momentos, de forma a problematizá-los, não buscando por suas origens, mas procurando compreender as suas condições de emergência.

Desse modo, Foucault aponta o regime de verdade como a produção de um tempo específico. Cabe ressaltar que esta tese também se produz a partir deste tempo e desta possibilidade. Assim, neste capítulo, trago os autores que deram condições, teoricamente, para que esta tese pudesse produzir uma problematização a respeito das verdades em circulação no nosso tempo, em especial, daquelas que discorrem sobre os atuais fluxos de crianças em situação de refúgio, a partir das fotografias nos documentos do ACNUR.

1.1 Fotografias, enquadramento e produção de verdades

Quando me coloco a pensar em justificativas do porquê de trabalhar com imagens, talvez a primeira delas venha da evolução digital e tecnológica das comunicações: até este momento de escrita da tese, vivemos uma era de redes sociais baseadas em imagens (acompanhadas ou não de textos). Embora o Facebook e o Twitter, por exemplo, não sejam redes originalmente que se propusessem ao foco das imagens, elas circulam em tal rede numa velocidade e alcance inimagináveis. O Instagram, com seu foco nas imagens, faz com que tenhamos acesso a informações de outros modos, quase não acompanhadas por texto. As próprias agências como a ONU e o ACNUR, entre outras, possuem perfis em tais redes.

Um segundo questionamento poderia ser: por que não trabalhar com as imagens de redes sociais, então? Essa segunda pergunta diz respeito às escolhas. Poderia ser feito assim? Sem dúvida, mas, apesar de vivermos em épocas tão digitais, com fotografias circulando a todo momento, prendo-me aos documentos oficiais, que, tais como as leis, e conforme Hardt e Negri (2001) indicam, são "[...] a cristalização de um conjunto de valores específicos, pois a ética faz parte da materialidade de qualquer fundamentação jurídica." (p. 28). Assim, penso nesses documentos como a cristalização da imagem trazida desses sujeitos refugiados, a partir da própria agência que se propõe a ajudá-los.

Cabe aqui ressaltar dois momentos os quais se entrecruzam para que este trabalho seja possível: o primeiro se refere a essa "explosão" de fotografias que educam e trazem com elas vários marcadores; o segundo, o problema/crise dos refugiados. Santos (2016) ajuda-me a pensar os dois momentos acima descritos quando coloca que as últimas 3-4 décadas trouxeram "[...] consigo uma ampla série de inovações e melhorias nos fluxos (informação, transporte e comunicações), permitindo uma intensificação sem precedentes nestes processos." (p. 63).

Weber (2017) aborda, especificamente, a questão dos fluxos humanos. Independentemente das razões dos fluxos migratórios (e/ou de refúgio), eles trazem consigo

exatamente a possibilidade de discussão dos incessantes movimentos de regulação da mobilidade humana, a partir de acordos internacionais (ou a quebra deles), resoluções internacionais, políticas públicas nacionais para dar conta dessas demandas. Com isso, também, a produção dos sujeitos migrantes, seja pelo viés jurídico da definição de refugiado, seja pelas cartilhas que educam por meio da prescrição de formas de atendimento em sistemas de saúde/educação/assistência social, também é modificada. Assim, o fluxo de pessoas e o de fotografias se entrecruzam para a elaboração desta tese.

Assumo, para tanto, que as imagens educam. No caso deste trabalho, entendo que as imagens das cartilhas educam tanto os sujeitos dos quais elas contam, as pessoas em situação de refúgio, quanto aqueles que não estão em condição migratória. As imagens educam o nosso olhar e a forma de nos relacionarmos com os atuais fluxos migratórios, produzindo verdades sobre a migração e sobre os refugiados.

Kossoy (2007) traz que a condição da fotografia ficou relegada à ilustração e apêndice da história, como um segundo plano daquilo que é contado. É necessário também apontar a importância e as nuances do que o autor traz como sendo o papel cultural da fotografia:

> [...] o seu poderio de informação e desinformação, sua capacidade de emocionar e transformar, de denunciar e manipular. Instrumento ambíguo de conhecimento, ela exerce contínuo fascínio [sobre a humanidade]. Ao mesmo tempo em que tem preservado as referências e lembranças do indivíduo, documentando os feitos cotidianos do homem e das sociedades em suas múltiplas ações, fixando enfim, a memória histórica, ela também se prestou - e se presta - aos mais interesseiros e dirigidos usos ideológicos. O papel das imagens é decisivo, assim como decisivas são as palavras. As imagens estão diretamente relacionadas ao universo das mentalidades e sua importância cultural e histórica reside nas intenções, usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória. (KOSSOY, 2007, p. 31-32).

Cabe inferir que, na presente tese, não pretendo desvelar alguma suposta verdade por trás das fotografias ou denunciá-las como fruto de determinada ideologia. Embora Kossoy traga que possa haver um atravessamento ideológico nas fotografias, não será esse meu ponto de problematização, mas, sim, as possibilidades de sua interpretação e produção. Meu foco ao falar do papel cultural das fotos está no ponto em que elas estão/foram produzidas em um determinado contexto, para uma determinada demanda. Porém, cabe deixar claro que há outras formas, inclusive a partir do viés ideológico, de fazer análises e problematizações de imagens.

Quando esta tese se propõe a discutir o papel cultural das fotos, defendendo que não há uma ideologia, mas condições de possibilidades para que elas fossem produzidas e, inclusive, problematizadas, é necessário que se entenda o porquê de não haver um atravessamento ideológico. Eagleton (1997) aponta que a ideologia é uma forma de ilusão daqueles que estão no poder sobre os que não estão. Ainda, segundo o autor, “A ‘crítica’ da ideologia, portanto,

supõe que ninguém jamais está *inteiramente* iludido – que aqueles que se encontram sob opressão alimentam *mesmo assim*, esperanças e desejos que só podem ser realizados de maneira realista." (p. 13, grifo do autor).

Já para Foucault (1988), a ideia da utilização da ideologia se torna difícil por, pelo menos, três razões. A primeira delas centra-se no fato de que a ideologia está em oposição virtual a algo considerado verdade; a segunda é o fato de essa ideologia estar vinculada a um sujeito essencializado e fundamental; por fim, a terceira razão seria porque "A ideologia está em posição secundária em relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material etc." (FOUCAULT, 1988, p. 7).

O autor ainda complementa afirmando que "É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de 'ciência/ideologia', mas em termos de 'verdade/poder'.". (FOUCAULT, 1988, p. 13). É a partir de uma análise da relação entre verdade e poder que podemos entender, por exemplo, as condições em que os documentos do ACNUR e, consequentemente, as fotos em questão foram produzidos.

Conforme Schwengber (2012), "As imagens produzem e veiculam, em suas formas plásticas, concepções estéticas, políticas e sociais." (p. 264-265). A imagem, segundo a autora, passa a ser "[...] produto e produtora do cotidiano contemporâneo, presente no contexto comunicativo pós-moderno, por isso a considero como um importante corpus de pesquisa no campo educacional." (p. 265). Trata-se de pensar a imagem como um texto, pois este "nos diz", representa-nos algo, chama a atenção para determinadas coisas em detrimento de outras. Assim, embora eu faça uso da palavra fotografia como uma das categorias possíveis dentro da imagem (que podem ser, desenhos, ilustrações, gráficos, fotografias etc.), apoio-me na descrição deste conceito para autora:

> [...] uma imagem não é apenas um conjunto composto por linhas, cores, luzes ou sombras; não é apenas uma questão de forma, um pensamento plástico; ela existe como um pensamento político, histórico, cultural. Assim, a leitura de uma imagem exige um esforço de reconhecimento que, de alguma forma, depende dos modos de expressão e compreensão de cada época e lugar, ou seja, cada imagem conta a sua história. As imagens podem ser um recurso produtivo que reafirma, amplia e/ou fixa os enunciados escritos ou atua como outro texto. Considerei, inclusive, que elas podem se constituir, também num texto que perturba o texto escrito, sendo capazes de iluminar outros sentidos. (SCHWENGBER, 2012, p. 266-267).

Apoio-me também em Aprato (2017), quando traz que uma fotografia, além de ser fruto de um determinado tempo, cultura, sociedade etc., perpassa três atores que estão no ato: o fotógrafo, o fotografado e o observador. É nesta figura da observadora que me encontro. E, ao ser observadora, carrego comigo a cultura, os discursos e o local onde estou; enfim, carrego

comigo meu olhar e minha interpretação sobre as fotos, marcados pelas verdades que me constituem enquanto sujeito: mulher, brasileira, pesquisadora, professora e tantos outros marcadores.

Também me apoio em Sontag (2004) no que se refere ao fato de a fotografia se diferenciar dos outros modos de imagem, pois ela não depende totalmente do seu criador. Ou seja, ainda que o fotógrafo tenha todo o preparo em criar a situação de uma foto, enquadrando e/ou emoldurando de uma determinada forma, embora também consiga fazer com que o observador tenha seu olhar conduzido, mesmo assim, quem observa pode desviar esse caminho e emoldurar a fotografia de outros modos, problematizando-a. É nesse cruzamento de deixar meu olhar ser conduzido, enquadrado e trazendo outras formas, outras possibilidades de olhar as fotografias que me encontro no papel de observadora.

Sontag (idem) afirma que "A noção primitiva de eficácia das imagens supõe que as imagens possuem os predicados das coisas reais, mas nossa tendência é atribuir a coisas reais os predicados de uma imagem." (p. 174). Acredito que, a partir do enquadramento e/ou emolduração de determinadas fotografias, conceitos estes trazidos por Butler, é possível ambos os processos, o de atribuir a coisas reais os predicados da imagem e o de supor que elas tenham predicados das coisas reais. Aprato (2017) me ajuda a completar essa ideia ao trazer que "A fotografia, que é capaz de resumir uma forma em apenas um instante, também permite experimentar a realidade como um conjunto de suposições mostrado pela câmera fotográfica." (p. 38). Assim, enquanto observadora, aquilo que vejo e interpreto é só uma nuance dentro do leque de possibilidades de uma ou várias fotografias.

Independentemente do processo, de quem fotografa, ou da observadora, ou ainda, se o predicado das coisas reais vem antes ou após as fotografias, trago aqui Butler (2015) ao falar do conceito de enquadramento. A autora parte do termo em inglês *frame* e suas diversas nuances, explicando:

> Como sabemos, to be framed (ser enquadrado) é uma expressão complexa em inglês: um quadro pode ser emoldurado (framed), da mesma forma que um criminoso pode ser incriminado pela polícia (framed), ou uma pessoa inocente (por alguém corrupto, com frequência a polícia), de modo que cair na armadilha ou ser incriminado falsa ou fraudulentamente com base em provas plantadas que, no fim das contas, "provam" a culpa da pessoa, pode significar framed. Quando um quadro é emoldurado, diversas maneiras de intervir ou ampliar a imagem podem estar em jogo. Mas a moldura tende a funcionar, mesmo de uma forma minimalista, como um embelezamento editorial da imagem, se não como um autocomentário sobre a história da própria moldura. Esse sentido de que a moldura direciona implicitamente a interpretação tem alguma ressonância na ideia de incriminação/armação como uma falsa acusação. Se alguém é incriminado, enquadrado, em torno de sua ação é construído um "enquadramento", de modo que o seu estatuto de culpado torna-se a conclusão inevitável do espectador.

> Uma determinada maneira de organizar e apresentar uma ação leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação. (BUTLER, 2015, p. 23).

A autora segue afirmando que também é possível enquadrar o enquadramento, e isso pode significar problematizar aquilo que é visto, enquadrar de outras formas. Talvez meu olhar faça isto: outro enquadramento das mesmas fotografias. Para enquadrar de outra maneira é preciso questionar, e, segundo Butler (idem) "[...] questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível." (p. 24). Ressalto que, como não se trata de ver ideologias nas fotografias analisadas para este trabalho, também não se trata de supor, ou querer atribuir algo "por trás" das fotografias, mas de problematizar o que ali está.

Por outro lado, é necessário levar em conta que a moldura, conforme aponta Butler (2015) "[...] nunca determinou realmente, de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Algo ultrapassa a moldura que atrapalha nosso senso de realidade [...] que não se ajusta à nossa compreensão estabelecida das coisas." (p. 24). Ou seja, não daremos conta, mesmo com outro enquadramento, de uma história, de uma realidade, mas apenas de uma fração disso.

As interpretações apontadas anteriormente não são frutos do acaso, elas vêm carregadas de significados. Os discursos e entendimentos sobre refúgio, o meu posicionamento sobre essas questões, as leituras anteriores e presentes atravessam o modo de olhar as fotografias. Não sou a fotógrafa, nem a fotografada. Levo em conta uma pluralidade de fatores previamente escritos a seguir, para esta análise. O caminho que decidi seguir, definitivamente, não é o único, mas uma possibilidade.

Alloa (2015) afirma que "[...] a materialidade da [fotografia][4] introduz areia nas engrenagens do visual e cria um tempo, o do olhar." (p. 9). Esse tempo é difuso e varia, o tempo da fotografia é, assim, o tempo do observador. Em outros tempos, com outros observadores, certamente os modos de olhar essas fotografias seriam/serão diversos dos de hoje. A ideia de imagem pensativa é compreendida a partir de uma sensibilização de quem a vê. Ainda segundo o autor:

> A imagem sempre esteve no coração do pensamento, suscitando nela uma exteriorização, uma saída de si. Operacionalizando em um projeto de apreensão compreensiva como representação, de esquema ou de clichê, a imagem inevitavelmente arruína todo recentramento, no que ela expõe o seu pensamento como seu fora, no que ela carrega, para fora de si, a força de se expor ao que ela não pode ainda pensar e ao que há talvez de mais difícil a pensar, quer dizer, que o pensamento emerge ele mesmo de uma pensatividade sensível, de um sensível impensado porque

4 No original "imagem".

> inesgotável e sua exterioridade. A ambivalência fundamental ao olhar as imagens talvez se lance inteiramente nesta oscilação entre a denúncia dos *limites* da imagem e a operacionalização de seu *ser-limitado*, na ambiguidade entre o que dá por finito (podendo, portanto, servir de suporte representativo, ao que, de outra forma, se subtrai ao olhar) e isso que, entretanto, na sua finitude, se excede em permanência, não reconhecendo nunca os limites de sua própria razão. (ALLOA, 2015, p. 9-10).

Ao citar especificamente Butler e Alloa, percebe-se algo em comum no que se refere às fotografias: elas não se bastam e passarão por processos reflexivos, seja para quem observa, seja para as questões de direcionamento de olhar. Elas sempre romperão com suas molduras ou carregarão para fora de si as suas interpretações e possibilidades.

Para compreender melhor tais questões, trago a fotografia a seguir, encontrada no documento "Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo" (ACNUR, 2017). Podemos perceber que o enquadramento dado para tal fotografia é baseado no conjunto de pessoas. Apenas olhando com mais cuidado é possível observar que há crianças nessas fotografias. A legenda nos conduz para olharmos o grupo e não cada pessoa. No documento, a fotografia está localizada nas primeiras páginas, nas quais se explica quem são os refugiados de modo mais didático.



Fonte: ACNUR (2017).

Esta fotografia pode ser pensada a partir do que ela dá a ver e o que mostra, ou seja a partir do

> [...] entrelaçamento entre as imagens e aquilo que elas mostram. A *lógica das imagens* [...] é uma *lógica da mostração*: as imagens nos dão a ver alguma coisa, nos colocam alguma coisa "sob os olhos" e sua demonstração procede, portanto de uma mostração. [...] Trata-se de recolocar a *questão da imagem* em seu *lugar*. Mas existe verdadeiramente esse lugar? Porque a realidade da imagem se revela ser tão plurívoca, é úbiqua. (BOEHM, 2015, p. 23).

Assim, é possível compreender que há na foto um grupo fugindo de ameaças do país de origem. Trata-se, portanto, da mostração. E qual o lugar dessa imagem? Essa pergunta pode ser interpretada de duas maneiras: a primeira, voltada para sua legenda explicativa; a segunda, voltada a quem ela é endereçada, e as possibilidades que fogem e ao mesmo tempo aprisionam

o olhar, colocam em moldura. A primeira interpretação tem a ver com a questão "crua" da foto, dos dados concretos, como o lugar e o número de pessoas. Quando não está completamente explícito, acrescenta-se uma legenda.

Já a segunda interpretação vai na direção da produção de alguns modos de emoldurar a fotografia. Agências supranacionais como o ACNUR, ao fazer um documento didático para que conheçamos seu trabalho, levam-nos a uma condução do olhar. Um dos direcionamentos possíveis, por meio dos estudos de Judith Butler, é que essas são vidas que precisam "se tornar" passíveis de luto. O foco desta tese refere-se a essa segunda interpretação do lugar das fotografias produzidas pela agência em questão.

Entendo, aqui, que aquilo mostrado também sofre interferência e se molda. Sponholz (2009) diferencia que o fato pode ser um conceito mais ontológico (como uma verdade de absoluta), como também um conceito mais descritivo, que leva em conta as diversas nuances. Mais especificamente, o autor traz que a noção de 'fato' pode não ser a realidade em si, mas de algo que pode/precisa ser anunciado:

> Isto não significa que estas proposições sejam falsas, mas sim que não foram necessariamente submetidas a testes (válidos) que possam verificar se são corretas. As estratégias utilizadas [...] dentro das condições de produção que lhe são dadas (resposta à questão do tipo "como") nem sempre têm o objetivo de se aproximar da realidade, mas sim de gerar credibilidade. Os "fatos" oferecidos [...] podem ser credíveis, mas não são a realidade em si, contém valores e via de regra não se pode dizer a priori se são falsos ou não, porque não foram averiguados validamente [...]. Também parece bem claro que a essência daquilo que se chama de fato tem conseqüências bastante concretas [...] para a sua contribuição para a produção do conhecimento. (SPONHOLZ, 2009, p. 67).

Assim, se as fotografias anunciam fatos, elas também o fazem a partir de um determinado olhar. No caso dos documentos do ACNUR, o olhar visa sensibilizar quem lê e não está no contexto de trabalho com refugiados, e também projetar desejos àqueles refugiados que entram em contato com esses materiais. É nesse duplo objetivo que as fotografias são credíveis e contêm valores, que, embora não mostrando a realidade em si, ao mesmo tempo, não são falsos. Trata-se de moldurar, moldar e direcionar olhares.

Os fatos são reforçados por dados. A palavra 'dados' se refere ora a sua origem latina, como no verbete a seguir:

> Dado: part. e adj. 1. De que se fez presente: datus, cic.; donatus, caes. Condonatus, cic. 2. Fornecido, oferecido: datus, cic.; oblatus, verg.; praetibus, sall. // Numa linha dada. (t. de geom.): in data linea, quint. 3. Entregue: datus, traditus, cic. 4. Concedido, permitido, hor.: "Porque não lhes é dado ser livres?": Cur his esse liberis no licet? Cic. 5 Atribuído, consagrado: datus, verg. // Nome dado: nomen impositum, lucr. // Tempo dado.: absumtum tempus in re. 6. Inclinado, propenso: detibus, cic. Devotus, phaed. 7. V. gratuito, afável. 8. Dado que, conj.: quamvis, etsi, tametsi, cic. (TORRINHA, 2016, p. 349).

Semidão (2014) ajuda-nos a compreender esse verbete afirmando que ‘dados’ podem dar uma noção de algo cristalizado quando se refere ao “de que se faz presente”; ou ainda “atribuído, consagrado”, que dá margem a uma interpretação essencialista, que não está tão solidificada, mas é passível de alguns acidentes. A segunda interpretação trata-se de uma atribuição aristotélica do que é ‘dado/dados’. Ainda segundo o autor “[...] algo atribuído a um objeto cognoscitivo enquanto característica que expressa a essência constitutiva do mesmo, sem explicitar os demais predicados, e as possíveis significações acidentais.” (p. 71).

A partir desse entendimento, é possível problematizar alguns dados trazidos nos documentos. A título de exemplo, trago a questão do Sudão do Sul, já que é um país citado, oficialmente, entre os que mais colocam pessoas em situações de deslocamento forçado e refúgio. Nesse país, especificamente, segundo dados da ONU (2018b), 90% daqueles que estão fugindo dos conflitos são mulheres e crianças. Desse total, 65% se referem apenas às crianças. Esses dados evidenciam algo que está presente, referindo-se, ao mesmo tempo, ao objeto (refúgio) como algo passível de ser notado e conhecido. Além disso, esses dados também demonstram uma preocupação específica com algumas pessoas (mulheres e crianças).

Ainda sobre tais dados, faz-se necessário apontar que as crianças que não estão fugindo desse conflito no Sudão do Sul (isto é, buscando refúgio) estão entrando para este na condição de soldados. Ao tornar essas crianças soldados, a ideia de proteção e de infância rompe-se e esta última passa a ser matável, o que gera, como uma forma de resistência a esse processo, grandes fugas de crianças. Tornar um adulto soldado já o torna matável, mas não há princípios de proteção aos adultos da mesma forma e tão específicos para crianças. Torná-las matáveis rompe com a ideia geral de evitar guerras, e rompe com o conceito de que a criança deveria ser protegida por adultos.

Esse processo de tornar a criança adulta ao torná-la soldado, por exemplo, entra em conflito com a capacidade dessas vidas se tornarem passíveis de luto. Conforme traz Butler (2015), tornar passível de luto é tratar de um possível futuro que possa tornar-se um passado lembrável. Ao retomar a frase “essa é uma vida que poderá ter sido vivida” abrange dar significado a essa(s) vidas. Ao adultizá-las e ainda fazê-lo de forma clandestina, tiram-nas dos holofotes.

Ainda que a ideia de infância como a entendemos hoje seja ocidentalizada e passível de problematizações, como está referenciado no item 1.3, ao tratar das crianças como sujeitos que deveriam viver a infância, o que é reforçado por agências internacionais, passamos a lidar com

uma naturalização do "o que deveria" ser infância. Essas normas[5] passam a ser rompidas e, com isso, o investimento na vida passa a se dar de maneira diferente, pois tanto as crianças forçadas a se deslocar quanto aquelas que se tornam soldados não se enquadram no que se coloca como o ideal de infância.



Fonte: ACNUR (2016).

Nesta fotografia, o ACNUR mostra os campos como uma forma de salvar essas crianças e mulheres do que acontece, especificamente no Sudão do Sul. A fotografia alimenta e é um dado em si, ao mesmo tempo que confirma dados anteriormente citados. Além disso, esta foto é analisável a partir do conceito de fato. A construção do fato da divulgação de um conflito

5 Norma entendida como o conceito foucaultiano, em que se estabelece uma ideia e a naturaliza, reforçando-se constantemente. Para esta tese, a norma em relação à infância é "a infância é uma construção social onde as crianças, sujeitos que vivem a infância, devem ser protegidas", (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008, p. 55) o que foge à norma, vai ser "corrigido" a partir de instituições específicas. Foucault em "Vigiar e Punir" traz quatro instituições como para sociedade funcionar a partir de normas (escola, hospício, fábrica e prisão). No que diz respeito às ideias de infância, este mesmo conceito pode ser aplicado as agências internacionais de proteção aos Direitos Humanos.

duradouro, de uma entidade que pressupõe uma ajuda (ao mesmo tempo que contém o fluxo de refugiados), e ainda traz essa ideia da infância a ser cuidada, que pode ser passível de luto.

1.1.1 Vidas precárias e vidas enlutáveis: a produção das crianças refugiadas

Conforme Bauman (1999), "[...] num mundo em que o capital não tem domicílio fixo e os fluxos financeiros estão bem além do controle dos governos nacionais, muitas das alavancas da política econômica não funcionam mais." (p. 64). A partir dessa afirmação, é possível perceber que esse fluxo não é apenas econômico, mas também de produção de outros movimentos humanos. Os fluxos migratórios tiveram uma expansão significativa a partir dos anos 2000 e isso nos coloca a pensar em ações promovidas por agências da ONU em nível global para acolhimento e para a contenção desse fluxo.

Ao fazer esse trabalho de acolhimento e contenção, as agências supranacionais trabalham, simultaneamente, com as ideias de soberania do Estado-Nação, ao mesmo tempo que passam uma ideia de transposição às próprias fronteiras desses Estados-Nação. Hardt e Negri (2001) afirmam que, pelo menos desde as Guerras Napoleônicas, há acordos multilaterais para a garantia de uma ordem jurídica internacional. Isso se intensificou, e acontecimentos como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial fizeram com que se efetivasse o surgimento da ONU como esse principal órgão regulador do ordenamento jurídico internacional. Os autores ainda afirmam que

> De um lado, toda a estrutura conceitual da ONU baseia-se no reconhecimento e na legitimação da soberania de Estados individuais, e está portanto firmemente assentada no velho alicerce do direito internacional definido por pactos e tratados. Por outro lado, entretanto, esse processo de legitimação só é eficaz na medida em que transfere direito soberano para um verdadeiro centro *supranacional*. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 23, grifo do autor).

Bauman (1999) complementa que essa nova organização jurídica e econômica, denominada globalização refere-se mais aos efeitos globais do que às tomadas de iniciativa e empreendimentos globais:

> [...] nossas ações podem ter e muitas vezes têm mesmo efeitos globais; mas não, nós não temos nem sabemos bem como obter os meios de planejar e executar ações globalmente. A globalização não diz respeito ao que todos nós, ou pelo menos os mais talentosos e empreendedores, desejamos ou esperamos fazer. (BAUMAN, 1999, p. 68).

Assim, embora o dinheiro circule globalmente, ele não circula de maneira igual, e os conflitos de interesses também não estão assentados da mesma forma. Isso gera uma série de consequências. Nesta tese, analiso o processo de refúgio como uma das consequências humanas dessa internacionalização dos problemas econômicos. É neste contexto em que se produzem

conflitos e guerras (não só, mas também), pelas desigualdades econômicas sobre as quais Butler (2015) afirma que, para além de um pensamento sobre direitos de proteção, sobrevivência e prosperidade precisamos pensar "[...] uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reinvindicações sobre linguagem e pertencimento social." (p. 15). Ainda que não seja o foco desta tese, o apontamento desse fato parece importante de ser considerado, tendo em vista a interferência de tais agências no que diz respeito à vulnerabilidade dessa população.

Ontologia, segundo a autora supracitada, não se refere a uma verdade absoluta e independente do seu contexto social e político. Trata-se de entender que essa ontologia corporal é cercada de normas, organizações sociais e políticas que deixam algumas pessoas em estado de precariedade diferente de outras:

> Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigência de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo -, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis. A concepção da "precariedade" está, assim, ligada à noção mais especificamente política de "condição precária". E é a alocação diferencial da condição precária que, na minha opinião, constitui o ponto de partida tanto para repensar a ontologia corporal quanto as políticas progressistas ou de esquerda, de modo que continuem excedendo e atravessando as categorias de identidade. (BUTLER, 2015, p. 16).

As análises de Butler (2015), Bauman (1999) e Hardt e Negri (2001) deste contexto ajudam a entender um conjunto de acontecimentos (que não se encerram nesses) que, pelo menos desde a década de 1990, colaboram para que, atualmente, as questões de refúgio estejam sendo debatidas. Nesta subseção cabe abordar, especialmente a partir de Butler (2011; 2015), como as vidas das crianças refugiadas são produzidas pelas agências de proteção aos refugiados de modo a torná-las precárias. Para a autora, a precariedade diz respeito a uma construção política de uma condição a qual algumas populações são assimetricamente expostas, e uma dessas condições[6] é a de refúgio.

Ainda, segundo Butler (2015), há dois elementos que são constituintes para a precariedade. O primeiro deles é a relacionalidade, ou seja, a depender de suas relações sociais a sua condição de precariedade é aumentada ou diminuída. O segundo refere-se à finitude no que diz respeito a sua condição de ser substituível. Ambos os elementos permitem pensar o valor de vida que determinados grupos ou comunidades têm. A vida humana não tem o mesmo

6 Outros contextos que colocam as vidas em precariedade: contextos de violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza ou morte.

valor, esse valor fica a depender dos graus de precariedade a que uma pessoa de determinado grupo está exposta.

Ao reconhecer que todas as vidas são precárias, mas nem todas atravessam o mesmo grau de precariedade, faz-se necessário o reconhecimento dessa condição de precariedade para que se tenha com o público o processo de comoção. Essa comoção promovida por essas agências supranacionais tem como objetivo tornar tais vidas enlutáveis, ainda que seu papel não seja exclusivamente de ajudar tais populações. Assim, reconhecer que, de modo geral, todas as vidas são precárias, difere da condição de precariedade que é variável para cada população e, em última instância, variável, inclusive, individualmente.

Ao trabalhar com as fotografias dos documentos do ACNUR e ao pensar que essas condições de precariedade são produzidas/construídas e, por vezes mantidas, cabe discutir acerca das diferenças de valores a determinadas vidas humanas. Assim, embora reportagens sobre a morte de refugiados ou sobre suas condições nos campos possam comover, trata-se de um valor diferenciado dado a determinadas vidas humanas e de entender que

> [...] há "sujeitos" que não são exatamente reconhecíveis como como sujeitos e há "vidas" que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidos como vidas. Em que sentido, então, a vida excede sempre as condições normativas de sua condição de ser reconhecida? Afirmar isso não significa dizer que a "vida" tem como essência uma resistência à normatividade, mas apenas que toda e qualquer construção da vida requer tempo para fazer seu trabalho, e que nenhum trabalho que ela faça pode vencer o próprio tempo. Em outras palavras, o trabalho nunca está feito definitivamente. Este é um limite interno à própria construção normativa, uma função de sua "iterabilidade" e heterogeneidade, sem a qual não pode exercitar sua capacidade de modelagem e que limita a finalidade de qualquer um dos seus efeitos. (BUTLER, 2015, p. 17-18).

Assim, entende-se que a ontologia abordada pela autora não é individual, mas que revela a interdependência e a intersubjetividade na produção de uma vida precária. O valor determinado às vidas de um determinado grupo/comunidade condiciona-se à articulação de produção de verdade, ligada ao poder e conhecimento.

Trata-se de pensar na diferenciação entre reconhecimento e condição de ser reconhecido. Segundo Butler (2015), "[...] a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento." (p. 19). A autora afirma que não se pode recorrer a simples normas de reconhecimentos ditas únicas e distintas, mas entender que há condições gerais articuladas e reforçadas historicamente para que se tenha a "condição de ser reconhecido[7]". Em outras palavras:

> Se nos perguntarmos como se constitui a condição de ser reconhecido, assumimos, por meio da própria questão, uma perspectiva que sugere que esses campos são constituídos variável e historicamente, de modo independente de quão aporística seja sua função como condição de aparição. Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma

7 Em inglês *recognizability*, sem tradução literal, apenas aproximada.

> prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a "condição de ser reconhecido" caracteriza as condições mais gerais que preparam e modelam o sujeito reconhecimento – os termos, as convenções e as normas gerais "atuam" do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos. Essas categorias, convenções e normas que preparam ou estabelecem um sujeito para o reconhecimento, que induzem um sujeito desse tipo, precedem e tornam possível o ato do reconhecimento propriamente dito. (BUTLER, 2015, p. 19).

É nessa problemática de ser ou não ser reconhecido, ser mais ou menos reconhecido que se pode entender que os documentos do ACNUR mostram grupos de crianças distintos, com fluxos de migração diferenciados. Tal como é possível compreender um *enquadramento* das guerras de Estados (ou entre Estados) que, de alguma forma, tentam comover os seus compatriotas e/ou seus aliados, as agências supranacionais também tentam comover de maneira mais ampla. Trata-se de marcar um sentimento de repulsão pela guerra e ao mesmo tempo de vulnerabilidade do outro que precisa dessas agências. É por meio da capacidade de comoção que as vidas começam a receber classificações de merecedoras de luto e de proteção ou não (BUTLER, 2015).

1.2 Refúgio e enquadramento

Migrações são um fenômeno complexo e anterior mesmo à própria modernidade. Indo nessa direção de pensamento, Porto e Torres (2005) afirmam que "[...] a migração não é um fenômeno recente [...]" (p. 255). Conforme as autoras, os deslocamentos/migrações ocorriam mesmo antes daquilo que, no século XIX, foi denominado Estados-Nação. De guerras a acesso aos estudos, de desastres naturais a busca por melhores empregos, não importa o motivo, as migrações são um fenômeno constante na história.

Weber (2017) afirma que o sujeito migrante ou o sujeito refugiado quando se propõe a tal ato está, entre outras coisas, "[...] traçando diferentes configurações no que se refere às formas espaciais da vida." (p. 21). Não ser da nacionalidade daquele determinado território e modificá-lo também faz com que esse sujeito migrante/refugiado seja visto e (re)produzido de uma determinada maneira.

Tanto as migrações quanto os refúgios acabaram tornando-se um problema durante e após a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, ano em que esta última grande guerra foi declarada encerrada, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por objetivo firmar acordos internacionais e supranacionais para que o mundo possa "[...] promover o progresso econômico e social de todos os povos." (ONU, 1945, p. 4). Porém, Porto e Torres (2005)

também apontam que é justamente por conta da criação de Estados-Nação que se delimitam fronteiras e interesses que nem sempre vão ao encontro dos interesses de grandes organismos internacionais.

Quase junto à criação da ONU, houve a criação de uma agência específica para pensar as migrações: a Organização Internacional das Migrações (OIM), criada em 1951. Segundo consta em seu site[8], o objetivo da organização é dar conta das demandas relacionadas à migração, fazendo, para tanto, parcerias entre governos, organizações da sociedade civil etc.

Segundo a mesma organização, existem cerca de 244 milhões de migrantes no mundo. Destes, mais de 60 milhões estão em deslocamento forçado, sendo, aproximadamente, 40 milhões em deslocamento interno e outros 20 milhões na condição de refugiados. Há ainda as migrações e deslocamentos que ocorrem de forma ilegal e acabam não sendo registrados, o que pode subestimar esses dados.

Foi essa organização que criou um documento importante para a condução das políticas e acordos internacionais sobre a questão da migração, bem como para a condução deste projeto de tese: o *Glosário sobre migración: derecho internacional sobre migración* (OIM, 2006). É nesse glossário que se faz a diferenciação de migrante, refugiado, deslocado, apátrida etc., conforme consta abaixo:

> - Imigração: processo mediante o qual pessoas não nacionais ingressam em um país com o fim de estabelecer-se (p. 32).
>
> [...]
>
> - Migração: movimento de população para o território de um outro Estado ou dentro do mesmo que abrange todo movimento de pessoas, seja qual for o tamanho, sua composição ou suas causas (p. 38).
>
> [...]
>
> - Migração clandestina: migração secreta, oculta ou dissimulada em violação dos requisitos de imigração. Ocorre quando um estrangeiro viola as normas de ingresso a um país; ou quando, tendo ingressado ao país legalmente, prolonga sua estadia em violação das normas de imigração (p. 39).
>
> [...]
>
> - Migração forçada: termo genérico que se utiliza para descrever um movimento de pessoas em que se observa a coação, incluindo a ameaça de vida e de subsistência, bem como por causas naturais ou humanas[9] (p. 39, grifo meu).
>
> [...]

8 Disponível em: https://nacoesunidas.org/agencia/oim/. Acesso em: 22 mar. 2020.
9 Por exemplo: movimentos de refugiados e de deslocados internos, bem como pessoas deslocadas por desastres naturais ou ambientais, desastres nucleares ou químicos, fome ou projetos de desenvolvimento.

> - Migrante: em nível internacional não há uma definição universalmente aceita do termo "migrante".[10] Desta forma, esse termo se aplica às pessoas e a seus familiares que vão para outro país ou região com vistas a melhorar suas condições sociais e materiais. (p. 41)
>
> [...]
>
> - Migrante econômico: pessoa que busca melhorar suas condições de vida num país diferente daquele de origem.[11] Este termo se aplica às pessoas que se estabelecem fora de seu país de origem pela duração de um trabalho sazonal ou temporário. (p. 42)
>
> [...]
>
> -Migrante (em situação) irregular: pessoa que, tendo ingressado ilegalmente ou depois do vencimento do visto, deixa de ter status legal no país receptor ou de trânsito. (p. 43)
>
> [...]
>
> - Deslocados (desplazados) externos: pessoas que tiveram que abandonar seu país em decorrência de perseguição, violência generalizada, violação massiva de direitos humanos, conflitos armados ou outras situações desta natureza. São denominados também "refugiados de fato". (p. 19, grifo meu)
>
> [...]
>
> - Deslocados (desplazados) internos: pessoas ou grupo de pessoas que foram forçadas a deixar seu lugar (hogares) para evitar os efeitos de conflito armado, situação de violência generalizada, violação dos direitos humanos ou desastres naturais ou humanos e que não ultrapassaram a fronteira. (p. 20, grifo meu)
>
> [...]
>
> -Deslocamento (desplazamiento): deslocamento forçado de uma pessoa de seu lugar ou país, geralmente em decorrência de conflitos armados e desastres naturais. (p. 20, grifo meu)
>
> [...]
>
> - Refugiado (reconhecido): pessoa que "receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de origem e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país". (p. 60, grifo meu)
>
> [...]
>
> - Refugiado de fato: pessoas não reconhecidas como refugiados segundo a definição da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e do Protocolo de 1967, que não podem ou não desejam, por razões válidas, regressar ao país de nacionalidade ou ao país de residência habitual. (p. 61, grifo meu)
>
> [...]
>
> - Solicitante de asilo: pessoa que solicita a admissão num país como refugiado e está aguardando uma decisão para obter esse status, de acordo com os instrumentos nacionais e internacionais aplicáveis. (p. 69, grifo meu).

Para este trabalho, foco a minha atenção aos termos anteriormente sublinhados: migração forçada; deslocamento; deslocados (internos e externos); refugiado (tanto o reconhecido quanto o de fato); e o solicitante de asilo. Atribuo a eles, de uma maneira ou de outra, esse *status* de

10 Este termo, geralmente, abrange todos os casos em que a decisão de migrar é tomada livremente pela pessoa em decorrência (concernida) de "razões de conveniência pessoal" e sem a intervenção de fatores externos que a obriguem.

11 Este termo se distingue de "refugiado" que foge por perseguição ou do refugiado de fato que foge por violência generalizada ou violação massiva dos direitos humanos.

refugiado, pois o ponto em comum a eles é: estarem fora de seu país ou querendo sair (no caso de deslocados internos), por algum tipo de ameaça. Ou seja, quando este trabalho se referir aos refugiados, estará abrangendo todos os termos acima sublinhados.

Esta tese tem por objetivo problematizar a produção do sujeito criança refugiada a partir das fotografias presentes nas cartilhas do ACNUR. Justifico a utilização do termo refugiado pelo fato de eles se referirem ao público-alvo[12] da pesquisa. A partir das análises realizadas, discuto que essa produção passa pelo processo de precariedade no deslocamento. Embora alguns conceitos acima não sejam propriamente de refugiados, as demandas e os motivos de suas saídas e de suas moradias são semelhantes. Conforme o site da ACNUR (2001-2018a) deslocados internos "[...] são pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção." (s/p).

Da mesma maneira, o ACNUR (2001-2018b) define a pessoa como refugiada por não estar em seu país natal "[...] devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados." (s/p). Assim, por este motivo, utilizo ambos os termos - deslocados internos e refugiados - como, em algum grau, semelhantes. Para isso, utilizei tanto os significados da OIM quanto do ACNUR, pois também possuem semelhanças e há uma complementação entre as agências.

O ACNUR é a agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) que trata especificamente da questão dos refugiados, ou migrantes forçados, e ainda de deslocados (internos ou externos). Conforme consta no site, o ACNUR (2001-2018c) foi criado após a Segunda Guerra Mundial, quando houve muitos casos de refúgios e de pessoas que necessitaram de proteção específica por sua condição política, econômica etc.

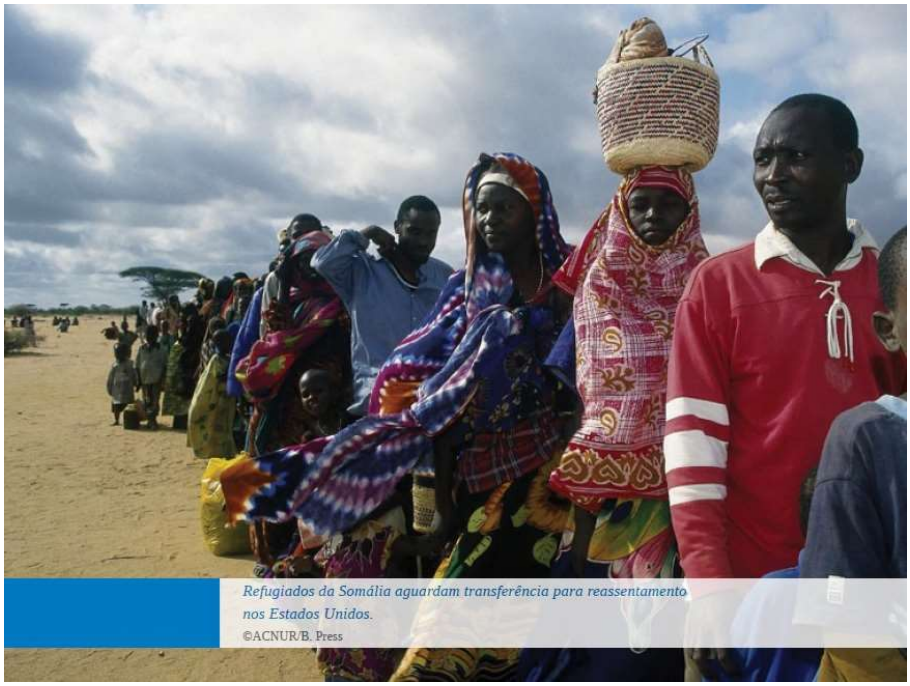
É possível pensar que o século XX, mais especificamente a partir de sua segunda metade, trata a questão do refúgio como um problema a ser pensado, resolvido e atenuado. Parte disso deve-se ao que Botelho (2015) traz como uma abertura para um mundo globalizado. Ainda que, de 1950 até a queda do muro de Berlim, o mundo estivesse em uma grande disputa (e isso

12 Há os apátridas como público alvo do ACNUR, que se refere a pessoas sem uma nacionalidade, ou seja, sem a proteção e os direitos atribuídos ao fato de terem uma nacionalidade, porém, estes necessitam de outras demandas as quais este trabalho não se propõe fazer, embora reconheça sua relevância. Desde 1995 o ACNUR é responsável por conduzir acordos internacionais para o acolhimento e registro de apátridas para que eles possam ter uma residência em algum país.

também causou fluxos de migração e refúgio), pouco a pouco o mundo foi-se abrindo para o processo de globalização. Conforme o autor, "A abertura ao mundo globalizado aboliu, teoricamente, as fronteiras nacionais – ou se municiou com essa flexibilidade –, mas esteve *pari passu* com uma ordem econômica, militar e jurídica do tipo homogênea e totalitária." (p. 12, grifo do autor).

É a partir dos anos 1990 e, mais fortemente ainda nesse século, que o movimento migratório é percebido como uma grande questão. Ao mesmo tempo que grandes multinacionais globalizam seu capital e seus serviços, fronteiras são mais demarcadas, centros de detenção de refugiados e muros construídos. Atentando às questões dos refugiados, nota-se a quantidade de caminhos e possibilidades de pesquisa. Quando me proponho a escrever, o ponto de partida é buscar discutir como o próprio ACNUR está inserido na ótica do Império[13], tal como formulado por Hardt e Negri (2001). Esses autores explicam que agências e ONGs ajudam a estabelecer uma certa ordem mundial por meio das intervenções morais. Nessa intervenção moral, elas "[...] definem o inimigo como privação (na esperança de impedir graves perdas) e depois reconhecem o inimigo como pecado." (HARDT; NEGRI, 2001, p. 55). É na lógica de um inimigo a ser combatido sem violência, que necessita de ajuda, que o ACNUR também se insere. Entendo suas ações humanitárias, de ajuda ao refugiado no país de acolhida, como uma parte desse processo, assim como entendo que o mesmo ACNUR com seus campos de refugiados também faz contenção do fluxo de pessoas que necessitam de ajuda.

13 O conceito de Império (HARDT e NEGRI, 2001) refere-se ao um modo de governar a partir de agências supranacionais. Os autores explicam que não se trata de fazer uma transposição dos impérios da antiguidade para a contemporaneidade, mas do quanto as agências adentram os territórios nacionais e regem a sociedade de uma forma específica. O estilo de vida, aliado às formas financeiras de governar os países está sempre sendo medido a partir de critérios estabelecidos por agências como ONU, FMI, UNICEF etc.



Fonte: ACNUR (2017).

Pode-se ver, na fotografia acima, refugiados aguardando respostas de seus pedidos de reassentamento. O campo de refugiados de Dadaab[14], na fronteira entre Somália e Quênia, está sob administração queniana, e, segundo a Anistia Internacional (2017) apenas 29% das ações previstas para aquele campo puderam ser realizadas. Essa ausência de ações gerou um aumento significativo no número de pedidos de reassentamento e aumento nos processos de repatriamento. O que tento trazer com esta fotografia é a retenção do fluxo migratório, que está melhor debatido no 3º capítulo. O ACNUR oferece possibilidades de deslocamentos após a chegada nos campos de refugiados, mas não contempla todos, assim, conforme a Anistia Internacional, esta imagem representa esse processo.

1.3 Infância, crianças e enquadramentos

A concepção de infância, como temos naturalizada no mundo ocidental, segundo Nascimento, Brancher e Oliveira (2008), foi sendo construída a partir de uma ideia de dependência, tanto afetiva quanto em relação às capacidades e limitações físicas das crianças. Os autores afirmam que "[...] até o século XVII, a ciência desconhecia a infância. Isto porquê [sic], não havia lugar para as crianças nesta sociedade. Fato caracterizado pela inexistência de uma expressão particular a elas." (p. 8). É pensando nesse corpo separado, porém dependente, o qual precisava ser preparado para o mundo adulto que se reconhece a criança como sujeito

14 Este campo de refugiados é considerado o maior e mais populoso do mundo;

diferenciado deste. Ainda segundo os autores, a partir do século XVIII, só passava a não ser mais criança quem saísse da dependência "[...] ou pelo menos dos graus mais baixos de dependência, e a palavra infância passou a designar a primeira idade de vida: a idade da necessidade de proteção, que perdura até os dias de hoje." (p. 8). As ideias que norteiam a infância passam a ser: proteção, amparo, dependência e obediência. "Percebe-se, então, que a primeira preocupação com a infância ligou-se à disciplina e à difusão da cultura existente, limitando todo e qualquer movimento infantil destinado ao prazer e ao aprendizado." (p. 8).

Uma transição na mudança da ideia de infância e de "como cuidar da criança", do século XVIII para os séculos XIX e XX, pode ser percebida quando Nascimento, Brancher e Oliveira (2008) apontam que a criança era considerada irracional e, por isso, entendia-se que ela não era capaz de agir com sobriedade e coerência no mundo, necessitando de controle por parte dos adultos. A partir do século XIX começaram a circular as ideias pós-revolução francesa, relacionadas às crianças no que diz respeito à disciplina e às questões de prepará-las ao mundo adulto.

Na contemporaneidade, a infância ainda é entendida como um lugar de proteção e também de investimento para a vida adulta. Trata-se de uma concepção ocidentalizada, porém visivelmente seguida em maior ou menor grau em termos mundiais. Agrega-se a isso o fato de uma agência supranacional, como a ONU, ter um órgão especificamente para tratar das questões da infância, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Agências desse tipo sugerem uma universalização dos modos de "ser criança" que cada país deveria seguir.

Conforme o site:

> O UNICEF recebeu da Assembleia Geral das Nações Unidas o mandato de fazer gestões pela proteção dos direitos das crianças, ajudando-as a satisfazer suas necessidades básicas e a expandir suas oportunidades de pleno desenvolvimento. O UNICEF orienta sua conduta a partir do texto da Convenção sobre os Direitos da Criança e luta para que os direitos da criança sejam reconhecidos como princípios éticos permanentes e padrões de comportamento no que se refere à criança. O UNICEF insiste em que a sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças são imperativos universais para o desenvolvimento, indispensáveis ao progresso humano. O UNICEF mobiliza vontade política e recursos materiais para auxiliar os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, a garantir prioridade absoluta à criança e a construir uma estrutura para a formulação de políticas apropriadas e oferta de serviços para todas as crianças e suas famílias. O UNICEF dedica-se a assegurar proteção especial às crianças menos favorecidas, vítimas de guerra, desastres, pobreza extrema e de todas as formas de violência e exploração, como também àquelas com deficiências. O UNICEF atua, em situações de emergência, visando à proteção dos direitos da criança. Em coordenação com parceiros das Nações Unidas e agências humanitárias, o UNICEF coloca à disposição de suas contrapartes sua capacidade de rápida ação, para aliviar o sofrimento das crianças e de seus responsáveis. O UNICEF é apartidário, e sua cooperação é isenta de discriminação. Em todas as suas ações, é garantida prioridade às crianças menos favorecidas e aos países mais necessitados. O UNICEF visa, por meio de seus Programas de Cooperação com os países, promover

> a igualdade de direitos das mulheres e das meninas e apoiar sua plena participação no desenvolvimento político, social e econômico de suas comunidades. O UNICEF trabalha com todos os seus parceiros para atingir a meta do desenvolvimento humano sustentável, adotada pela comunidade mundial, assim como para concretizar a visão de paz e progresso social, contida na Carta das Nações Unidas. (UNICEF, 201-).

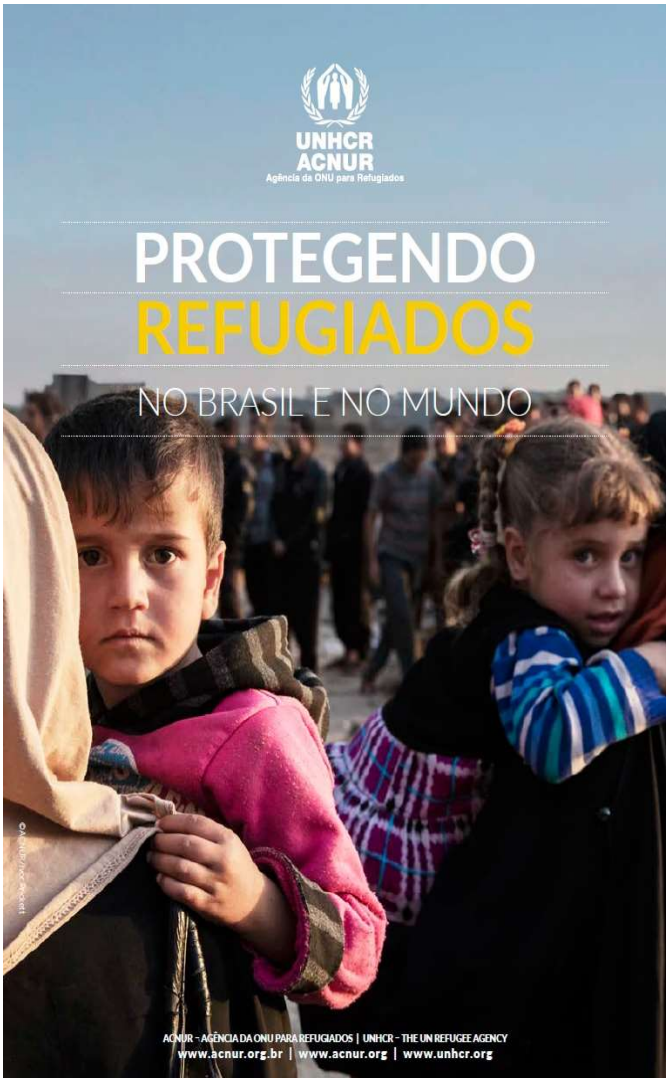
A partir desses pressupostos, é possível afirmar que há um ideal de como os países devem tratar e/ou cuidar das crianças em seus territórios, no discurso das agências supranacionais. Assim, a partir desse ideal, choca/comove/revolta o observador/leitor ao ver e saber que há crianças distantes desse ideal. Conforme dados da ONU (2018a), mais da metade da população de refugiados é constituída por crianças. Esse índice chega próximo aos 52%. Butler (2011) vai descrevendo a vida precária[15] como esta que desperta o desejo de matar, mas que também desperta sensos de solidariedade. A autora ainda coloca que o significado bíblico de "não matarás" chama para essa solidariedade. Se há um desejo de morte, há também um desejo de paz, pois trata-se de um Outro.

Isso fica mais evidente na infância e nos enquadramentos das fotografias que o ACNUR produz para mobilizar campanhas em prol destas. Butler (2015), afirma que "[...] uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva." (p. 13). É nesse sentido que o site do ACNUR e boa parte das fotografias em questão nos levam a querer investir nessas vidas. Sabe-se o quanto tais vidas estão vulneráveis e o objetivo dessas organizações supranacionais é sensibilizar e torná-las enlutáveis, precárias e vivas.

Nesta tese me propus a abordar sobre as crianças refugiadas; a diferenciação sobre o conceito de infância se faz presente, levando em conta que há uma percepção de distanciamento da ideia de infância. As crianças refugiadas, em parte das fotografias, estão em situações distantes do que se concebeu ao longo dos séculos como seres que vivenciam a infância. Ainda que se possa colocar em cheque o fato da ocidentalização desse conceito de infância, ele se faz presente, inclusive, em sua negativa ou no afastamento das crianças desse ideal.

As agências supranacionais, além de determinar o que é infância, também trazem consigo um papel de tentativa de aproximação desse ideal. É por estarem distantes desse ideal que trato das crianças refugiadas e não de infância, embora aborde a infância como um ponto a ser explorado nas fotografias.

15 Aprofundarei este conceito do capítulo 4.



Fonte: ACNUR (2017).

Na fotografia acima, podemos perceber uma tentativa do ACNUR em sensibilizar as pessoas que acessam a cartilha, que é lançada anualmente, desde 2016. Seu foco está no Brasil, que passou a receber um grande fluxo de refugiados. Nela são descritas as ações do ACNUR em prol dos refugiados que chegam e têm o país como destino.

Olhei para essas fotos a partir do que Butler (2015) traz como enquadramento, que vai determinar e direcionar o que é visto por quem está observando as fotografias e o próprio documento. Para o objetivo do ACNUR, que é a sensibilização para as jornadas dos refugiados (ainda que essas jornadas se encerrem nos campos de refugiados) e conseguir doações para essas ajudas, é necessário que essas fotos e esse enquadramento tenham condições de reprodutibilidade.

Ainda citando a autora, é necessário ressaltar que o enquadramento:

> [...] não é capaz de conter completamente o que transmite, e se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva a seu conteúdo. Em outras palavras, o

> enquadramento não mantém nada integralmente em um lugar, mas ele mesmo se torna um rompimento perpétuo, sujeito a uma lógica temporal de acordo com a qual desloca de um lugar para outro. Como o enquadramento rompe constantemente com seu contexto, esse autorrompimento converte-se em parte de sua própria definição. Isso nos conduz a uma maneira diferente de compreender tanto a eficácia do enquadramento quanto sua vulnerabilidade à reversão, à subversão e mesmo à instrumentalização crítica. O que é aceito em uma instância, em outra é tematizado criticamente ou até mesmo com incredulidade. (BUTLER, 2015, p. 26).

Assim, neste primeiro capítulo, procurei trazer os conceitos que são centrais nesta tese. Os caminhos trilhados para esta pesquisa não cessam nessas escolhas, pois a trato como uma cristalização necessária, mas não finita em si mesma. Por fim, as escolhas metodológicas, descritas no capítulo a seguir, procuram contar do percurso de problematização das fotografias presentes nas cartilhas e nos documentos oficiais do ACNUR.

2 AS FOTOGRAFIAS E O ACNUR: DA MOLDURA À VIDA ENLUTÁVEL DAS CRIANÇAS REFUGIADAS

Cada escolha determina uma forma, um modo de ser/estar/olhar. Com esta tese não seria diferente. Chego aqui tendo tomado decisões que delimitaram jeitos de me conduzir e conduzir quem lê. Direcionar o olhar, enquadrar e focar aquilo que quero que seja visto faz parte deste processo, no sentido de contar das construções da pesquisa. Desse modo, entendo e assumo que as escolhas metodológicas também passam por enquadramentos possíveis neste momento histórico em que discutimos as questões relacionadas à migração e ao refúgio.

Ao tratar especificamente do assunto, não basta falar como elemento da fotografia, mas também sobre os conceitos que norteiam esta tese, que trata do refúgio, da infância, de processos de precariedade e de tornar as vidas passíveis de luto. Esses conceitos operam e também determinam formas de ver a fotografia, e são assuntos contidos nelas. Os elementos que Kossoy traz para a fotografia também colaboram no direcionamento do olhar para emoldurá-las, como conceituado por Butler.

Ao aproximar o enquadramento com a questão das fotos dos refugiados, dentro de documentos de uma agência internacional voltada para as questões do refúgio, faço referência àquilo que Butler coloca como um problema epistemológico:

> As molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como perdida ou lesada [...] estão politicamente saturadas. Elas são em si mesmas operações de poder. Não decidem unilateralmente as condições de aparição, mas seu objetivo é, não obstante, delimitar a esfera da aparição enquanto tal. (BUTLER, 2015, p. 14).

Escolher também significa abrir mão, em algum momento, de outras possibilidades, de outras formas de mostrar determinadas nuances. Assim, quando escolho analisar algumas publicações disponíveis no site do ACNUR, na seção Publicações, direciono o olhar para os acontecimentos mais recentes (de 2010 a 2017).

Direciono, também, o olhar para a fotografia, entendendo-a a partir do que Kossoy (2007) vai nos mostrar como sendo um registro cultural e temporal em que costumes, habitação e objetos ficam memorizados. Assim, o fotógrafo (ou a agência que demanda imagens) também participa do processo de registro de cultura, já que ele domina as técnicas, e a agência seleciona e enquadra determinadas especificidades, o que gera uma intenção de fotografia ou um filtro cultural. Kossoy ainda afirma ser importante pesquisar a biografia do autor. Embora eu reconheça essa importância, para esta tese, foco na agência, no caso, o ACNUR, pois ela

também escolhe fotos específicas para colocar em seus documentos, site, e outros meios de divulgação.

2.1 Possibilidades de ver as fotografias: o processo metodológico

Butler (2015) e Sontag (2003) estão de acordo sobre como as fotografias apresentam aquilo que queremos ver e mostrar. Mas ambas também concordam que as interpretações rompem qualquer margem/moldura/enquadramento. Pensando a partir dessas autoras, como elas colaboram com o processo da construção desta tese, a pergunta que me ajuda a guiar um caminho metodológico é: Como a ideia de criança está sendo produzida nas fotografias dos documentos do ACNUR?

A fim de qualificar a discussão, recorro, de início, aos estudos sobre a literatura, para, em seguida, pensar as fotografias. Conforme Ceia (2009), a literatura é entendida a partir de dois aspectos: o sistema e a função. Quando reconhecida como sistema, ela pode ser compreendida como um conjunto de entidades, de alguma forma organizadas e que mantêm relações de interdependência entre si para alguma finalidade, geralmente explicativa ou de sequência textual. Já enquanto função, a literatura trata da possibilidade de algum elemento estar em conexão com os outros e com o todo. Trata-se de um conceito organizacional do texto, que tem por finalidade ter os elementos que fazem-no avançar em si, assim como os elementos que o integram de forma complementar. A fotografia vai ser central na tese na medida em que algumas de suas características vão sendo mostradas ou percebidas mais do que outras que se juntam para uma melhor sequência. É possível trazer esses elementos da literatura para os documentos, pensando esta tese; as fotografias, os textos nos documentos e a maneira como são trazidos apresentam conexões.

Sontag (2003), narrando o processo da ditadura espanhola do general Franco, coloca que quando este fazia sessões de tortura, perseguições, táticas de bombardeio etc., na sua colônia marroquina, as formas como esses acontecimentos eram noticiados passava por enquadramentos[16] específicos. Enquanto essas ações bélicas ocorriam na colônia, a imprensa e os órgãos internacionais não olhavam com muitos ares de preocupação. Conforme a autora, isso se deve ao fato de os colonizados serem "[...] de cor mais escura e ainda por cima infiéis [...]"

16 É a partir desse entendimento do enquadramento da Sontag, que Butler também utiliza essa expressão (*framme* em inglês) para designar questões de como vamos olhar para determinadas fotografias, imagens, quadros etc.

(p. 25-26). O que passa a comover e preocupar a comunidade internacional, ainda conforme a mesma autora, é quando tal general começa a agir da mesma forma na Espanha.

O que essa situação tem em comum com os processos migratórios/de refúgio? Relacionam-se a tratamentos diferenciados que dependem do grupo populacional atingido por determinadas ações do Estado, que visam priorizar algum tipo de política racista e xenófoba, tal qual Foucault (2005) aponta como racismo de Estado, sendo uma forma de governar e controlar as populações. Segundo o autor, é esse racismo que, dá as "[...] condições de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização." (p. 306).

É possível afirmar que esse racismo de Estado é percebido nas instituições supranacionais quando há uma diferenciação de encaminhamentos de determinados grupos. Foucault (1999), ao inverter o princípio de Clausewitz[17] e afirmar que "a política é a guerra continuada por outros meios", mostra que um dos papéis dessa política de guerra é escolher a quem matar, para que se preservem outros. Dentro dos fluxos migratórios e de refúgio, sugiro que é possível observar aspectos dessa política de vida e morte por meio dos documentos do ACNUR, a partir da composição das suas fotografias.

No capítulo 1, explicitei sobre todas as vidas serem precárias e passarem por diferentes condições de precariedade. Conforme Butler (2015), a precariedade é a maneira pela qual as possibilidades de socialização de uma pessoa determinam o quanto a vida pode passar por maiores situações de violência ou vulnerabilidades. Os refugiados, entre si, não passam pelos mesmos processos de vulnerabilidade. As mulheres com traços caucasóides passam por dificuldades diferentes; as mulheres negras por outras; as crianças caucasoides ou negras, meninas ou meninos, também passam por diferentes formas de terem suas vidas marcadas por processos de vulnerabilidade.

Segundo Idoeta (2018), dentre as principais causas da produção de uma população refugiada estão as guerras, sejam elas civis, sejam elas por disputas territoriais e/ou recursos naturais. A autora aponta também que motivações econômicas e políticas acabam por produzir uma população refugiada. Se a política é a guerra continuada por outros meios, podemos compreender o aumento no fluxo de refugiados como uma das políticas de guerra. Afinal

> [...] é efetivamente um dos traços fundamentais das sociedades ocidentais o fato de as correlações de fora que, por muito tempo tinham encontrado sua principal forma de expressão na guerra, em todas as formas de guerra, terem- investido, pouco a pouco, na ordem do poder econômico (FOUCAULT, 1999, p. 97).

17 O princípio de Clausewitz é: "a guerra é a política continuada por outros meios".

As agências supranacionais mudaram o entendimento do Direito. Para Hardt e Negri (2001), há uma "[...] nova noção de direito, ou melhor, um novo registro de autoridade e um projeto original de produção de normas e de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolvem conflitos." (p. 27). Essas agências passam a ser os norteadores do direito, embora, segundo os autores, respeitem a soberania nacional. Ainda que essas agências se proponham a tal respeito da soberania, fica evidente que a ONU e seus órgãos para populações específicas acabem tornando-se o centro do Direito ocidental.

2.2 Olhar os documentos, as fotografias, as crianças

Ao deparar-me com os 12 documentos produzidos de 2010 a 2017, foi necessário debruçar-me e recortar as fotografias, todas que apareciam em qualquer um dos documentos. Eram aproximadamente 230 imagens, cada uma conta uma história, traz um dado, um fato. Tal volume dificultaria uma análise qualitativa, além disso, após o exame de qualificação, a discussão aqui proposta foi afinada e as imagens selecionadas foram aquelas que apresentavam os percursos das crianças migrantes e refugiadas.

A seguir, trago uma sistematização sobre os documentos e as fotografias que compõem a tese. No primeiro quadro, apresento os documentos retirados da seção de Publicações do site do ACNUR. Os documentos selecionados eram, necessariamente, compostos por fotografias.

Quadro 1- Documentos retirados da seção Publicações do site do ACNUR que contém fotografias

Documento	Ano	n.º de imagens
Programa de ensino Direito Internacional dos Refugiados	2010	16
Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas	2010	46
Promovendo Meios de Subsistência e autossuficiência: guia operacional para a proteção de refugiados (as) e soluções em áreas urbanas	2011	5
Ação contra a Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada	2011	7
Planejamento de meios de subsistência no ACNUR: guia operacional	2012	11
Cartilha Direitos da Mulher - prevenção à violência e ao HIV-AIDS	201-[18]	14
Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil	201-	29
Memórias do Trigésimo Aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados	2015	50
Cartilha Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo	2016	20
Cartilha Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo	2017	25
Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio LGBTI	2017	5
Relatório Anual - Cátedra Sérgio Vieira de Mello	2017	5
Total de fotografias	**10-17**	**232**

Fonte: Autora (2019).

18 Os documentos do ACNUR estão em ordem cronológica, decrescente, ou seja, os mais recentes acima e, conforme vão ficando mais antigos vão descendo. Embora esses documentos estejam sem ano especificado, encontram-se no meio deste espaço de tempo entre 2010-2017.

Em primeiro momento, foi necessário um filtro, e como meu foco era a produção das crianças migrantes e refugiadas nas fotografias, esse número diminuiu para 170 fotografias aproximadamente. Foram retiradas aquelas em que apareciam apenas membros que trabalhavam ou representavam o ACNUR.

Quadro 2- Quantitativo de fotografias dos documentos do ACNUR que têm presente o refugiado

Documento	**Ano**	**n.º de imagens**
Programa de ensino Direito Internacional dos Refugiados	2010	15
Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas	2010	8
Promovendo Meios de Subsistência e autossuficiência: guia operacional para a proteção de refugiados (as) e soluções em áreas urbanas	2011	5
Ação contra a Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada	2011	7
Planejamento de meios de subsistência no ACNUR: guia operacional	2012	11
Cartilha Direitos da Mulher - prevenção à violência e ao HIV-AIDS	201-	13
Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil	201-	27
Memórias do Trigésimo Aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados	2015	46
Cartilha Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo	2016	13
Cartilha Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo	2017	19
Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio LGBTI	2017	3
Relatório Anual - Cátedra Sérgio Vieira de Mello	2017	6
Total de fotografias	**10-17**	**171**

Fonte: Autora (2019).

Após definir esse primeiro recorte de imagens, precisava organizá-las pelo que elas pudessem me remeter. Foi necessário etiquetá-las e colocá-las em determinados grupos. Assim, foi necessário utilizar um programa que pudesse organizar as fotografias conforme as etiquetas colocadas. O programa escolhido foi o *digiKam*®.

Segundo informações dos desenvolvedores, o *digiKam*® é um gerenciador de fotos de código aberto, ou seja, trata-se de um software livre, cuja a melhoria pode ser feita por cada usuário. Com esse programa é possível agrupar fotos de uma determinada pasta(s) e/ou subpastas do computador e organizá-las conforme os interesses de cada usuário. Desse modo, ao analisar as fotos retiradas dos documentos, adicionei etiquetas daquilo que meu olhar buscava, ao mesmo tempo que era direcionado.

A partir desse programa, foi possível separar as fotos pelas seguintes etiquetas:

* ajudado: fotografias onde claramente aparece situação de um refugiado que recebeu ajuda, do tipo humanitária (por exemplo em campos de refugiados) ou mesmo após sua situação "resolvida" no país de refúgio;

* ajudante: fotografias onde aparecesse algum trabalhador e/ou voluntário com colete, ou crachá, ou algo que remetesse a ajuda direta do ACNUR;

* criança: fotografias onde aparecem criança ou grupo de crianças;

* estudante: fotografias onde aparecem refugiados em situação de ensino formal, seja em escola de campo de refugiados, seja em escolas no país de refúgio;

* feminino: onde a refugiada em destaque ou com grande foco é a mulher;

* gênero: onde pode ser feita discussão a partir das questões de gênero;

* incluído: onde há claramente uma situação de inclusão, seja escolar, seja de trabalhador refugiado ou de inserção efetiva no país buscado;

* masculino: onde o refugiado em destaque ou com grande foco é homem;

* maternidade: fotografias que remetam à ideia de maternidade;

* paternidade: fotografias que remetam à ideia de paternidade;

* refugiado: primeiro marcador, aqueles que, devido à posição, legenda original da fotografia ou a quem o documento se refere. Aqueles que estavam enquadrados como refugiados;

* trabalhador: fotografia da refugiada ou do refugiado em situação de trabalho, independentemente de sua natureza;

* vulnerável: quando, na fotografia, for detectada alguma situação de vulnerabilidade do sujeito refugiado.

Ao etiquetar as fotografias com determinados marcadores e não outros, sei que deixei de lado alguns sentidos possíveis. Conforme explicita Butler (2015), mesmo com a moldura ou o enquadramento, muitas coisas escapam.

Quando me proponho a uma pesquisa que se aproxima das questões pós-estruturalistas, tenho em mente que, provavelmente, não há um método, uma forma de fazer meu trabalho pronto em alguma referência, mas que a construção dessa metodologia está se dando ao longo do processo. Não me proponho, então, a fazer somente a análise das fotografias, mas, na medida do possível, dialogar com elas. Também não se trata de fazer este trabalho sozinha, pois ele está alinhado com o grupo de pesquisa "Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos", que tem voltado suas pesquisas para temas relacionados às migrações. Assim, sabendo que o trabalho passa e passará por tensionamentos e diferentes graus de (trans)formações, trago Zanella (2011) para explicar que este processo da dialogia é complexo pois ele traz o "[...] encontro com olhares de muitos outros, sejam estes participantes da investigação, colegas com quem [se] troca ideias e autores eleitos como locutores para a leitura [tanto de textos quanto das fotografias] do que emerge como resultado e das discussões apresentadas, das possibilidades de ver do pesquisador se modificam." (p. 19).

Num segundo momento, foi necessário delimitar de quais refugiados eu iria falar. A infância e as crianças foram o público a ser analisado e problematizado nas fotografias. Essa escolha se deu a partir do fato de as crianças liderarem as estatísticas oficiais de refúgio, quanto ao público alvo dos maiores investimentos à vida. Assim, tanto com a ajuda do *digiKam*® quanto de uma nova busca dentro desses documentos, fui delimitando e coletando-as, então, focando nas questões da infância.

Quadro 3- Quantitativo de fotografias dos documentos do ACNUR com a etiqueta "criança"

Documento	**Ano**	**n.º de imagens**
Programa de ensino Direito Internacional dos Refugiados	2010	9
Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas	2010	8
Promovendo Meios de Subsistência e autossuficiência: guia operacional para a proteção de refugiados (as) e soluções em áreas urbanas	2011	-
Ação contra a Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada	2011	5
Planejamento de meios de subsistência no ACNUR: guia operacional	2012	4
Cartilha Direitos da Mulher - prevenção à violência e ao HIV-AIDS	201-	5
Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil	201-	18
Memórias do Trigésimo Aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados	2015	27
Cartilha Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo	2016	6
Cartilha Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo	2017	12
Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio LGBTI	2017	-
Relatório Anual - Cátedra Sérgio Vieira de Mello	2017	6
Total de fotografias	**10-17**	**100**

Fonte: Autora (2019).

O quantitativo de fotografias que contêm crianças vai ao encontro daquilo explicitado anteriormente dos dados do próprio ACNUR, que afirma que mais de 50% dos refugiados são menores de idade. Esse quantitativo revela também que há com elas um misto de preocupação e esperança. Assim, fez-se necessário mostrar o que significam esses documentos para este trabalho.

2.3 Os documentos: como os mesmos molduram as crianças

Quando apresento o quadro 3, mostro que apenas dois documentos não contêm fotografias de crianças. O documento "Promovendo Meios de Subsistência e autossuficiência: guia operacional para a proteção de refugiados (as) e soluções em áreas urbanas" (ACNUR 2011) é o primeiro deles. Tal documento está voltado para a população adulta, corroborando o que foi abordado no capítulo anterior, sobre a infância estar sendo o espaço/tempo de proteção da criança, em que o trabalho não é o objetivo principal, já que trata de formas de geração de renda.

O outro documento que não coloca a criança em evidência é a "Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio LGBTI" (ACNUR 2017). Como se trata do primeiro documento à população LGBTI, pode-se perceber que este surge no mesmo período das denúncias de campos de concentração na Chechênia (BBC, 2017), que causaram mobilizações para que a população LGBTI desta região tivesse o reconhecimento do *status* de refugiado mais rapidamente. Esse documento é um dos poucos que, no seu interior, apresentam quatro idiomas explicativos.

O foco para esta tese está na análise das fotografias em que as crianças apareçam dentro dos documentos do ACNUR. Conforme Kossoy (2007), a fotografia pode ser entendida como um dos desdobramentos da imagem e, como toda imagem, ela também é passível de leituras e interpretações diversas. Esses documentos trazem molduras que colocam nosso olhar em determinadas direções e estão direcionados para objetivos diversos, mesmo abordando, em alguns casos, temas ou problemáticas específicas.

O primeiro documento do período analisado é o "Programa de ensino Direito Internacional dos Refugiados" (ACNUR, 2010). Trata-se de um material de estudos de um curso oferecido pela agência para que, em especial, as universidades da América Latina tivessem conhecimentos teóricos acerca das questões das populações refugiadas. Segundo um dos objetivos específicos do programa é importante: "fornecer às Universidades da América Latina uma ferramenta de referência simples, flexível e atualizada, como modelo para o desenho de cursos universitários ou atividades de formação complementar em Direito Internacional do Refugiado[19] (DIR)". Tal programa de ensino aponta uma série de referências bibliográficas e conteúdos programáticos para que as instituições possam promover cursos específicos sobre os direitos dos refugiados. Percebe-se uma proporção de 9/15 na quantidade de fotografias que contêm crianças, isso mostra que, já na formação, há uma preocupação com o fluxo de crianças refugiadas.

O documento "Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas", organizado por Barreto (2010), trata a questão do refúgio tendo como foco principal o Brasil como país de destino. Esse documento traz as legislações nacionais e suas mudanças ao longo dos anos, desde o ano em que o Brasil aderiu à carta da ONU. Além disso, traz também os desafios que o Brasil enfrenta no início deste século, além de um ensaio do fotógrafo afegão Zalmaï que mostra pessoas deslocadas na África do Sul, Colômbia e Malásia. Nesse documento,

19 Acréscimo meu. No original apresenta-se diretamente a sigla.

ao deslocar um pouco o olhar do ensaio fotográfico, que tem uma sessão específica, ainda constam 9 fotografias, sendo 7 com crianças. Levando em conta apenas o ensaio fotográfico, são 28 fotografias, sendo que em 23 delas aparecem crianças.

Para falar das questões de gênero e, especialmente, sobre as refugiadas o documento "Ação contra a Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada" (ACNUR, 2011) traz consigo algumas formas de prevenção e proteção relacionadas à Violência Sexual e de Gênero (VSG). Conforme anuncia o documento

> A violência sexual e de gênero (VSG) ameaça mulheres e meninas deslocadas, bem como homens e meninos, em todas as regiões do planeta. A criação de ambientes seguros e a redução do risco da VSG somente podem ser alcançadas se tratarmos adequadamente da questão da desigualdade de gênero e da discriminação. Embora o problema da VSG receba muito mais atenção internacional atualmente – como ilustrado pelas Resoluções do Conselho de Segurança 1820, 1888 e 1960 – impedir a ocorrência da VSG continua sendo um desafio complexo. A fim de auxiliar as operações a combater este importante problema de proteção, o ACNUR apresenta a *Ação Contra a Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada*. Esta estratégia proporciona uma estrutura para auxiliar as operações do ACNUR em lidar com a VSG com base em uma abordagem multissetorial e interinstitucional. Por muitos anos, as políticas e os programas do ACNUR têm ajudado as operações a resolver os casos de VSG, em coordenação com outros atores. 80% das operações em áreas urbanas e 93% no campo possuem os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para VSG, os quais reforçam a cooperação entre as partes. Além disso, o apoio às organizações de base-comunitária tem dado às comunidades uma maior sensação de domínio na abordagem da VSG. (ACNUR, 2011, p. 5, grifo do autor).

O documento possui, em seu interior, 7 fotografias que retratam refugiadas; em 5 delas aparecem crianças, conjuntamente com as mulheres. Há uma evidente preocupação em relação às meninas pois, conforme o documento, as crianças e, em especial as meninas, ficam mais vulneráveis às situações de violência no percurso de refúgio.

Ao explorar o documento "Planejamento de meios de subsistência no ACNUR: guia operacional" (ACNUR, 2012), percebe-se uma preocupação com as questões de empoderamento e autossuficiência. O documento traz dados e relatos sobre situações dos refugiados em seus países de destino. A geração de renda aparece como preocupação pois:

> A pobreza gera novos riscos para a proteção. Os pobres estão mais inclinados a adotar estratégias de risco, incluindo atividades ilegais e criminosas, tal como a prostituição, o contrabando e o trabalho infantil. O corte de despesas familiares, uma estratégia-chave para adaptação a mudanças, pode apresentar novos desafios à proteção. Por exemplo, é comum que famílias em áreas urbanas compartilhem suas moradias para economizar dinheiro, mas a convivência próxima com pessoas de fora da família cria riscos para o bem-estar físico de mulheres e crianças. Nos campos de refugiados, a falta de oportunidades econômicas pode levar os refugiados a deixarem a área para buscar trabalho – mas este movimento traz consequências à segurança (exposição a intimidação fora do campo) e financeiras (exemplo: o custo do transporte). (ACNUR, 2012, p. 8).

Nesse trecho, é possível compreender a ideia de infância e da criança como um ser que deveria viver essa faixa etária com segurança e proteção, como explicitado no capítulo anterior. Embora as preocupações econômicas sejam as mais explicitadas, por se tratar de um documento que aborda a subsistência, aspectos como proteção (ou a falta dela), as crianças ficam em foco tanto como causa como consequência de uma vulnerabilidade.

A "Cartilha Direitos da Mulher - prevenção à violência e ao HIV-AIDS" (ACNUR, s/a) aparece como um documento informativo a quem está chegando ao Brasil Ressalta-se ao longo do documento a preocupação com as questões da violência contra a mulher, trazendo dados e informações sobre a legislação brasileira para a proteção das mulheres. Segundo consta na cartilha, os motivos para que ela fosse feita foram:

> A cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil; O Brasil é um dos países que mais sofre com a violência doméstica: 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a esse tipo de violência; Pelo menos uma a cada três mulheres ao redor do mundo sofre algum tipo de violência durante sua vida; A violência doméstica é a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade e mata mais do que câncer e acidentes de trânsito; Cerca de 70% das vítimas de assassinato do sexo feminino foram mortas por seus maridos ou companheiros; A violência contra a mulher atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, raças e etnias, religiões e culturas; A violência contra a mulher produz consequências emocionais devastadoras, muitas vezes irreparáveis e impactos graves sobre a saúde mental sexual e reprodutiva da mulher; Mais de 40% das ações violentas resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos; A violência ou mesmo o medo da violência aumenta a vulnerabilidade da mulher à infecção pelo HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. O temor de sofrer violência pode, por exemplo, fazer com que a mulher se submeta a relações sexuais desprotegida. (ACNUR, p. 5, s/a).

Nesse documento há 13 fotografias, 5 com a presença de crianças. Ainda nessa cartilha, explicita-se acerca do quanto a violência doméstica afeta não somente a mulher, mas também as crianças. O foco dessa cartilha de cunho didático é mostrar aos refugiados que chegam ao Brasil que a violência contra a mulher é passível de punições.

Outro documento para os que chegam é "Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil" (ACNUR, 201-). Trata-se de uma cartilha indicando caminhos para aqueles que ainda não têm seu *status* de refugiado reconhecido, mesmo já estando em solo brasileiro. O documento encontra-se em quatro idiomas, sendo eles: português, inglês, espanhol e francês. A cartilha tem 27 fotografias e em 18 delas aparecem crianças. Embora o quantitativo de fotografias que têm criança presente seja alto, não há direcionamentos específicos para elas em termos de encaminhamentos de solicitação de refúgio.

As "Memórias do Trigésimo Aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados" (ACNUR, 2015) é um documento comemorativo que vai traçando as ações do ACNUR ao

longo dos anos desde a assinatura da Declaração de Cartagena em 1984. O documento tem 47 fotografias onde aparecem os refugiados; em 27 dessas fotografias, há crianças em sua composição. O documento mostra, ao longo de 30 anos, as mudanças no cenário mundial e as estratégias para uma possível proteção aos refugiados, desde a Declaração de Cartagena.

A Declaração de Cartagena estabeleceu acordos entre vários países das Américas acerca das questões de refúgio para "[...] pensar nos problemas jurídicos e humanitários que afetavam os refugiados centro-americanos, nas décadas de 70 e 80." (ACNUR, 2015 p. 14). A Declaração de Cartagena ratifica aspectos do Estatuto dos Refugiados (ONU, 1951) que prevê "o mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados se aplica a todos os Estados, sejam ou não partes da mencionada Convenção e/ou Protocolo" (ACNUR, 1984).

As cartilhas "Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo" (ACNUR 2016, 2017) são documentos semelhantes entre si, recebendo algumas atualizações sobre os dados de refúgio. Ambos os documentos são voltados aos brasileiros como forma de conscientização/processo educativo de quem são os refugiados, o trabalho do ACNUR, e como outras pessoas podem se agregar neste processo. No documento de 2016 há 13 fotografias, das quais 6 apresentam crianças; já no documento de 2017, esse número cresce para 19 fotografias, sendo 12 com a presença de crianças.

Por fim, o último documento do período analisado é o "Relatório Anual - Cátedra Sérgio Vieira de Mello" (ACNUR, 2017). Esse documento mostra as universidades que, até aquele momento, tinham convênio e os procedimentos regulamentados de ingresso facilitado para refugiados. Todas as 6 fotografias que mostram refugiados são compostas por crianças. A Cátedra Sérgio Vieira de Mello é uma parceria entre o ACNUR e as Universidades, visando promover o tripé da educação superior (ensino, pesquisa e extensão), voltada não somente às questões dos refugiados, mas à facilitação do acesso ao ensino superior dessa população no Brasil. Em outras palavras:

> Neste acordo de cooperação com as universidades interessadas, o ACNUR estabelece um Termo de Referência com objetivos, responsabilidades e critérios para adesão à iniciativa dentro das três linhas de ação: educação, pesquisa e extensão. Além de difundir o ensino universitário sobre temas relacionados ao refúgio, a Cátedra também visa promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro desta temática. O trabalho direto com os refugiados em projetos comunitários também é definido como uma grande prioridade. Como exemplos de iniciativas, diversas universidades têm desenvolvido ações para fomentar o acesso e permanência ao ensino, a revalidação de diplomas, assim como o ensino da língua portuguesa à população de refugiados. (ACNUR, 2001-2018, s/p).

Após descrever o conteúdo dos documentos e analisando o quantitativo em si de fotografias é necessário ressaltar que há documentos de diversas naturezas. Há os de tipo

“cartilha” que, conforme Silva (s/a), trata-se de um manual didático assim como um instrumento linguístico que se caracteriza por instrumentalizar e descrever a língua. “Ela coloca em funcionamento diferentes formações discursivas, em que se pode observar uma migração e deslizamento de sentidos entre diferentes discursos, construindo novas formas de gestão do político nas práticas sociais.” (SILVA, s/p.).

Além desse tipo de documento, há os programas de ensino que são materiais voltados a cursos específicos, neste caso, para pensar as questões do refúgio na atualidade. Esses programas permitem organizar e detalhar um processo pedagógico. Além disso, deve orientar o docente no que diz respeito aos conteúdos, formas e objetivos daquilo que está lecionando.

Já os guias operacionais dizem respeito a modos de padronização para executar determinadas tarefas. Especificamente, o guia operacional para a subsistência vai determinar um padrão de ações para que aqueles refugiados que chegam aos países de acolhida consigam obter empoderamento socioeconômico. Assim, o ACNUR estabelece de algumas formas, meios de colocar o refugiado no mercado de trabalho, e, assim, usufruir do seu país de acolhida. Os documentos que apontam como sendo estratégias seguem esse mesmo padrão de linguagem, uma certa padronização daquilo que será feito em prol do refugiado.

Ao pensar juntamente com Hardt e Negri (2001), é possível perceber uma centralidade de funcionamento das agências supranacionais. Segundo os autores, elas se assemelham aos Impérios, não tanto por sua natureza, como foram os Impérios Romano e Britânico, mas de forma conceitual, por apresentarem 3 características semelhantes: não terá fronteiras demarcadas; não será construído a partir de vitórias históricas, pois há uma suspensão do tempo; e por fim, a última característica diz respeito à criação do seu próprio mundo.

Os documentos produzidos por essa agência tomam significado, produzem e cristalizam formas de enxergar determinada situação. As agências supranacionais podem ser entendidas como o meio e, talvez, fim de como esse Império funciona. Agências como o ACNUR não atuam apenas em um lugar fixo, e, ao mesmo tempo, não estão em todos os lugares, porém é possível ter sua presença conforme a necessidade de determinada região. Especificamente, o ACNUR ajuda no acolhimento das pessoas que fogem de conflitos, ao mesmo tempo que seguram um possível “superfluxo” de pessoas:

> O Império não só administra um território como sua população mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana. O objeto do seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder. Finalmente, apesar de a prática do Império banhar-se continuamente em sangue, o

> conceito de Império é sempre dedicado à paz - uma paz perpétua e universal fora da História. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 15).

O direcionamento de olhar, a emolduração das fotografias, está permeado por essa discussão do papel e de como as agências supranacionais produzem determinadas formas de ver determinados grupos. Embora o foco seja especificamente nas fotografias, os documentos mostram que há uma forma específica de se ensinar sobre os refugiados, de ensinar àqueles que chegam ao país. Da mesma forma, fica evidente a preocupação em retratar a criança nos materiais, embora não haja nenhum documento específicos sobre elas. Apenas um documento não constava próximo aos 50% de fotografias contendo crianças, o que se torna justificável frente ao direcionamento de conteúdo.

2.4 As crianças no primeiro plano fotográfico

Outra análise primária a ser feita nas fotografias diz respeito ao plano no qual elas estão inseridas. Nesta tese, priorizo as fotos das crianças que aparecem em primeiro plano ou em algum destaque dentro dessas imagens. Trata-se de emoldurar a criança no primeiro plano deste trabalho.

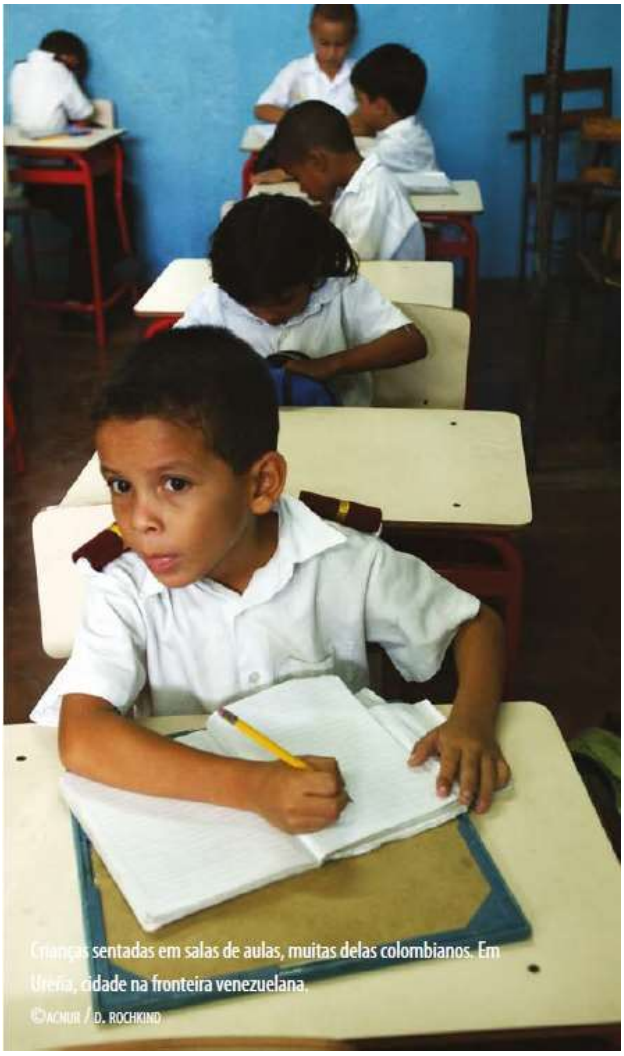
Para Kossoy (2003), tecnicamente, a fotografia é composta por três elementos: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. Ao descrever cada um dos elementos constitutivos, o autor explicita que se trata de "[...] um processo, um ciclo que se completou no momento em que o objeto teve sua imagem cristalizada na bidimensão do material sensível, em um preciso e definido espaço e tempo." (p. 37). Ainda tratando desses elementos, o autor explica melhor sobre cada um deles.

A tecnologia refere-se ao "material duro", as câmeras, as lentes, o papel fotossensível etc.; é todo o elemento bruto para que se tenha o registro a partir da ação da luz. Já o fotógrafo refere-se à autoria, é o "material agente", o que opera a tecnologia e direciona essa produção, segundo Kossoy (2003), ele é agente e personagem, ele, além de operar a tecnologia, tem o olhar atravessado pelo assunto. E, por fim, por assunto, o autor explicita que se trata de uma escolha temática e, ainda, dentro dessa escolha, a fotografia trata de um fragmento natural, social etc.

Ao tratar a fotografia como produto final, Kossoy (2003) a define como "[...] registro visual fixo de um fragmento do mundo exterior, conjunto dos elementos icônicos que compõem o conteúdo e seu respectivo suporte; são os componentes (interligados) a serem detectados nos estudos específicos, pois constantes em todos os processos." (p. 39). Por ser fragmento nunca será tratado como uma realidade em seu estado mais concreto, por outro lado, a diversidade

desses elementos icônicos faz com que seja possível emoldurá-los e visualizá-los de diversas formas. Conforme explicitado no Quadro 1, as fotografias estarão separadas de acordo com as categorias mostradas.

Mauad (2005) afirma que algumas questões técnicas como o fotografar em si, consumir e observar a fotografia merecem uma atenção especial, pois fazem parte do que ela denomina circuito social da fotografia. Dentro deste circuito, há de se levar em conta aspectos convencionados culturalmente. Por exemplo, se a ideia de infância diz respeito a estar protegido, brincando, estudando; as fotografias das crianças, por mais complexos e violentos que sejam alguns contextos, serão de crianças sorridentes (ao menos a maioria das que estão em primeiro plano). Assim mostra a foto a seguir:



Fonte: ACNUR (2015)[20].

20 Descrição da legenda: crianças sentadas em salas de aulas, muitas delas colombianos. Em Ureña, cidade na fronteira venezuelana.

Nesta fotografia estão presentes alguns elementos que colocam a criança[21] em um dos lugares de infância: dentro de uma sala de aula. Um desses elementos é o não estar sozinha (há outras crianças no mesmo espaço). Outro elemento conta com o nosso imaginário de sala de aula: a suposta supervisão de um adulto (o professor/a professora da sala de aula). Ainda que não apareçam na fotografia, os elementos externos são descritos e se fazem presentes.

Mauad (2005) ainda completa dizendo que cada fotografia é uma mensagem processada "[...] através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sígnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem." (p. 139). Assim, as escolhas das fotos que estão nos documentos do ACNUR não são por acaso, não necessariamente manipuladas, mas produzidas a partir dos diversos atravessamentos sociais do contexto fotográfico.

Schonart (2014), ao trazer a linguagem técnica dos planos fotográficos, explica que boa parte das fotografias possuem diversos planos. Comumente se destacam o primeiro e o segundo plano de uma fotografia, e ambos, segundo a autora têm papel de destaque e precisam estar, de algum modo, conectados. Assim, para a autora, planos fotográficos referem-se ao equilíbrio produzido por tal imagem, e esse equilíbrio está ligado ao enquadramento técnico da fotografia.

Ainda a respeito dos planos fotográficos, cabe destacar que

> Numa fotografia, a técnica permite ainda criar volumes inexistentes, ou então reduzi-los. É possível criar hierarquias entre os elementos da cena, confusão ou interação de planos, e sugerir determinadas sensações à cena: melancolia, nostalgia, dramaticidade entre outras. [...] Em nenhuma representação bidimensional, o que inclui a fotografia, existe uma dimensão real, ela é apenas implícita, é uma ilusão. Ela apenas existe no mundo real, onde é possível senti-la e vê-la através da visão. (SCHONARTH, 2014, p. 40).

Por esse motivo, a ideia de planos fotográficos não é totalmente definida, sendo, por vezes, segundo a autora, controversa, o que cada observador enxerga primeiro em determinada fotografia não é o mesmo que um outro observador. Assim, para esta tese, justifico a utilização das crianças em primeiro plano, ou seja, para onde o meu olhar focou no primeiro momento. Tecnicamente, isso significa, ainda segundo a autora, que há uma probabilidade de a crianças estarem ao centro ou levemente localizadas a diagonal inferior esquerda, conforme especifica a autora

> Um posicionamento descentralizado do elemento principal no quadro, por exemplo, instiga uma tensão oposta e faz com que o espectador interaja com a imagem, na busca pelo senso de equilíbrio. Um objeto colocado no canto superior-direito do campo

21 A criança, aqui entendida como categoria, não exatamente a criança da fotografa em questão.

> visual gera um máximo de tensão, estratégia que não pode ser considerada como um erro, mas sim um desafio ao olhar do leitor, uma provocação, uma vez que o olho humano favorece sempre a zona inferior esquerda do campo visual. [...] As formas visuais devem harmonizar ou contrastar, nunca gerar ambiguidade, nunca deixar o espectador confuso. Se houver a pretensão de posicionar um elemento no centro da imagem, ele deve ser posicionado exatamente no centro, pontualmente. Caso a intenção seja a de contrastar, o objeto merece um posicionamento que gere aguçamento, uma polaridade, fora do eixo vertical e horizontal. Os elementos nunca são compostos de forma aleatória, possíveis de gerar ambiguidade interpretativa. O leitor pode se sentir tenso, instigado, mas jamais confuso. (SCHONARTH, 2014, p. 38).

Desse modo, ainda justifico que algumas imagens podem estar ao canto direito superior se fizerem parte do plano principal da foto. Ainda, foram descartadas fotos em que a criança ou as crianças não estejam em foco. Assim, ao longo da tese, as fotos aparecem com alguma descrição do documento ao qual ela está vinculada, além da problematização a respeito da precariedade e as vidas das crianças serem passíveis de luto, através da comoção.

Smit (1987), explicita que a descrição de uma imagem nunca será completa, sempre escapará algum elemento, seja da descrição, e consequentemente, seja de sua análise. Alguns documentalistas, segundo a autora, chamam isso de "problemas de transcodificação", que é o problema de toda tradução, e "[...] evoca automaticamente: perda de precisão, seleção de informação, possibilidade de erro etc. Afinal, analisar uma imagem significa, quer queiramos quer não, 'traduzir' certos elementos desta imagem de um código icônico para um código verbal." (SMIT, 1987, p. 103).

A fotografia anterior, do menino (em primeiro plano) na sala de aula, vai ao encontro dos detalhes técnicos deste tipo de fotografia e dos elementos problematizadores aos quais esta tese se propõe.

Tecnicamente, aquela fotografia atende, por exemplo aos padrões descritos: está centralizada, com uma leve inclinação à esquerda, uma criança em destaque no primeiro plano, ainda que este plano converse com o segundo plano, em que se encontram outras crianças (mas poderiam conter adultos ou outros elementos). É possível, nessa foto, trazer, inclusive, elementos culturalmente já fixados em nosso imaginário, como o professor (não-visível), supostamente ensinando ou escrevendo algo para tal turma da sala de aula.

Schonarth (2014) aponta que, embora as pessoas tenham a tendência de gostar visualmente de fotografias com cores ricas, brilho, harmonia, contrastes, nitidez etc., por serem as mais familiares, o que tem mudado com o acesso fácil às fotografias e a novos fotógrafos (amadores ou profissionais) são as novas possibilidades estéticas. Com a globalização, inclusive das imagens, novas formas de "achar bonito" determinada técnica ou determinada estética

fotográfica também aparecem. Assim, faz-se necessário descrever alguns grandes grupos de fotografias:

> Uma fotografia comercial vai sempre procurar deixar belo qualquer assunto, mesmo que não o seja, com o intuito de agradar o espectador e obter lucro através da imagem. Já no fotojornalismo, a beleza pode ter uma prioridade bem baixa, uma vez que procura-se retratar com realismo, muitas vezes se tratando de desastres, pobreza e conflitos. A fotografia artística também não prioriza tanto a beleza, mas a expressividade que a fotografia possui, a composição e técnica que está implícita na obra tornando-a única e possível de interpretações variadas. É possível afirmar que, seja qual for o estilo fotográfico, a fotografia exige do fotógrafo conhecimento, criatividade, sensibilidade e talento. (SCHONARTH, 2014, p. 31).

Boa parte das fotografias no site do ACNUR focando nas crianças estão próximas a anúncios de arrecadação de doações da sociedade civil e/ou empresas, também há algumas dessas fotos nos documentos[22]. Se for levar em conta apenas esse aspecto, trata-se de fotografias comerciais, com fins financeiros. Por outro lado, outras fotografias mostram a vulnerabilidade dessa população, o que poderia ser caracterizado como fotojornalismo. Além disso, é possível também classificar algumas fotografias como artísticas, pois algumas tratam de aspectos mais estéticos ou de demonstrar determinada expressividade da cena.

Assim, foram espalhadas, ao longo desta tese, as 15 fotografias, com uma análise delas tanto sobre o aspecto técnico quanto do foco desta tese. Que criança(s) é (são) (re)produzida(s) nas fotografias dentro dos documentos do ACNUR? Para isso, faz- se necessário, problematizar, a seguir, o papel do ACNUR como uma agência supranacional, mas que também tem representatividade dentro dos Estados-Nação e vice-versa.

22 Embora as fotografias do site não entrem na análise desta tese, cabe ressaltar que elas seguem a mesma forma de produção das fotografias presentes nos documentos.

3 AS AGÊNCIAS SUPRANACIONAIS

A ONU, Médicos Sem Fronteiras (MSF), Anistia Internacional, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial etc. são consideradas agências supranacionais, ou seja, organizações com representantes de diferentes países que buscam estabelecer um direcionamento das relações intranacionais, no que tange à política e ao poder. É produzida nessas agências, a regulação de normas que estabelecem acordos entre países, buscando atender determinados objetivos e/ou solucionar problemas locais ou internacionais.

A maioria dessas agências/órgãos/organismos supranacionais surgiram após grandes crises, como Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, e tiveram seus papéis modificados e fortalecidos após o fim da última citada. Independentemente do fim para que essas agências tenham sido criadas, o que cabe ressaltar é, especialmente, seus novos papéis determinados/acordados a partir da década de 1990, após o fim da Guerra Fria e uma evidente soberania do modelo econômico capitalista. Assim, falar dessas agências é contextualizá-las neste modelo econômico, sabendo que ele não é único.

Fridman (1999), ao falar da sociedade pós-Guerra Fria, aponta que o potencial destrutivo da humanidade, seja entre si, seja com sua relação à natureza e recursos naturais, elevou-se a patamares, segundo o autor, inimagináveis, e ainda afirma que:

> Aumentou explosivamente o grau de perigo vivenciado na vida coletiva pela capacidade de destruição resultante da aplicação do saber e da ciência. Na guerra e na paz, mas bombas nucleares ou no aquecimento da Terra, não há agência ou Estado-nação capaz de reverter tais perigos. Em vez da emergência da modernidade levar a uma ordem social mais feliz e mais segura, a sociedade da descoberta e da invenção permanentes é um mundo carregado e perigoso. (FRIDMAN, 1999, p. 162).

Esse mundo pós-Guerra Fria e predominantemente capitalista toma rumos a partir de modelos econômicos que refletem esse modo de relação com a natureza e entre humanos. Segundo o autor, não há apenas uma espécie de colapso do modelo Estado-nação no que diz respeito à condução da economia, mas também, de alguma maneira, nem mesmo as agências supranacionais conseguem regular as desigualdades.

Conforme Beitz (1999), há pelo menos três vertentes liberais para tentar conduzir o capitalismo: o liberalismo social; o liberalismo de *laissez-faire* e o liberalismo cosmopolita. O primeiro refere-se à capacidade de países mais organizados darem suporte a outros para que o

idealismo rawlsziano[23] de justiça redistributiva pudesse ser executado, para isso agências internacionais deveriam compor a rede de colaboração entre países. A segunda vertente, que aborda o *laissez-faire*, segundo Beitz, diz respeito às injustiças no início da distribuição de renda, as quais não deveriam sofrer interferências, nem estatais nem supraestatais, mas que as injustiças seriam corrigidas com o tempo ou permanentes. Por fim, o liberalismo cosmopolita diz respeito a uma pretensa soberania supranacional, que pode/poderia reger as políticas do mundo, ou ainda, haver, no mínimo um princípio moral que pudesse reger a todos os povos, e os países seriam, assim, um meio de descentralizar de um único lugar esse governo supraestatal.

O que é perceptível, segundo o autor, é o fato de, apesar do predomínio do liberalismo de *laissez-faire* na nossa estrutura de sociedade, há tentativas de coexistência ou de alguns meios para que as injustiças do início do *laissez-faire* sejam, minimamente, amenizadas. Nesse sentido, a mudança de papel das agências supranacionais, especialmente após o fim da Guerra Fria, foi essencial para que isso pudesse ser discutido. Assim, segundo o autor, essas agências, embora estejam inseridas no contexto de *laissez-faire*, tecnicamente são instituições que contêm características mais próximas de instituições supranacionais de um liberalismo social e de liberalismo cosmopolita. O autor aborda o papel desses órgãos/agências:

> [...] é preciso reconhecer a importância da emergente rede de instituições internacionais que organiza e regula a economia política mundial - por exemplo, o regime de comércio internacional, a estrutura financeira e bancária internacional, e a perspectiva de um regime climático mundial. Essas instituições não são adequadamente compreendidas quando vistas como esquemas voluntários de benefício mútuo; suas políticas têm conseqüências para a distribuição global de benefícios e encargos e, particularmente da perspectiva de sociedades pobres, a participação nos únicos termos disponíveis pode ser praticamente inescapável. (BEITZ, 1999, p. 39).

O modo como a globalização foi estabelecida, após a década de 1990, conduzida pelo liberalismo de *laissez-faire*, produziu e ainda produz um fluxo cada vez maior de migrantes e consequentemente de refugiados também. Conforme Moulin (2012), esse aumento de fluxo migratório também é resultado da concentração das riquezas em nível mundial o que faz com que a busca por melhores condições econômicas seja uma saída. Ao contrário do que se imaginava, segundo a autora, com o fim da Guerra Fria não houve uma diminuição nos conflitos armados, mas justamente o contrário. Eclodiram conflitos e guerras civis em diversos pontos do mundo o que também causou o aumento de refugiados vindos de tais regiões.

---

23 Beitz no seu trabalho traz as diferentes vertentes do liberalismo que são, segundo ele, aplicáveis nas sociedades capitalistas. O capitalismo difere das teorias, dentre outras coisas, pela questão da justiça redistributiva, trazida especialmente por John Rawls. Segundo a teoria rawlsziana, o mundo capitalista poderia/deveria trabalhar com o princípio da justiça redistributiva, em que aquelas nações que estivessem em uma melhor organização social e econômica deveriam ter o dever moral de ajudar quem ainda não estivesse no mesmo nível.

Assim, falar das agências supranacionais nesta tese, significa entender que as relações de poder estabelecidas entre os diferentes países não são distribuídas de maneira igualitária, porque estamos predominantemente numa sociedade capitalista, que segue o liberalismo de *laissez-faire*, que interfere inclusive nas próprias agências, embora elas adotem suas condutas baseadas no liberalismo social e cosmopolita. Ao falar especificamente do ACNUR, entendo, inclusive, que a problemática do poder distribuído de maneira desigual, também torna desigual o entendimento de infância e do lugar da criança nas diversas sociedades.

3.1 Agências em busca da infância para crianças

Ao falar de crianças refugiadas, nesta tese, é preciso especificar, no mínimo, quatro agências supranacionais que trazem a criança como alvo importante das suas políticas de proteção: a própria ONU e dentro dela os seus órgãos específicos como o ACNUR, UNICEF; além da Anistia Internacional. A ONU pode ser considerada a grande agência supranacional que pensa acordos em torno dos direitos humanos de um modo mais generalista, porém há questões pensando as crianças que não vivem o que é considerado infância. O ACNUR tem como foco os refugiados, porém há um direcionamento nos pedidos de doação no sentido de mostrar crianças refugiadas. Esse fato se justifica já que, segundo a própria agência e reforçado pela Anistia Internacional, mais de 50% da população de refugiados são menores de 18 anos. O UNICEF é a agência supranacional que se coloca como protetora das crianças que estejam em processos não-infantis[24]. Por fim, a Anistia Internacional, uma organização que visa à averiguação de abusos relacionados às guerras (parte da causa dos refúgios).

Todas essas agências, fora outras não citadas, fazem parte do conglomerado de instituições supranacionais que, em algum nível, elaboram acordos internacionais para a proteção das crianças em prol de uma ideia de infância já trazida no capítulo 1. Há uma busca desse ideal de proteção, e não somente essas agências procuram executar e firmar acordos em prol disso, mas também outras, inclusive as de cunho econômico. O foco desta tese está no ACNUR, por estar tratando de crianças refugiadas.

Moulin (2012) contextualiza o ACNUR no contexto pós-Guerra Fria, explicando que essa agência, ao mesmo tempo que tem como um dos seus objetivos proteger e garantir que os refugiados fiquem seguros, também deixa em aberto possibilidades de contenção de fluxo,

24 Entende-se por processos não-infantis, nesta tese, tudo aquilo que se afasta do ideal de infância, inclusive, aquilo que se afasta do conceito elaborado pela UNICEF, descrito no Capítulo 1.

obedecendo à soberania dos Estados-Nação. Bauman (1999) aponta que o efeito da globalização é uma tentativa de controle das questões econômicas, bem como das questões de fluxos migratórios. Ao afirmar que "[...] o capital não tem domicílio [...]" (BAUMAN, 1999, p. 64), não significa que ele esteja em todas as mãos, mas que, ainda assim, é distribuído de maneira desigual. Em paralelo a isso, o mundo não tem fronteiras, mas não se pode ir a todo e qualquer lugar, de qualquer maneira.

Hardt e Negri (2001) abordam a função dessas agências, partindo da ideia de que os Estados Nação não são mais capazes de dar conta sozinhos das suas demandas. A globalização econômica (ainda que o dinheiro não circule de maneira igual em todos os países) interfere também numa pretensa globalização de modos de ser. Assim, conforme campanhas dessas agências supranacionais, há um modo de se enxergar e se tratar a criança dentro de um ideal de infância. Ainda citando os autores, tais instituições fariam parte do que estes chamam de Império, pois "[...] não só administra um território com sua população mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana." (HARDT; NEGRI, 2001, p. 15). Contraditoriamente a essa ressignificação do(s) papel (éis) das agências, Moulin (2012) especifica que o ACNUR, embora traga em seus textos e site a proteção aos refugiados como papel principal, também pode ser considerado responsável por sua dificuldade e locomoção.

3.2 O ACNUR e a problemática dos refugiados

Conforme descrito na seção anterior, tanto a economia quanto o fluxo de pessoas não estão sob total controle de um único país ou de tão poucos países. Para cada demanda em termos globais, praticamente há uma agência/órgão/organização que facilita acordos e estabelece metas. O ACNUR, tem como principal objetivo "[...] proteger os refugiados e promover soluções duradouras para seus problemas." (ONU, 2009, p. 31). Contraditoriamente, a Assembleia Geral da ONU estabelece que o ACNUR deve atuar nas causas do refúgio.

> A Resolução 45/140, de dezembro de 1990, expressamente reconhecia "a necessidade de tratar as causas originárias dos movimentos de refugiados com o objetivo de evitar novos fluxos e facilitar a solução dos problemas existentes". A ideia de ação preventiva passa a orientar as atividades do ACNUR e dos Estados no que toca aos movimentos de refugiados. É interessante notar que os instrumentos legais convencionais, ou seja, a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, possuíam uma orientação *post facto*, direcionada para a assistência e proteção das pessoas que já cruzaram as fronteiras por motivos de perseguição, e que, por essa razão, poderiam ser categorizadas como refugiadas. Assim, a ação se concentrava, sobretudo, nos países de asilo e de reassentamento, onde poderia ser provida a atenção necessária aos contingentes já reconhecidos como refugiados. A estratégia preventiva, ao contrário,

> estava focada nos países de origem e na criação de mecanismos que, ao mesmo tempo, impediam violações massivas aos direitos das populações locais e, em certa medida, evitavam que referidas populações se tornassem refugiadas. (MOULIN, 2012, p. 25-26).

O ACNUR, assim como outras agências/órgãos supranacionais, possui conselhos com representantes de vários países. As mudanças no modo de atuação após a década de 1990 se deve às alterações nos fluxos. Chimni (2006), aponta que todas as mudanças mundiais foram regidas por países que estavam em posição privilegiada de poder. Com a globalização não seria diferente; os Estados com maior detenção de poder de decisão nos conselhos (da ONU, ACNUR, UNICEF, FMI etc.) tomariam a frente em relação às novas maneiras de lidar com os acordos. E, assim como a globalização, os processos e fluxos migratórios e de refúgio também sofrem alterações no que tange às ações que o ACNUR pode/deve executar.

> A aceleração da migração internacional foi acompanhada de políticas de entrada cada vez mais restritivas e, via de regra, de um sentimento crescente de xenofobia nos países de destino. A complexidade dos fluxos migratórios no pós-Guerra Fria evidencia a fluidez das categorias e, em certa medida, a incapacidade de controle por parte dos Estados de suas próprias fronteiras e das discriminações entre migrantes por motivos políticos, econômicos, ambientais, entre outros. (MOULIN, 2012, p. 24).

O papel do ACNUR enquanto agência que cuida das questões de refúgio e deslocamentos atua, assim, em duas frentes: a primeira, de tentativa de contenção do fluxo migratório; a segunda, de tentativa de proteção àqueles que estão fora de suas fronteiras. Moulin (2012) explica que a década de 1990 foi considerada a de repatriação pelo ACNUR, trazendo novas interpretações da Convenção de 1951. Segundo a autora, o foco passa a ser o retorno seguro e não mais o desejo de voltar ao seu país de origem. "Segundo as diretrizes estabelecidas pelo Alto Comissariado, caberia ao Conselho de Segurança determinar se as condições objetivas do país de origem justificam o retorno forçado." (MOULIN, 2012, p. 27).

A autora aponta que, ao flexibilizar sua conduta de proteção, priorizando a repatriação, e, assim, prevenindo o refugiado de adquirir tal *status*, repassa ao próprio Estado a responsabilidade acerca desse deslocado interno. Em outras palavras, "[...] a responsabilidade do país de origem surge como elemento central, pois se identifica, no caso da alternativa de deslocamento, uma intenção daquele Estado em prover proteção aos seus cidadãos, mesmo que esta não esteja disponível em todo o território nacional." (MOULIN, 2012, p. 27).

Chimni (2002) afirma que a política de repatriação acaba sendo reforçada por uma tendência dos Estados de, atualmente, não abrigar os refugiados. Segundo o autor, os países considerados desenvolvidos justificam a sua não acolhida impondo barreiras na admissão e reconhecimento dos refugiados. Já os países em desenvolvimento alegam outras razões para a

não concessão do *status* ou do abrigamento dos refugiados, como a questão do ônus social e econômico.

Os impactos dessa repatriação, agora não mais voluntária e de todo o trabalho de responsabilização do Estado para que o refugiado não adquira esse *status,* ou ainda, seja repatriado o quanto antes, são, no mínimo três. Moulin (2012) aponta que o primeiro impacto refere-se ao fato de haver novas categorias, como o *deslocado interno*, "*refugiados ambientais*" e em *deslocamento forçado.* Assim, embora a centralidade do ACNUR seja o refugiado, essas novas categorias também entraram no rol de populações vulneráveis que são atendidas, de alguma maneira, por essa agência.

Segundo a autora, essas novas categorias, que levam ao segundo impacto, foram acrescidas parcialmente nas responsabilidades do ACNUR, porém sem uma regulamentação, o que também faz com que os Estados (sejam os de origem, sejam os de acolhida) façam suas próprias regulamentações acerca de tais pessoas em processo de refúgio. "Muitas vezes, foi a capacidade de encontrar uma solução durável para um determinado refugiado que garantiu a concessão ou não do estatuto, reforçando a leitura objetivista dos critérios que determinam quem pode ou não ser categorizado como um refugiado." (MOULIN, 2012, p. 28).

Já o terceiro impacto, conforme a autora, diz respeito, justamente, a como esses refugiados são agora securitizados. Ao promover as estratégias de prevenção, o ACNUR acabou por promover uma política de contenção dos refugiados dentro de seus próprios países. O refugiado passa a ser um problema de segurança ao país que o receberia, ao mesmo tempo não lhe é seguro ficar em seu país. Em áreas onde há conflitos, o Conselho e Segurança da ONU acaba por definir os rumos de atuação do ACNUR

> Permitiram, assim, a expansão do espaço de atuação internacional dentro de Estados em conflito, orientando o ACNUR para a intervenção nos países de origem e combinando suas atividades à presença de forças multinacionais, muitas vezes vinculadas às operações de paz autorizadas pelo Conselho de Segurança. Ao mesmo tempo, restringiram, sobremaneira, a capacidade das pessoas vítimas dos conflitos e perseguidas em seus países de origem de cruzar as fronteiras e de se tornarem efetivamente refugiadas. Houve uma intensificação da securitização do refugiado, em um processo que resultou na maior parte das vezes em uma redução da proteção, na inabilidade em prover a assistência pela manipulação das partes beligerantes, na incapacidade de engajamento rápido nas situações de emergência e, sobretudo, em um crescente encapsulamento do refugiado a condições de vida subumanas, degradantes e politicamente inexistentes, seja nos campos, seja nas "zonas-seguras" criadas nos países de origem. (MOULIN, 2012, p. 28).

Hardt e Negri (2001), embora afirmem que a estrutura das agências supranacionais seja baseada no respeito e reconhecimento à soberania nacional, assinalam, também, que essa estrutura de Estados-Nação não dá conta da sociedade globalizada. Por outro lado, é necessário

lembrar que essas mesmas agências têm representantes desses Estados-Nação (aliás, de quase todos) em seus conselhos, o que interfere diretamente no modo de enxergar, por exemplo, como os refugiados podem ter seus direitos concedidos ou negados.

É no cenário globalizado, com agências supranacionais que têm representatividade dos Estados-Nação, que o ACNUR se insere. O foco desta tese está na forma como as crianças aparecem em determinadas fotografias dos documentos de tal agência. Na maneira que essas vidas são, conforme Butler (2015), passíveis de luto, na medida em que são investidas.

3.3 ACNUR e a infância para crianças

Conforme a *Convenção sobre os direitos da criança* (UNICEF, 1990), todo menor de dezoito anos é considerado criança, a não ser que algum país conceda exceções para compreender esse ser humano como adulto. Assim sendo, todos abaixo de dezoito anos precisam de algum tipo de tutela e/ou proteção. Ainda, conforme essa convenção, não pode haver discriminação por questões de origem e/ou nacionalidade.

É a partir de 2015 que as crianças em situação de refúgio ou deslocamento forçado passam a ser discutidas tanto por ACNUR quanto por UNICEF, mais destacadamente. O acontecimento que marca essa nova tomada de rumos de ambas as agências é a chegada de um menino sírio à praia da Turquia, afogado. Conforme a reportagem da *BBC,*[25] o menino fugia com sua família do conflito na Síria. Conforme explicita Scussel (2018), é a partir desse acontecimento e da divulgação da fotografia a qual circulou globalmente que a questão de crianças em situação de refúgio passa a tomar um outro patamar de relevância.

Bhabha (2014) afirma que há três eixos para se discutir a migração infantil. O primeiro se refere à migração em relação à família, significa em geral que a família já migrou e a criança está indo ao encontro de seus pais. O segundo eixo diz respeito às migrações em razão das explorações, tráfico e recrutamento de crianças-soldados, o que já se caracteriza como situação de refúgio, pois são situações em que a migração ocorre por motivo violento. O mesmo pode se dizer do último eixo trazido pela autora, o da migração para sobrevivência, que difere do

25 Alan Kurdi, o menino refugiado sírio de três anos cujo afogamento causou consternação ao redor do mundo, tinha escapado das atrocidades do grupo autointitulado "Estado Islâmico" na Síria. Alan e sua família eram de Kobane, a cidade que ganhou notoriedade por ter sido palco de violentas batalhas entre militantes extremistas muçulmanos e forças curdas no início do ano. O pai do menino, Abdullah, fugira com mulher, Rehan, e outro filho, Galip, de 5 anos, para tentar chegar ao Canadá, onde vivem parentes da família. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd. Acesso em: 22 mar. 2020.

segundo pois pode estar mais ligado à situação econômica, ou acesso à escolaridade, por exemplo, mas podem significar, também, situações de violência.

O foco nesta seção está no ACNUR, porém é necessário mostrar, em especial, o atravessamento com o UNICEF, por meio de acordos, ocorridos primeiramente no Brasil, conforme mostra a reportagem de Fusaro (2013)[26], pelo fluxo de colombianos e venezuelanos. No que diz respeito à Europa, tal trabalho em conjunto só ocorreu em 2016 (após o ocorrido na praia turca, um ano antes) e ainda contou com a colaboração da Cruz Vermelha. Trata-se de construir o que essas agências denominam "Pontos azuis", que buscam unir crianças e suas famílias ao longo do percurso do refúgio (ACNUR, 2016)[27].

Bhabha (2014) aponta que, embora existam agências de proteção à criança em diversos países, e inclusive agências supranacionais, ao se deslocarem e ao chegarem em determinados locais, as crianças não têm algum tipo de proteção. Ainda segundo o autor, o que ocorre mais comumente em países desenvolvidos é a deportação ou expulsão dessas crianças quando finalmente atravessam a última fronteira de seu percurso.

Nessa direção, Grajzer (2018) afirma que muitas crianças as quais conseguem atravessar a fronteira, acabam sendo, ainda, repatriadas. A política de repatriamento foi modificada ao longo da década de 1990, conforme explica Moulin (2012), o que facilitou, de certa forma, que

---

26 O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil assinaram nesta terça-feira um Memorando de Entendimento para fortalecer a proteção de crianças refugiadas e aquelas em situação de apatridia que vivem no país. O acordo prevê a atuação conjunta das agências na articulação de ações que garantam os direitos de crianças e adolescentes solicitantes de refúgio e refugiados, em especial aqueles que chegam ao Brasil separados ou desacompanhados de suas famílias. Outro ponto do memorando é facilitar o acesso a registros de nascimentos, principalmente para crianças que vivem nas fronteiras do país e em comunidades indígenas. Sem o registro, muitas delas ficam em situação de apatridia – sem nacionalidade reconhecida por nenhum país – o que impossibilita seu acesso a políticas públicas de educação e saúde, por exemplo. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2013/11/20/acnur-e-unicef-assinam-acordo-para-proteger-criancas-refugiadas-e-apatridas-no-brasil/. Acesso em: 22 mar. 2020.

27 A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e o Fundo das Nações para Infância (UNICEF) laçaram uma iniciativa conjunta para intensificar a proteção do crescente número de crianças e de outras pessoas com necessidades específicas que chegam à Europa. As organizações parceiras anunciaram a ampliação para 20 Centros Especiais de Apoio e Proteção à Criança e à Família, conhecidos como "Pontos Azuis", ao longo das rotas de migração mais utilizadas na Europa. Em um comunicado conjunto, as duas agências da ONU disseram que estes centros de apoio especiais, sob o símbolo "Ponto Azul", forneceria um espaço seguro para as crianças e seus familiares, com serviços vitais, localizando os membros das famílias, provendo proteção e aconselhamento em um único local. Os "Pontos Azuis" visam apoiar as famílias e pessoas vulneráveis em movimento, especialmente as muitas crianças desacompanhadas e separadas, com risco de doença, trauma, violência, exploração e tráfico. "Estamos preocupados com o bem-estar dos meninos e meninas desacompanhados em movimento por toda a Europa, muitos dos quais já vivenciaram guerras e passaram por dificuldades ao fazer esta viagem sozinhos", disse o Alto Comissário Assistente para Proteção do ACNUR, Volker Türk. "Os centros irão desempenhar um papel fundamental na identificação dessas crianças e fornecer a proteção que precisam em um ambiente desconhecido, onde eles podem estar em risco", acrescentou. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2016/02/26/acnur-e-unicef-lancam-plano-para-proteger-refugiadas-e-criancas/. Acesso em: 22 mar. 2020.

os Estados pudessem evitar fluxos maiores de pessoas circulando em seu território. Bhabha (2014) traz a contradição presente sobre as crianças que atravessam a fronteira: por um lado, ao chegarem em países de destino, deveriam receber apoio do Estado, justamente por não estarem acompanhadas; por outro lado, acabam deportadas ou repatriadas forçosamente, sendo colocadas em risco em seu país natal ou voltando para a borda fronteiriça.

Ainda citando Bhabha (2014), parte dos agentes da imigração, até o fim da década de 1990, não entendiam as crianças como sujeitos individuais, mas como apêndices e/ou posses de outras pessoas (pais, mães, famílias etc.) o que colaborou para muitas das deportações e repatriações. Com o aumento exponencial de crianças viajando sozinhas, a partir dos anos 2000, e mais ainda após 2010 houve a necessidade de mudança de pensamento.

> Dois fatores foram fundamentais para a transformação. Um era dirigido pela população. Dizia respeito à crescente presença de crianças migrantes desacompanhadas, exigindo manifestamente alguma forma de atenção do estado nos estados de destino desenvolvidos. Havia dois aspectos nessa questão premente. Por um lado, as crianças migrantes pareciam exigir atenção protetora porque tinham ou corriam o risco de não ter adultos cuidando delas. Por outro lado, crianças migrantes pareciam, para alguns formuladores de políticas, precisar de atenção punitiva, porque sua presença como suspeitos de membros de gangues ou de outras formas ameaçadoras de fora era perturbadora e impunha desafios às estruturas estatais existentes.
>
> O outro fator central para a mudança de abordagem das crianças migrantes no final dos anos 90 foi a lei: a crescente importância dada às crianças no direito internacional, graças à crescente influência da ampla e rapidamente ratificada Convenção de 1989 sobre os Direitos da Criança. E o impacto fundamental do Relatório Graça Machel de 1996 sobre crianças e conflitos armados. (BHABHA, 2014, p. 3).

Caetano (2012) aponta que, juridicamente, é apenas após o *status* de refugiado ser reconhecido pelo país de destino que é possível, também, tornar-se, de algum modo, cidadão, ainda que estrangeiro. Antes do processo, que é demorado, a criança e o adolescente estão privados de direitos básicos como saúde, educação e identidade. Todo esse processo também tem como um dos atores o próprio ACNUR, além da própria política de legislação ao imigrante de cada país.

Bhabha (2014) afirma que o entendimento dos motivos da migração das crianças e adolescentes também mudou. Se antes o ACNUR e os agentes de migração dos países pretendidos de destino entendiam que toda migração da criança e do adolescente era forçada, a partir de 2005 passa-se a trabalhar com a denominada migração mista. Algumas crianças e adolescentes não migravam apenas pelos aspectos de violência, guerras, mas em busca de oportunidades, especialmente, as migrações indo em direção aos EEUU e a alguns países europeus como França, Alemanha e Reino Unido. As migrações eram motivadas, em alguns

casos, por uma ideia de possibilidade de uma vida e educação melhores, não havia perseguições ou ameaças em seus países de origem.

Entende-se migração mista como todo deslocamento que seja motivado por mais de uma razão dentro de um determinado grupo, podendo ter um solicitante de asilo, ou solicitante do *status* de refugiado, por motivo de guerra ou perseguição, ao mesmo tempo, outro que está indo atrás de uma melhor educação. Essa ideia aplica-se a muitas crianças e adolescentes que veem em países consolidados e desenvolvidos, uma oportunidade de terem uma vida melhor.

> A travessia de fronteira, portanto, não era mais simplesmente uma estratégia de vida adulta ou familiar, mas adotada por crianças e adolescentes - crianças migrantes independentes que faziam escolhas (quer os especialistas os considerassem do melhor interesse deles ou não) que expressavam seus pontos de vista sobre suas preferências futuras. (BHABHA, 2014, p. 5).

Moulin (2015) aponta dois problemas que ajudam a tentar entender uma visível inércia no cenário político migratório. O primeiro refere-se à política do medo, na qual se veicula que os refugiados e migrantes serão aqueles que ficarão com empregos dos nacionais, por exemplo. Essa política do medo vem acompanhada de discursos e ações racistas e xenofóbicas. O segundo refere-se ao fato de estar cada vez mais difícil haver acordos internacionais que promovam a circulação e a garantia mais efetiva de direito dos refugiados e de imigrantes. Historicamente, segundo a autora, o direito ao refúgio "[...] foi ele próprio criado para proteger os cidadãos europeus de situações de generalizada violação de direitos básicos. E é esse um direito consagrado e aceito por mais de 140 países do mundo, mas cada vez menos efetivado." (MOULIN, 2015, s.p.).

> São muitos os empecilhos e manobras criados, em diversos países, para tornar menos acessíveis as prerrogativas atribuídas aos refugiados. Dentre eles encontram-se barreiras físicas, como os muros e cercas erguidas para conter a mobilidade (estima-se que sejam hoje mais de 60 países com alguma forma de infraestrutura de contenção construída ou em construção, vide o caso da Hungria), e obstáculos institucionais, como a exigência de provas documentais, a criação de categorias legais *ad hoc* e a imposição de regras de acesso (que instituem, por exemplo, que o solicitante de refúgio deve demandar a proteção no primeiro país de entrada). (MOULIN, 2015, s.p.)

O que fica evidente nesta seção da tese é o fato de haver uma mudança na forma de lidar, tanto por parte das agências quanto por parte dos Estados de destino, com as crianças que se deslocam sozinhas. Isso não significou, necessariamente, uma facilitação desse processo, mas um outro problema que, em alguns casos, não envolvia diretamente as questões familiares. Para os que envolviam/envolvem as questões familiares, há soluções paliativas por parte do ACNUR a partir de seus "Pontos Azuis", mas houve a necessidade da criação de uma nova categoria de "menores desacompanhados".

Bhabha (2014) afirma que, em especial, nos conflitos armados, há uma maior preocupação, especificamente pelas crianças na linha de frente desses conflitos, porém ela usa o termo *child soldier*[28] (que em livre tradução seria criança-soldado) para designar toda e qualquer atividade exploratória dos menores de idade nos contextos de guerra, desde cozinhar a escravos sexuais, passando por mensageiros, entre outros. Ainda segundo o autor, é apenas em 2007 que essa situação chama atenção, quando, no dia 20 de junho daquele ano, pela primeira vez condenam-se ex-militares por terem recrutado crianças para os conflitos, em especial em Serra Leoa.

Ao longo dos anos seguintes, vários acordos internacionais foram assinados para o desarmamento das crianças em Serra Leoa e em outros países vizinhos do continente. Para o autor, embora esses acordos que contaram com ACNUR, Banco Mundial, UNICEF e Anistia Internacional tenham sido, em algum grau, colocados em prática nos países assinantes, outro problema surgiu: o aumento do índice de prostituição infantil. Novamente havia outros motivos para as crianças desses países deslocarem-se. O autor coloca que o grande problema nessa situação específica é o não investimento para que as crianças e adolescentes pudessem retomar suas vidas ou para que tivessem suas vidas investidas.

Moulin (2012), contribui para esse debate quando mostra o aumento orçamentário do ACNUR. A agência possuía 33 funcionários e um orçamento de 30 mil dólares. Já em 1999 seu orçamento passa a casa de 1bilhão de dólares, 5.000 pessoas trabalhando em 120 países, atendendo aproximadamente 22 milhões de pessoas. Cerca de 2% do orçamento do ACNUR tem como fonte a própria ONU, o restante desse montante financeiro é conseguido a partir de doações fixas (ACNUR, 2001-2018e). Ainda conforme o site da agência, mais de 85% daquilo que é arrecadado é para ajuda humanitária das pessoas em situação de refúgio. O restante é para manutenção da própria agência e pagamento dos trabalhadores. Ainda que o orçamento da agência tenha aumentado, isso não significou garantia de melhorias efetivas para o refugiado ou para a sua segurança/permanência. Isso se deve ao fato de haver a necessidade do país de

28"The term “child soldier,” used throughout this chapter, refers to boys or girls under eighteen “compulsorily, forcibly or voluntarily recruited or used in hostilities by armed forces, paramilitaries, civil defence units or other armed groups” in any capacity, including as “cooks, porters, human shields, sexual slaves, messengers, spies, or frontline combatants.” This broad definition underscores the reality that child soldiers experience multiple violations of their rights, regardless of their actual role in the conflict" (BHABHA, 2014, p. 176).
O termo "criança-soldado", usado ao longo deste capítulo se refere a meninos e meninas abaixo dos dezoito anos "Recrutado de forma compulsória, forçada ou voluntária ou usado em hostilidades por forças armadas, paramilitares, unidades de defesa civil ou outros grupos armados" com qualquer capacidade, inclusive como “cozinheiros, carregadores, escudos humanos, escravos sexuais, mensageiros, espiões ou combatentes da linha de frente. " Essa definição ampla ressalta a realidade de que crianças-soldados sofrem múltiplas violações de seus direitos, independentemente de seu papel real no conflito. (tradução livre).

destino também promover políticas de permanência não somente das crianças refugiadas, mas dos demais refugiados.

Ao problematizar o papel das agências supranacionais e especificando o papel do ACNUR na contenção dos fluxos migratórios, levo em conta os dados da própria agência a qual afirma que cada refugiado fica em média 17 anos nos campos[29]. As ações e o investimento nessas ações de contenção de fluxos, incentivando repatriamento que não leva mais em conta o desejo do refugiado, mas sim critérios outros de possibilidade de voltar em segurança, os quais colaboram para que se segure o fluxo migratório de refugiados.

Voltando ao foco das crianças refugiadas, até a última década, não havia direcionamentos específicos às questões das migrações e solicitação de refúgio por parte de crianças. Tratava-se de uma problemática tanto de crianças migrando solitariamente quanto daquelas acompanhadas por suas famílias, parentes, contrabandistas ou traficantes, pois elas:

> Não consideradas refugiados "reais" com direito próprio, o melhor que essas crianças desacompanhadas ou separadas poderiam esperar era um *status* humanitário ou compassivo, que lhes permitisse permanecer em uma base discricionária (às vezes apenas até os dezoito anos) fora do sistema formal de adjudicação de refugiados. Formuladores de políticas, juízes de imigração, agentes de asilo e defensores de refugiados foram todos responsáveis por essa abordagem - ninguém insistiu no fato de que as crianças tinham direito à proteção de refugiados independentemente de adultos relacionados. Assistentes sociais, funcionários de saúde infantil e autoridades escolares também negligenciaram os deveres fiduciários que deviam a seus jovens acusados - ignorando as questões legais urgentes que as crianças enfrentam como alternativas de vida ou morte. As autoridades de imigração, quando pensavam em permitir que os requerentes de asilo de crianças desacompanhados ou separados permanecessem satisfeitos em contornar as regras, criando concessões discricionárias únicas para casos de crianças à medida que surgiam, insistindo que nenhum precedente poderia ser criado, mas ao mesmo tempo, admitir que a remoção ou deportação pode não ser apropriada enquanto as crianças são menores de idade. Os especialistas em bem-estar infantil e educação ignoraram um problema que os encarava - as incertezas da imigração que surgiriam na maioria - devido à falta de conhecimento jurídico e ao interesse em soluções de curto prazo (as únicas soluções que eles costumavam entender disponíveis para eles)[30]. (BHABHA, 2014, p. 206).

Nos últimos anos, é possível perceber uma mudança na forma de receber as crianças refugiadas nos países mais procurados de destino como EEUU, Alemanha, França e Inglaterra. "Isso forçou as autoridades de ambos os campos - jurídico sobre migração internacional, refugiados e direitos humanos, por um lado, e bem-estar infantil, saúde e educação, por outro - a tomarem ciência." (BHABHA, 2014, p. 207). Esse tomar ciência não ficou apenas nas

29 Nessa seção específica do site do ACNUR, logo após mostrar o tempo médio de permanência de um refugiado no campo de refugiados, há um pedido de doação seguido de um botão para clicar e ir para a página de doação efetivamente:
"Você sabia que refugiados passam, em média, 17 anos em um campo? Por isso, sua contribuição mensal é fundamental para que essas famílias possam reconstruir suas vidas. E seus sonhos.". Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/transparencia-e-prestacao-de-contas/. Acesso em: 22 mar. 2020.
30 Tradução minha.

formulações de acordos e tratados internacionais, mas fez com que parte da demanda do fluxo de crianças (migrando sozinhas ou não), fosse, de fato, contemplada pelos Estados.

Embora a mudança de pensamento frente às solicitações de refúgios de crianças (acompanhadas ou não) tenha sido recente, o que cabe à problematização neste capítulo diz respeito ao investimento que, agora, tem-se feito nas vidas dessas crianças. Trata-se aqui de entender que essas crianças são, por um lado, investidas no que diz respeito a uma futura mão de obra, no país de acolhida ou de destino, por outro, há uma tentativa de aproximá-las do ideal de infância, de proteção etc.

Isso só é possível a partir da possibilidade de compreender essas vidas como precárias, como Butler (2014) explicita. Tornar a vida precária significa dar um sentido a ela, humanizá-la. Ao colocar as crianças refugiadas em fotografias dentro dos documentos, ao colocar essas fotografias perto dos anúncios de doação dentro do site do ACNUR, ao modificar os modos de enxergar essas crianças à luz de tratados e convenções internacionais e legislações internas, entre outras ações, traz-se à tona a necessidade de humanizar a criança refugiada.

Embora caiba uma maior problematização sobre a contenção do fluxo migratório por parte do ACNUR, ressalto que a mudança do olhar da agência para as necessidades contribuiu para uma menor dificuldade enfrentada para tentar chegar ao país de destino. Há ainda a necessidade de se investir na vida da criança por parte do Estado, ainda que ela passe por instituições com alto regramento da vida.

Ainda que se perceba uma política de desumanização do refugiado, como grande grupo, ainda é possível uma humanização maior quando o refugiado se trata de uma criança. Quando trago a questão da desumanização refiro-me ao modo como determinados países passaram, ao longo dos anos, a dificultar, inclusive, com barreiras físicas, a passagem de migrantes e refugiados para dentro de seus territórios.

Butler (2015) ao abordar que tornar uma vida precária significa investir na própria vida, fazer com que ela seja entendida como vida efetivamente. Assim, pode-se pensar que, ao trazer fotografias com crianças num primeiro plano, trata-se de uma tentativa do ACNUR de aproximá-las daquilo que se entende como infância moderna, além de comover e fazer com que as pessoas queiram investir na causa. Os pedidos constantes de doação no site tendo uma fotografia de criança próxima a isso é uma tentativa clara de promover esse processo de precarização a fim de tornar essas vidas passíveis de luto e de investimento. No capítulo

seguinte, as fotos aparecem como essa materialidade que traz a precarização das crianças (acompanhadas ou não), a fim de tornar essas vidas passíveis de luto.

4 PENSAR AS FOTOGRAFIAS

No primeiro capítulo, trouxe, nesta tese, o conceito de moldura da Butler (2015) para pensar em como determinadas fotografias são produzidas, propositalmente ou não (pouco importa), para direcionar nosso olhar, a partir do que a autora chamou de enquadramento. Neste capítulo, além da centralidade dos aspectos teóricos para pensarmos como as crianças nos documentos do ACNUR estão (re)produzidas, há outros autores que também colaboram para a produção deste debate, sejam eles mais voltados às discussões sobre a fotografia, sejam eles voltados aos significados que elas podem carregar para cada pensador/pesquisador. Ao longo deste capítulo, as fotografias aparecem como essa materialidade para problematizar a maneira com que as crianças estão sendo mostradas e produzidas nesses documentos.

Foram analisadas 15 das 70 fotografias que têm crianças, de diferentes documentos do ACNUR, em diferentes contextos, para que seja possível perceber o objetivo de comover aqueles que os acessam. As outras 55 fotografias foram colocadas em anexo, para que essa materialidade, embora não utilizada no corpo desta tese, possa ser analisada em outro momento. Concordo com Smit (1987) quando afirma que é impossível descrever completamente uma fotografia ou qualquer imagem. Algo sempre escapa, e é por essa razão que, mesmo quando emolduramos, para usar o conceito da Butler (2015), também deixamos algo escapar e as molduras permitem também mudanças.



Fonte: ACNUR (2017).

Nesta fotografia, devido ao uniforme, é possível perceber que se trata de um grupo de crianças em um campo de refugiados. Em um primeiro plano, inferior e centralizado, é possível ver crianças em um grande número, acenando para o fotógrafo, numa clara produção da cena. Mesmo no segundo plano, há crianças, o que remete ao fato de delas estarem em grupo e,

provavelmente, em alguma interação. Há uma aproximação com a ideia de infância, mesmo estando em um lugar de vulnerabilidade.

Essa fotografia encontra-se dentro do documento "Relatório anual Cátedra Sérgio Vieira de Mello – 2017", na seção que trata sobre o que as universidades possuidoras de tal cátedra fazem e procuram fazer no que diz respeito à extensão universitária (completando o tripé ensino-pesquisa-extensão). Uma das ações refere-se à permanência, e é nesta parte da seção que se encontra essa fotografia, ao colocar, por exemplo, que uma das ações de permanência diz respeito ao acesso à Educação, inclusive acesso à Língua Portuguesa.

Ao inserir essa fotografia próxima a ações de permanência no documento do ACNUR - Brasil, colocam essas crianças numa situação de necessidade de investimento nessas vidas. Butler (2015), ao tratar da moldura como uma definição que também aprisiona, permite pensar que há uma necessidade de reafirmação da ideia de que a infância é alegre e que necessita de investimento educacional.



Fonte: ACNUR (2016).

Já esta fotografia, retirada do documento "Cartilha Protegendo os Refugiados" (ACNUR, 2016), logo em sua página 3, vem logo após a descrição do "o que é um refugiado". Ao trazer essa foto após uma explicação daquilo do "o que se entende por refugiado", compreendo que, nas cartilhas, deixa-se bem explícita a ideia de que os refugiados necessitam de ajuda.

> Refugiados estão fora do seu país de origem por causa de fundados temores de perseguição que estão relacionados à raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. São pessoas comuns, que tiveram de deixar para trás suas propriedades, empregos, familiares e amigos, para preservar sua liberdade, sua segurança e sua vida. Também são considerados refugiados aqueles que foram obrigados a deixar seu país em razão de conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos. (ACNUR, 2016, p. 2).

Ao destacar que refugiados "são pessoas comuns", traz a ideia de que é necessário humanizá-los, na intenção de aproximá-los daqueles que não são. A ideia de precariedade de Butler (2019) entra nesta discussão em razão da necessidade de olhar para o outro. Segundo a autora, ao classificar, hierarquizar e enquadrar determinadas vidas, diferenciamos quais, das que não apreendidas, vamos apreender. É possível entender que determinadas vidas dificilmente serão entendidas como vida, e, ainda conforme autora, existem aquelas vidas que nunca chegam a ser reconhecidas como tal. Assim, ao ler "são pessoas comuns" em uma cartilha que fala de proteção ao refugiado, sabe-se que este está hierarquizado numa escala de humanidade.



Fonte: ACNUR (2011).

Nesta foto, no primeiro plano há uma criança que não conseguimos distinguir se é menino ou menina, e o que fica evidente é a vulnerabilidade do lugar; ao fundo, há outras crianças, aparentemente brincando. Essa fotografia encontra-se no documento "Ação contra a Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada", na contracapa. Não há textos nem legendas

próximas. Como debatido no capítulo anterior, muitas crianças viajam sozinhas e acabam em situações de risco, como ficar dependendo de contrabandistas e traficantes, por exemplo.

Embora boa parte do documento esteja direcionado às mulheres refugiadas, também se abordou a problemática das crianças no que tange às violências de cunho sexual. Bhabha (2014) aborda as violências sexuais sofridas por crianças, tanto nos seus países de origem quanto durante o percurso até a chegada ao país de destino ou campo de refugiado do ACNUR. Nesse documento percebe-se a vulnerabilidade desse grupo específico de refugiados. Cabe salientar que as crianças meninas, segundo o documento, correm mais riscos de sofrer essas violências sexuais.



Fonte: ACNUR (2012)[31].

Esta fotografia está no documento "Planejamento de meios de subsistência no ACNUR: guia operacional", em que são mostradas ações de financiamento e apoio à geração de renda. Esta foto está localizada em uma seção a qual explica que, quando um projeto é bem sucedido por três anos consecutivos, este passa a não receber mais apoio financeiro do ACNUR. Em seguida é arrolado um quantitativo de critérios para que um determinado projeto seja reconhecido como bem-sucedido.

31 Legenda da fotografia: Paquistão / Um menino afegão vende pão naan em Quetta. O preço da farinha de trigo para fazer o naan está aumentando e vendedores de rua batalham para se adaptarse [sic]/ ACNUR / D.A. Khan /2011.

Esta foto não possui o primeiro plano localizado ao centro ou ao canto inferior esquerdo, trata-se de um exercício de tensão. Conforme explica Schonart (2014), citada no capítulo 2, as fotos com primeiro plano no canto superior direito criam uma tensão, uma necessidade de equilíbrio. Os pães estão neste plano de equilíbrio para evidenciar que toda tentativa de geração de renda também deve ser pensada a partir de riscos e dependência de fatores externos. Conforme aponta a legenda da fotografia, o preço da farinha estava aumentando e havia uma necessidade de adaptação para que a renda continuasse a fluir. É a necessidade de equilíbrio e de busca de sentido da fotografia que fazem o olhar percorrer em busca de mais informações; no caso dessa foto, a legenda contempla o sentido que falta.



Fonte: ACNUR (2015)[32].

A fotografia acima é encontrada no documento "Memórias do Trigésimo Aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados". Trata-se de outra imagem que foge aos padrões de primeiro plano fotográfico. A criança em destaque encontra-se, assim como a foto anterior, no canto superior direito. O segundo plano que compõe a fotografia trata-se da cadeira na cor azul e símbolo do ACNUR.

No documento, essa imagem encontra junto às agendas e consultas às sub-regiões signatárias da Declaração de Cartagena. Não há como afirmar se essa fotografia foi tirada em

32 Legenda da fotografia: Projeto de apoio psicossocial a crianças refugiadas, executado pela Sociedade Hebraica de Ajuda ao Imigrante (HIAS) com apoio do ACNUR. Pampanal. Equador.

contexto escolar por conta de sua legenda que coloca a criança recebendo apoio psicossocial. O que é possível perceber é o fato de ela estar em um país de acolhida onde está em contato com alguma ação do ACNUR.



Fonte: ACNUR (2015)[33].

Foto com o primeiro plano centralizado, focalizando na menina atravessando uma ponte improvisada. Conforme explicita a legenda, esses refugiados (já que aparecem outras crianças no segundo plano ao fundo) estão acampados. No documento "Memórias do Trigésimo Aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados" essa fotografia está localizada após uma explicação sobre o Plano Brasil e a Declaração do Brasil para a acolhida de refugiados. É válido apontar que, no texto final, antes da foto, coloca-se o Brasil e o restante da América Latina como exemplares no acolhimento de refugiados, levando em suas leis o aspecto humanitário. Ao expressar isso em seus documentos, novamente, é possível perceber o esforço na humanização daqueles que são refugiados. Ao humanizá-los eles são passíveis de investimentos e passíveis de luto. (BUTLER, 2015). A ideia de que a infância deve ser um tempo de proteção, afeto, alegria, educação, cuidado etc. em uma contradição com o que se apresenta na fotografia, causa comoção. O que coloca em evidência uma precarização dessa

33 Legenda da fotografia: Refugiados guatemaltecos. Vida de acampamento.

vida para que ela seja investida de sentidos. A fotografia e o sentimento de comoção que ela pode potencializar é perceptível na imagem seguinte.



Fonte: ACNUR (2015)[34].

Esta fotografia está no mesmo documento e mostra, no primeiro plano, uma criança de chapéu e com uma mala, junto a outros meninos. No segundo plano mais escuro está a menina. Conforme a legenda da imagem, trata-se de uma repatriação voluntária, algo que, conforme descrito no capítulo 3, tem sido incentivado pelo ACNUR. Ainda dando atenção à legenda, a cidade de Cobán está localizada na Guatemala, o que se pode presumir uma repatriação já finalizada. Ainda, conforme explicitado no capítulo 3, as crianças que migram sozinhas tendem a ser repatriadas ou deportadas pelas autoridades do país de destino.

Dentro do documento, esta fotografia está prévia a um texto que aborda os aspectos de humanização no processo migratório e para os refugiados. Novamente, percebe-se a produção do sujeito criança refugiada passível de ter uma vida vivida como assinalou Butler (2015). A vida que poderá ter sido vivida[35] passa a ser uma possibilidade, ainda que as vidas de refugiados, como dito anteriormente, esteja em lugares não-privilegiados na hierarquização da vida humana. Ainda que a foto traga a situação de repatriação voluntária, o investimento em trazer à luz a questão da migração e refúgio infantil, faz com que essas vidas passem a ser olhadas.

34 Legenda da fotografia: Refugiados guatemaltecos. Repatriação voluntária, Cobán.
35 No original "essa será uma vida que terá sido vivida" (BUTLER, 2015, p. 33).



Fonte: ACNUR (2010).

Esta fotografia encontra-se no documento "Programa de Ensino Direito Internacional dos Refugiados". A criança está centralizada à esquerda, e o segundo plano é a janela da casa onde está morando (conforme especifica na legenda). A imagem encontra-se na unidade 4 do programa de ensino, em que as definições de refugiado são discutidas. Ao colocar essa criança no país de destino, produz uma ideia acolhida e retomada da ideia de infância, pois, se essa ideia de infância é permeada por uma ideia de proteção, estar em uma casa também significa isso.

Butler (2015) afirma que, embora estejamos numa sociedade em que o multiculturalismo esteja em uma certa centralidade, ainda assim nem toda multicultura é entendida como vida.

> Essa reflexão sobre a distribuição diferencial da precariedade e da condição de ser passível de luto constitui uma alternativa aos modelos de multiculturalismo que pressupõem o Estado-Nação como o único enquadramento de referência, e o pluralismo como uma maneira adequada de pensar os sujeitos sociais heterogêneos. [...] Parte do problema da vida política contemporânea é que nem todo mundo conta como sujeito. O multiculturalismo tende a pressupor comunidades já constituídas, sujeitos já estabelecidos, quando o que está em jogo são comunidades não exatamente reconhecidas como tais, sujeitos que estão vivos, mas que ainda não são considerados "vidas". (BUTLER, 2015, p. 54).

A partir dessa fotografia, e pensando todo o percurso migratório que necessitou a reafirmação de que essa são vidas que valem/precisam de investimento para serem vividas, ainda que em outro lugar seja possível refletir alguns pontos. A reafirmação de que eram vidas passíveis de serem vividas (e consequentemente passíveis de luto), por instituições diversas,

tanto do governo do país de acolhida quanto da agência supranacionais. Outro ponto que é possível pensar, ainda que o processo tenha sido bem sucedido, é que essa família ainda será o outro, ainda que "permitido" pelas questões multiculturais. O questionamento possível de se fazer, pensando apenas esses dois pontos acerca da fotografia é: o quanto essa vida era ou não vida, a ponto de necessitar da afirmação de outro Estado-Nação e de uma agência supranacional para uma possibilidade de ser vivida?



Fonte: Barreto (2010)[36].

Nesta fotografia é possível perceber a criança no primeiro plano, centralizada e levemente inclinada à esquerda. O foco nela contrasta com o segundo plano, que é o do conjunto de favelas de Soacha na Colômbia. Segundo a legenda da fotografia, trata-se de deslocados internos, ou seja, aqueles que já saíram de seus locais de residência, em geral pelos mesmos motivos violentos dos refugiados, mas não atravessaram a fronteira. Esta foto está na capa do documento "Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas".

O documento traz as informações sobre os refugiados no Brasil, e ainda coloca o país como um possível destino para boa parte dos refugiados da América Latina. No que diz respeito à fotografia na capa, é possível pensar a partir de dois aspectos. O primeiro diz respeito ao fato de, na data da produção de tal documento, os maiores fluxos migratórios de refugiados para o Brasil eram do Haiti, Colômbia e Bolívia, o que também explica a fotografia mostrar uma criança deslocada ainda dentro do país. O segundo ponto diz respeito às migrações de crianças,

36 Legenda: "Foto capa: deslocados internos em Soacha, Colômbia". Soacha fica na região metropolitana de Bogotá e possui grandes favelas em função de pessoas que estão deslocadas internamente.

e, nesse caso, acompanhadas. Nessa foto, podemos pensar a ideia de Bhabha (2014) da migração para juntar ou manter a família unificada, tendo o Brasil como país de destino. A foto seguinte, também traz a questão dos deslocados internos da Colômbia.



Fonte: ACNUR (2015)[37].

É possível localizar esta fotografia na contracapa do documento "Memórias do Trigésimo Aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados". As crianças se encontram no primeiro plano inferior da imagem. Não é possível dar uma localização exata de onde essas crianças estão, apenas que são colombianas deslocadas internas conforme a legenda da fotografia indica. No segundo plano, percebe-se as casas onde estão abrigadas. O documento traz uma referência aos 30 anos da Declaração de Cartagena, quando se estabeleceram acordos em relação aos países da América Latina. A aparente sensação de felicidade e segurança, longe do conflito que ainda segue naquele país, traz novamente essas crianças um pouco mais próximas da ideia de infância que se estabeleceu na Modernidade.

A ideia de buscar a proteção e felicidade da criança estabelecida em convenções específicas para a infância e em convenções para refugiados reforça mais, uma vez, a ideia de investimento nessa população. Ao mesmo tempo, é válido citar Moulin (2012), que traz uma problematização do ACNUR como essa agência que ao mesmo tempo que tem o papel humanitário de ajudar aqueles que estão em processo migratório forçado e/ou violento, também faz o papel de contenção dos fluxos migratórios. Os deslocados internos, ainda que recebam colaboração da agência, estão sob responsabilidade do Estado, que tecnicamente deveria

37 Legenda da Fotografia: Crianças deslocadas internas na Colômbia.

proteger sua população. O contraponto está na fotografia seguinte, que coloca refugiadas juntas num país de acolhida.



Fonte: Barreto (2010)[38].

Nesta fotografia, retirada do documento "Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas" as meninas são focadas e centralizadas no primeiro plano, ainda que fora da localização normal, mais acima com uma leve inclinação a direita. A foto traz ainda a camiseta que ambas crianças seguram, com a mensagem "É preciso coragem para ser refugiado", o tema do Dia Mundial do Refugiado, conforme especificado na legenda. A criança refugiada está dentro de dois grupos identitários que são hierarquizados, são crianças e são refugiadas. Segundo Butler (2015), "A precariedade perpassa as categorias identitárias e os mapas multiculturais, criando, assim, a base para uma aliança centrada na oposição à violência de Estado e sua capacidade de produzir, explorar e distribuir condições precárias e fins de lucro e defesa territorial." (p. 55). Mobilizar e promover campanhas humanitárias em prol dessa população faz com que a violência do Estado de acolhida, ou ainda de sua população não seja motivada simplesmente pela chegada de um Outro. Ao contrário, o que se pretende aqui é o processo de comoção.

38 Legenda da fotografia: Refugiadas celebram o Dia Mundial do Refugiado no Rio de Janeiro.



Fonte: ACNUR (2010).

Esta fotografa encontra-se no documento “Programa de Ensino Direito Internacional dos Refugiados”. No primeiro plano, encontra-se um menino colombiano no canto superior direito, trazendo uma leve tensão para a fotografia. Ele é mostrado na escola, no país de acolhida, após o reconhecimento do *status* de refugiado. Trata-se de uma fotografia que remete à ideia de infância, em que a criança está em processo educativo, seja uma escola formal, seja uma atividade lúdica.

A foto está dentro do documento, localizada na unidade 1, que trata das diferenciações entre refugiado, migrante, reassentado etc. Tal unidade do programa de ensino também vai tratar da proteção ao refugiado como também das atuais causas dos deslocamentos forçados. Para o reconhecimento do *status* de refugiado, são necessárias graves violações aos Direitos Humanos no país de origem. Ao colocar uma fotografia de uma criança em um espaço escolar, o Estado de acolhida dá condições de tornar a vida sustentável. (BUTLER, 2015). Tal caracterização de dar condições de tornar a vida sustentável é visível na foto seguinte.



Fonte: ACNUR (2017).

Esta fotografia encontra-se no documento "Cartilha Protegendo os Refugiados no Brasil e no Mundo – 2017". O primeiro plano encontra-se centralizado, focando em três crianças em uma sala de aula. Conforme explicitado na legenda, essas crianças estão em um campo de refugiados. Essa fotografia expressa um dos investimentos feitos na criança. Ainda que estejam no campo de refugiados, ou seja, nem no seu país de origem, nem no país de destino, há uma tentativa de investimento no que diz respeito a infância. Na imagem isso fica perceptível tanto na convivência em grupo (é possível perceber outras crianças dentro da sala de aula) quanto em alguns materiais utilizados (como a mochila com algum personagem infantil). Há, então, uma tentativa de aproximar essas crianças daquilo que se configurou infância.

Dentro do documento, essa foto encontra-se na seção em que se explicam as diferenças entre refugiados e migrantes e mostram-se adultos e crianças refugiadas, em diferentes fotografias, em situações em que há, visivelmente, uma tentativa de tornar essa precariedade como condição generalizada, trazendo os refugiados (nesta parte do documento) o mais próximo possível de contextos de habitantes locais. "A precariedade como condição generalizada se baseia na concepção do corpo como algo fundamentalmente dependente de, e condicionado por, um mundo sustentado e sustentável." (BUTLER, 2015, p. 59).

A autora ainda afirma que o valor das vidas ou sua capacidade de sobrevivência é menos relevante do que, de fato, dar e manter condições sociais para que essas vidas sejam de fato vividas. Se forem dadas as condições sociais necessárias, as vidas não necessitariam de hierarquização de importância nem de valor e não se estaria discutindo por que algumas vidas são passíveis de luto e outras não.



Fonte: ACNUR (2017).

Nesta fotografia, é possível visualizar as três crianças, no primeiro plano, realizando atividades artísticas. A imagem se encontra no mesmo documento da anterior, na seção em que se explica o que é o ACNUR, sua história e algumas ações da agência. O acesso à assistência psicossocial é previsto como uma das ações do ACNUR para a acolhida em seus campos de refugiados e assistência àqueles que chegam em seus países de destino ou acolhida. No segundo plano da fotografia, está um *banner* ou uma bandeira do ACNUR e, logo abaixo, uma bandeira da União Europeia, o que leva a concluir que o país de acolhida/destino ou do campo de refugiado está situado dentro de algum dos países membros da União Europeia.



Fonte: ACNUR (2017).

Como última fotografia a entrar para essa análise, está esta menina, no seu país de destino. Esta imagem está presente no documento "Relatório anual Cátedra Sérgio Vieira de Mello – 2017". No primeiro plano, vemos uma menina em um ambiente de estudos, provavelmente sua casa no país de destino. Essa foto encontra-se na seção ensino do documento, novamente fazendo referência ao tripé ensino-pesquisa-extensão, que faz parte dos pré-requisitos para uma universidade possuir a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, acerca de estudos e ações em prol de migrantes e refugiados.

No segundo plano da fotografia, está a bancada de estudos e uma estrutura com materiais escolares para anotações e destaques. Quando o ACNUR coloca em seus documentos e em seu site que a proteção às crianças refugiadas é uma meta a ser alcançada, e que os refugiados são *pessoas comuns* (como na primeira fotografia), é possível entender tanto a tentativa de humanização dessa população quanto de investimento nela. É possível compreender também a utilização dessas fotos para marcar objetivos, diferenciações conceituais, ações etc. promovidos por tal agência.

Assim, concluo este capítulo sabendo que também emoldurei as fotos de outra maneira, mas que também poderia ser de outras formas, a depender dos atravessamentos que constituem quem pesquisa. No capítulo seguinte, trago os autores e autoras para pensar o olhar para as fotografias a partir dessas análises feitas.

5 AS CRIANÇAS NAS FOTOGRAFIAS DOS DOCUMENTOS DO ACNUR: AS AÇÕES, A COMOÇÃO E O LUTO

Neste capítulo, busco aprofundar a discussão da ideia de infância e do quanto ela não é igual para todas as crianças, em especial para as refugiadas, entendendo as fotografias como uma produção do sujeito criança refugiada nos documentos do ACNUR, a partir do enquadramento butleriano. Além disso, proponho pensar no ACNUR enquanto agência supranacional, que tem como signatários e na composição de seus conselhos um grande número de Estados-Nação e como isso se reflete nas ações da agência na atualidade.

A reportagem "ONU: 5 fatos sobre crianças refugiadas" (ACNUR, 2018) apresenta alguns fatos sobre o refúgio de crianças e reforça o dado já apresentado anteriormente de que mais da metade da população de refugiados são menores de dezoito anos. Outro fato mostrado na reportagem aponta que boa parte dessas crianças viajam desacompanhadas, o que as deixa em uma situação de vulnerabilidade. O país de origem que tem mais crianças nessa situação de deslocamento, desacompanhadas, é a Etiópia, apresentando mais de 40 mil crianças, o que difere dos números do país que mais produz crianças refugiadas que é o Sudão do Sul, independentemente dessas crianças viajarem sozinhas ou acompanhadas de responsáveis. Outra situação apontada pela reportagem da agência diz respeito a essas crianças estarem fora da escola: em torno de 60%, em idade escolar, encontram-se fora dos espaços escolares. Por fim, outro dado relevante da mesma reportagem trata da proporção de refugiados; segundo o ACNUR, 1 a cada 8 crianças estão em algum tipo de deslocamento forçado.

Lazarin (2019) traz dados sobre a migração de crianças para o Brasil. A autora aponta que, no que tange à origem continental de crianças e de adolescentes, África e Oriente Médio são os continentes de onde o fluxo vem em maior número. Ambos os continentes são responsáveis por 30%, cada, do número total de crianças solicitantes do *status* de refugiadas no Brasil. É válido destacar, também, na pesquisa da autora, que a América do Sul aparece com números significativos de solicitações de refúgio por parte das crianças e adolescentes.

E é a partir desses dados que este capítulo está subdividido em três marcadores de análise sobre essas fotografias. O primeiro discute as questões de infância e refúgio, entendendo a infância como um espaço-tempo construído socialmente, em que ela é o sujeito o qual vivencia essa infância. Discorro, também, que a infância é uma construção histórica, que, embora sua visão esteja ocidentalizada e centrada num certo idealismo, é adotada pelas agências supranacionais que colocam em evidência um modo de a criança viver a infância.

O segundo marcador está centrado no processo de produção de sujeitos do ACNUR em seus documentos. A ideia de moldura, precariedade e vida passível de luto aparece dando suporte à problematização da própria fotografia enquanto materialidade. Na análise, esses conceitos operam juntamente ao entendimento de fotografia escolhido para esta tese.

Por fim, problematizo o ACNUR enquanto agência supranacional no que diz respeito aos papéis que ela vem operando: de ajuda humanitária, ao mesmo tempo que contém o fluxo de pessoas em seus campos de refugiados, ou prioriza repatriações voluntárias. A problematização leva em conta aspectos do mundo globalizado que, embora tenham essas agências supranacionais para firmarem acordos e tratados, essas mesmas agências são compostas pelos Estados-Nação que também estão defendendo seus interesses.

5.1 As crianças refugiadas e a busca pela infância

O conceito de infância vem sendo definido historicamente por meio de diversas áreas do conhecimento, como as ciências humanas e as ciências da natureza. Desse modo, proponho-me a analisar a infância – a partir do que se produz a respeito das crianças refugiadas – como uma construção social importante em nosso tempo e em nossa sociedade, cuja emergência engendra significados que norteiam e determinam nossas percepções e as práticas sociais às quais a submetemos. Como colocado no primeiro capítulo, um dos aspectos da infância refere-se à proteção. Nesta seção, procurei trazer sob o aspecto de investimento na vida também.

Um estudo que aborde a relação entre as crianças, as situações de refúgio, os documentos das agências internacionais e suas fotografias, a partir de uma perspectiva da infância, remete a uma sociedade em que essa infância está construída de tal maneira que, quando articulada às crianças, faz com que reconheçamos estas últimas como agentes ativos, capazes de interferir e transformar a sociedade.

Sarmento e Pinto (1997) indicam que, desde os anos 90, vêm sendo crescentes as discussões a respeito das crianças nos grandes debates políticos nacionais e internacionais, de maneira que "[...] as crianças e as problemáticas associadas à infância estão na ordem do dia das agendas política, mediática e da investigação." (p. 1). Para os autores, a dimensão internacional do fenômeno social da infância pode ser percebida em relação aos impactos públicos que as propagações de situações dramáticas envolvendo crianças provoca.

Foi também a partir da década de 90 que os estudos relacionados às crianças e à infância deixaram de estar associados apenas a campos específicos como o da psicologia, da medicina e da pedagogia. Naquele momento, a infância pôde passar a ser reconhecida e considerada como

um fenômeno social, concebida como uma categoria autônoma e analisável em relação às estruturas sociais:

> Desde 1989 que, com a aprovação pelas Nações Unidas da Convenção dos Direitos da Criança, as crianças viram consagrada de forma suficientemente clara e extensa um conjunto de direitos fundamentais, próprios e inalienáveis; no entanto, essa proclamacão, a que se vieram a associar praticamente todos os países do mundo, não apenas não foi suficiente para garantir uma melhoria substancial das condições de vida das crianças, como, pelo contrário, não cessam de se intensificar factores que fazem das crianças o grupo etário onde há mais marcados indicadores de pobreza, como se têm agravado alguns sinais das crianças como o grupo etário mais sujeito a situações específicas de opressão e afectação das condições de vida (as crianças são as principais vítimas dos conflitos contemporâneos, da "guerra das cidades" da Bosnia-Herzgovina, às guerras civis ou regionais da África; há um crescimento significativo de crianças vítimas da SIDA; intensifica-se em certas regiões do globo a prostituição infantil associada ao "turismo sexual"; não apenas não foi extinto como se intensifica em alguns países o trabalho infantil; há um significativo recrudescimento em alguns países muçulmanos da excisão praticada em crianças; os "meninos de rua" em algumas cidades não apenas aumentam como são vítimas de perseguição e assassinato; recrudesce a miséria e a fome nas zonas degradadas dos subúrbios ou nas *inner cities* das grandes cidades, etc.). (SARMENTO; PINTO, 1997, p. 2).

Assim, ao entender a infância como essa categoria autônoma, como esse espaço-tempo em que a criança é o sujeito que deve vivenciar tal categoria, podemos entender que há uma preocupação com sua proteção. Sarmento e Pinto (1997) afirmam que, ao estudá-las fora desses espaços idealizados como sendo da infância, poder-se-ia compreender que há outros modos de agir socialmente. Ainda, é necessário entender que, conforme as relações sociais de cada criança, cada grupo de crianças e cada população específica pode entender a infância de modos diversos, de acordo com sua categoria social. Assim, embora tenhamos a ideia de que a infância é um espaço-tempo de proteção, estudo, brincadeiras etc. nem todas as crianças vivenciam essa fase da mesma forma, em especial, aquelas em situação de deslocamentos forçados e/ou refúgio. Deste modo, preconiza-se "[...] uma perspectiva para a inteligibilidade dos mundos de vida das crianças que não ilude a natureza individual de cada ser humano, mas que a considera no quadro relacional múltiplo e dinâmico que constitui o plano da estrutura e da acção social." (SARMENTO; PINTO, 1997, p. 7).

Paradoxalmente, embora existam, a partir das agências supranacionais, acordos internacionais, cartilhas, diversos materiais e cursos acerca da infância e do cuidado com as crianças, percebe-se uma inconstância na agenda política. Ao problematizar, por exemplo, que parte das crianças migram sem acompanhamento, revela não somente a falha na proteção, mas também nos encaminhamentos dos documentos para que se reconheça o *status* de refugiada. Foi necessária uma mudança nas exigências do próprio ACNUR para que, atualmente, conforme Lazarin (2019), as crianças pudessem solicitar sozinhas o processo de reconhecimento do *status* de refugiada.

Marchi e Sarmento (2017), ao abordarem que o ideal de infância se cristaliza com a Convenção de Direitos da Criança (CDC) em 1989, entendem que ele foi resultado de uma disputa de uma construção de verdade sobre o que caracteriza uma infância. O poder de decisão nesse documento foi desigual, o que acabou disseminando uma ideia de que o ideal de infância está ligado à infância do Norte Global.

> O documento é, todavia, considerado hoje um "ponto de viragem" relativamente às anteriores perspectivas sobre os direitos da criança, devido à sua natureza e conteúdo: o fato de, juridicamente, adotar o formato de convenção obriga os Estados signatários a aplicarem os seus princípios em leis e na ordem interna dos países, de modo que tenham maior impacto nos cotidianos das crianças e, no que diz respeito ao conteúdo, apresenta-se como símbolo de uma nova percepção sobre a infância e os direitos das crianças. (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 954).

Lazarin (2012) aponta que há diferenças nos tipos de migração das crianças. Quando se trata de migrações não-violentas, as crianças representam menos 30% da população migrante, e raros são os casos em que elas migram sozinhas. Já entre as migrações de refugiados, como dito anteriormente, passam de 50%, e muitas delas migram sozinhas. Ainda, segundo a autora, mesmo com todos os acordos e convenções que tentam assegurar o direito das crianças (mesmo que sejam direitos no entendimento do Norte Global), elas seguem sob situações de risco. Os acordos, tratados e convenções parecem ter conseguido agir para amenizar algumas situações.

Ao afirmar que a CDC cristaliza o ideal de infância, também significa que essa cristalização é perpassada por investimento em conhecimento. Perguntas como "o que é ser criança?" e "como agir em relação às crianças?" são, de alguma forma, respondidas a partir dos conhecimentos formulados, ideias, representações sociais etc. Conforme afirmam Marchi e Sarmento (2017, p. 995) "Um conjunto de assunções, formas de conhecimento, ideias, pressuposições e representações sociais incorporam, no seu todo, modos dominantes de resposta às questões: o que é ser criança? Como agir em face das crianças?"

> São modos dominantes que se exprimem em padrões de comportamento e condutas, hábitos e procedimentos dos adultos em face das crianças e que são igualmente configuradores da normatividade da infância. Se a CDC corresponde, no plano jurídico, a uma concepção de infância que marca determinantemente a perspectiva normativa com fortes efeitos regulatórios da vida das crianças e das ações e responsabilidades dos adultos diante delas, essa percepção exprime-se também por meio de assunções implícitas, dialogando com a norma escrita de forma nem sempre convergente, mas frequentemente confluente. (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 955)

Bhabha (2014) afirma que, por conta do clima hostil, em muitos países de destino, o pedido de proteção a refugiados não fornece a panaceia que muitas crianças buscam ou precisam. Ainda segundo o autor, em muitas situações ocorre o oposto, pois há um agravamento do medo, sofrimento e vulnerabilidade, especialmente em espaços de fronteira.

> A inconsistência é uma parte importante do problema (como ocorre com muitas burocracias públicas subfinanciadas), mas também existem algumas atitudes: suspeita, condescendência e uma perspectiva patriarcal que enfatiza a importância das crianças como agentes políticos, destacando culpabilidade como migrantes irresponsáveis e irregulares. O uso de profissionais que ajudem nesse movimento de pessoas é cada vez mais necessário para quem busca asilo, maior segurança nas fronteiras [...]. Mas o envolvimento de contrabandistas em viagens de crianças em busca de asilo agravam a suspeita hostil de autoridades de imigração e gera práticas cada vez mais punitivas que negam o acesso à proteção. Na pior das hipóteses, as crianças são removidas sem nenhum reparação legal. (BHABHA, 2014, p. 207).

Ao afirmar que as crianças refugiadas estão, em algum ou vários níveis, distantes do ideal de infância, entendo que essa infância constituída a partir da visão do Norte Global (e de classes médias e altas em países em desenvolvimento) não é aplicável, muitas vezes para o restante da população. Conforme afirmam Marchi e Sarmento (2017), aqueles que não se enquadram na norma por questões de desigualdades de condições de vida, do conceito moderno de infância, acabam em condições mais vulneráveis e suas vidas possuem menos investimentos, comoções etc.

As fotografias trazem algumas possibilidades de interpretações a respeito do significado de infância em relação ao refúgio. Não se tratou aqui de algum juízo de valor em relação às fotografias, mas da produção do sujeito criança refugiada. Trata-se nesta seção, de compreender que a construção social da infância não leva em conta a pluralidade de situações que as crianças de fora do contexto do Norte Global vivem. O que faz com que agências supranacionais indiquem que há crianças fora da infância e que, dentro de suas limitações, tentam aproximá-las desse ideal construído e cristalizado em especial na CDC.

5.2 Fotografias como produtoras do sujeito criança refugiada nos documentos do ACNUR

Após a análise das fotos, é possível entender alguns aspectos da produção do sujeito criança refugiada nos documentos do ACNUR, tanto a partir da produção de sujeito de Foucault quanto do enquadramento butleriano. O primeiro vai abordar que o sujeito é produto e produzido por discursos. O discurso em Foucault (1995, 2014) é constituído por enunciados que são frutos de seu tempo e das relações de poder que os permeiam. A relação saber e poder está próxima às instituições que colocam as relações de poder em jogo. A partir dessa perspectiva, pode-se entender que o ACNUR, por exemplo, juntamente com os Estados-Nação, e também junto ao UNICEF e até mesmo aqueles que possuem um posicionamento contrário às agências supranacionais produzem e são produzidos por meio de discursos, produzem enunciados, há uma relação de poder-saber que constitui o sujeito refugiado e o sujeito criança refugiada de uma determinada forma.

Já o conceito de enquadramento de Butler (2015) diz respeito às várias interpretações da sua forma escrita original (*to be frammed*), que remete a uma série de significados, desde aprisionar e até mesmo escapar, passando pelo forjar algo. A partir da moldura é possível olhar determinadas imagens (e dentro desse universo de imagens como pinturas, desenhos etc. está inclusa a fotografia) e também é possível ter uma interpretação desse olhar conduzido, ou ainda, como vamos olhar essas fotografias escapando das molduras e emoldurando essas fotos de outra maneira. Tanto discurso quanto enquadramento partem de um princípio em que não há aleatoriedade.

Não se deve concluir, porém, que discurso se refere apenas àquilo que é dito/escrito e os enquadramentos às imagens. Textos são enquadrados e imagens são discursivas simultaneamente. (BUTLER, 2015). O que se deve atentar é o fato de ambos trabalharem com a produção de sujeitos levando em conta o jogo de luz e sombra. Nesta tese, compreende-se que o enquadramento está na luz, no foco, mas levando-se em conta que os sujeitos também são produzidos através dos discursos. Eles se aproximam por estarem amarrados às normas vigentes, ou seja, só se pode ver ou dizer algo pois estão histórica e socialmente localizados.

Butler ainda complementa dizendo que a norma define o que é humano e o que não é. "Se existe o humano, existe o inumano; quando proclamamos como humano um determinado número de seres que anteriormente não eram considerados de fato humanos, admitimos que a reivindicação da 'condição de humanidade' é uma prerrogativa mutável." (BUTLER, 2015, p. 117). São essas determinações, esses discursos e esse enquadramento do que é humano, do que é infância, por exemplo, que trazem esse caráter coercitivo da norma.

Ao afirmar que o ACNUR procura, em suas fotografias, em que apareçam especialmente crianças, comover e humanizar quem lê os documentos ou mesmo quem acessa o site, ou até mesmo suas redes sociais, significa que em algum grau essas crianças não estão tendo infâncias (ou estão tendo menos infância) e que o refugiado é menos humano do que outros. Dessa maneira, "[...] norma não é algo que devamos procurar incorporar, mas sim um diferencial de poder que devemos aprender a ler, a avaliar cultural e politicamente, e a contestar em suas operações diferenciais." (BUTLER, 2015, p. 117-118). Por outro lado, a autora também afirma que precisamos do termo humano/humanizar exatamente onde ele não é e não pode ser afirmado e "[...] fazer isso em nome da oposição ao diferencial do poder mediante o qual opera, como uma forma de trabalhar contra as forças de neutralização ou obliteração que nos impedem de conhecer e de reagir ao sofrimento causado, algumas vezes em nosso nome." (BUTLER, 2015, p. 118).

Mitchell (2015), ao abordar sobre as fotografias, lança a pergunta: “O que as imagens querem?” (p. 166). O autor afirma que, nas investigações, essa pergunta, em geral, está associada a um desejo do Outro, daqueles que são minorias ou de subalternos. Nessa direção, nesta tese é possível perguntar “o que querem as fotografias das crianças refugiadas?”, considerando, como coloca Mitchell (2015), que qualquer resposta a essa pergunta deve levar em conta o que há nas pessoas [que as observam][39] que torna possível que elas tenham alguma interpretação ou significado.

Atribuir significado, interpretar, são modos de ver e enquadrar das fotografias. Quando afirmo que uma das produções do sujeito criança refugiada nas fotos dos documentos do ACNUR é a do sujeito que comove, é uma das respostas possíveis à pergunta acima: “o que querem as fotografias das crianças refugiadas?”. Responder aqui é atribuir este sentido às imagens, é uma interpretação possível, é uma produção possível desses sujeitos. Tendo como uma das respostas a “comoção”, as perguntas seguintes para esta discussão são inspiradas em Butler (2015): “Como a comoção é produzida por essa estrutura de enquadramento? E qual é a relação da comoção com o julgamento e a prática de natureza ética é política?” (p. 29-30).

Tais perguntas talvez não possam ser respondidas em sua plenitude, mas um caminho possível para pensar a comoção seja pensar na capacidade de reação moral. Butler (2015) ao falar dessa capacidade afirma que “[...] o que sentimos é parcialmente condicionado pela maneira como interpretamos o mundo que nos cerca, que a forma de interpretar o que sentimos pode alterar, e na verdade altera o próprio sentimento.” (BUTLER, 2015, p. 68). Ainda segundo a autora, são os esquemas interpretativos dentro da capacidade de reação moral que fazem com que sintamos horror diante de determinadas vidas perdidas (ou como elas são perdidas), mas não de outras.

Fried (1990), ao discutir sobre pintura, afirma que há um desejo de chamar a atenção, quase uma vontade de trocar de lugar com o espectador para que ele fique paralisado diante daquilo que se mostra. Embora o autor aborde a respeito da pintura, esse efeito de fixar o olhar, comover, pode ser observado nas fotografias também. As fotografias e as pinturas são enquadradas a partir de determinados atravessamentos, tanto de quem as fotografa/pinta quanto daqueles que observam.

A comoção pode ser entendida como um efeito dessa vontade a partir das fotografias analisadas. Butler (2015) ainda traz que a comoção é “[...] transmitida de outro lugar [...]” (p.

39 Acréscimo meu.

81). Os enquadramentos dados a determinadas populações de maneira mais incisiva que a outras operam de maneira a nos comover, pois se tratam de vidas que são dignas de proteção.

> A comoção depende de apoios sociais para sentir: só conseguimos sentir alguma coisa em relação a uma vida perceptível, que depende de estruturas sociais de percepção, e só podemos sentir comoção e reivindicá-la como nossa condição de que já estejamos inscritos em um circuito de comoção social. (BUTLER, 2015, p. 81-82).

A autora ainda aborda a capacidade de comoção seletiva como uma forma de violência e que essa mesma violência deve ser criticada a partir do questionamento: "O que permite que uma vida se torne visível em sua precariedade e em sua necessidade de amparo e o que nos impede de ver ou compreender certas vidas dessa maneira?" (BUTLER, 2015, p. 82). Ao entender que refúgio é uma migração com características violentas e que há a necessidade de afirmar, em um de seus documentos que refugiados "[...] são pessoas comuns [...]" (ACNUR, 2016, p. 2), trata de entender que o processo de comoção por essas vidas não ocorre da mesma maneira. A comoção aparece como forma de reafirmação de que essas vidas merecem ser vividas.

> Perceber uma vida não é exatamente o mesmo que apreender uma vida como precária. Apreender uma vida como precária também não é uma apreensão crua, na qual a vida é despojada de todas as suas interpretações habituais, apresentando-se a nós fora de todas as relações de poder. Uma atitude ética não acontece espontaneamente, assim que enquadramentos imperativos habituais são destruídos, nem uma consciência moral pura surge, uma vez que as amarras da interpretação cotidiana sejam eliminadas. Pelo contrário, é só desafiando a mídia dominante que determinados tipos de vida podem se tornar visíveis ou reconhecidos em sua precariedade. Não é apenas ou exclusivamente a apreensão visual de uma vida que forma uma precondição necessária para a compreensão da vida. *Uma outra vida é percebida por intermédio de todos os sentidos, se é de fato percebida*. (BUTLER, 2015, p. 82-83, grifo do autor).

Conforme Mitchell (2015), há uma diferença entre o que uma imagem pede e o que ela quer. A relação estável entre o foco e o fundo; uma demarcação espaço-corpo; pele-roupa; exterior-interior são elementos do que a imagem quer. Ao concordar com Butler, quando a autora afirma que a comoção está ligada a todos os sentidos físicos, entendo que as fotografias são uma forma de apresentar os corpos[40] de crianças refugiadas. São esses corpos que precisam ser ouvidos, vistos, falados, sentidos etc.

O corpo para Butler (2015) é uma espécie de entidade limitada. Não se trata de falar do corpo físico, embora as percepções e políticas atuem nele, mas entender por que alguns corpos estão profundamente mais protegidos e com seus cinco sentidos muito mais atendidos (no

40 O corpo para Butler (2015) é uma espécie de entidade limitada. Não se trata de falar do corpo físico, embora as percepções e políticas atuem nele, mas entender porque alguns corpos estão profundamente mais protegidos e com seus cinco sentidos muito mais atendidos (no sentido de receber essa atenção) do que outros. A atenção, por sua vez, pode ser entendida como uma identificação ou autoidentificação com o outro. Comovemo-nos com aquilo que nos identificamos.

sentido de receber essa atenção) do que outros. A atenção por sua vez pode ser entendida como uma identificação ou autoidentificação com o outro. Comovemo-nos com aquilo que nos identificamos.

São os enquadramentos normativos que determinam quais vidas terão mais dignidade de serem vividas ou não, de serem protegidas ou não, lamentadas ou não. Assim, podemos entender que as fotografias dentro dos documentos do ACNUR procuram promover uma comoção a vidas que ainda não são completamente vividas, não são completamente infância. A comoção vem com o intuito de entender essas vidas dotadas de precariedade e, consequentemente, passíveis de luto e de serem lamentadas.

Ao relacionar os enquadramentos normativos de que criança deve ser protegida, brincar, estudar, receber afeto e ter uma infância o mais próximo possível, há a possibilidade de entender que a comoção ocorre em dois momentos das fotografias analisadas. A primeira comoção é quando elas estão distantes em condições de vulnerabilidade muito visíveis. A segunda forma apresenta-se quando há fotografias de crianças já mais próximas do ideal de infância.

5.3 O ACNUR, os fluxos migratórios e as ações para as crianças que migram

Nesta análise, ao falar do ACNUR, dos fluxos migratórios e como isso se reflete nas crianças que migram é necessário entender que estamos, conforme afirma Bauman (2017), "[...] num mundo cada vez mais desregulado, multicentrado, fora de ordem [...]" (p. 16), o que nos causa sensações de inquietude e medo. Esse medo acaba por estimular ações ou políticas violentas ou ainda um uso e mau uso da sua condição de vulnerabilidade. Bauman está se referindo, no trecho citado, àqueles refugiados que conseguem chegar a algum país de destino, ilegalmente e ainda não têm seu *status* de refugiado reconhecido, o que os coloca em situação de vulnerabilidade.

É possível perceber uma preocupação dos principais países de destino com a procura dos refugiados. Conforme explicitam Hardt e Negri (2001), nesse novo funcionamento global, chamado de Império pelos autores, em que há agências supranacionais com diversas representações de Estados-Nação, fica evidente que há países com maior poder de decisão do que outros. Os países do mencionado Norte-Global acabam liderando as tomadas de decisão dessas agências. Chimni (2002) afirma que esse grupo de países que também são, em sua maioria, o local de desejo e destino efetivo de muitos refugiados, têm, ao longo das últimas

décadas, executado políticas de contenção, deportação e expulsão de migrantes, especialmente os migrantes econômicos e os refugiados.

Bauman (2017), ao falar sobre "securitização", explica que esse termo vem para tentar dar conta da sensação de medo já que o termo segurança não abarcava tudo que era necessário em especial quando se trata de terrorismo. Segundo o autor, as políticas de securitização e a forma como elas foram executadas em determinados países associaram os migrantes ao terrorismo, o que causa repulsa na população local. Ao associar o "problema da migração" com os aspectos da segurança nacional e não somente associar, mas subordinar e, por fim, reduzir um ao outro (mesmo que, conforme o autor não se faça isso com as palavras), acaba ajudando as três intenções[41] de grupos como Al-Qaeda e Daesh.

Ao reforçar os estereótipos de tudo aquilo que é "não-europeu", ou "não-estadunidense" (os principais destinos de desejo dos refugiados), associando a um imaginário de terrorismo e/ou disputa econômica (em relação a emprego), desumanizam-se os refugiados e migrantes que lá estão. Por outro lado, as agências procuram incessantemente *resgatar* uma humanidade de refugiados e daqueles que migram especialmente os que migram por questões econômicas. O ACNUR, ao menos em seus documentos, procura tornar essas pessoas humanas, e, no caso de crianças, trazê-las para o que se concebeu como infância.

Judith Butler (2015) explica que o reconhecimento da humanidade de um sujeito está condicionado à sua possibilidade de aproximação das normas que compõem o humano. Isso significa que há uma maneira e normas de estar e ser humano, uma delas é pertencer a um lugar, desse modo, ser nacional de algum Estado-Nação é uma dessas "regras". Segundo Lazarin (2019) há alguns países, e o Brasil é um exemplo disso, em que o passaporte é uma cristalização dessa norma. Ainda que o Brasil acolha o refugiado, o passaporte dele é de outra cor. Assim,

41 "A primeira intenção: seguindo a lógica de uma profecia autorrealizadora, inflamar os sentimentos anti-islâmicos em toda Europa; e desse modo mobilizar a ajuda das populações europeias nativas para convencer os jovens muçulmanos situados na extremidade receptora do ressentimento e hostilidade públicos, assim como da resultante discriminação, nos países de chegada, de que a brecha (o abismo?) que separa os imigrantes de seus hospedeiros tende a permanecer insuperável - tornando pela mesma razão, as atuais contradições, incompreensões, controvérsias e disputas mais fáceis de extrapolar para a ideia de uma guerra santa até a extinção, travada entre duas formas de vida mutuamente inconciliáveis ou entre a única e verdadeira fé e uma coalizão de crenças falsas. Cerca de um milhão de jovens muçulmanos vive atualmente em cidades francesas, mas dentre eles apenas cerca de mil foram registrados, apesar de imensos esforços da polícia e das forças de segurança francesas, como suspeito de conexão com terroristas. [...] Segunda intenção, intimamente associada a primeira: seguir o princípio do "quanto pior (for a condição de vida e posição dos jovens muçulmanos nas sociedades hospedeiras), melhor (para a causa terrorista)", tornando extremamente grotescas e inimagináveis as possibilidades de comunicação e interação transculturais entre etnias e ou religiões. [...] Por fim, a terceira intenção é tirar proveito da dinâmica do estigma, esperando sustentar-se e avançar com a implementação das outras duas." (BAUMAM, 2017, p. 41-43).

mostra esse conflito com seu Estado-Nação, mostra também uma marca da diferença. Essa diferença marca o "outro", que é reconhecido assim, e isso expõe sua vulnerabilidade.

Embora o exemplo acima fale em relação a uma situação ideal, em que o refugiado já possua passaporte, pode aplicar-se ao contexto anterior ao reconhecimento do *status* de refugiado. Butler (2015) afirma que a vida se torna "precária" por fatores externos ao corpo, que é vulnerável na medida em que precisa das relações sociais para viver. A autora afirma que essa condição de vulnerabilidade é praticamente inerente à condição humana, o que torna essa vida mais precária é a sua capacidade de articulação social.

Há uma necessidade de comoção com essa população, e as fotografias marcam bem esse papel. É necessário, ao mesmo tempo, que se marque a precariedade e as possibilidades de investimento nas vidas. Assim, as fotos das crianças não estão lá somente pelos dados estatísticos. Ao naturalizar a ideia da infância como lugar de proteção e ao perceber crianças longe desse ideal, há uma comoção. Em seu site, o ACNUR solicita a todo momento que se tenha doações para que se mude as condições de vida dos refugiados.

Butler (2011) afirma que o reconhecimento do Outro e o quanto a vida é/está precária é o que nos leva a alteridade no sentido ético. Há um vínculo nesse reconhecimento e, segundo a autora, acontece quando reconhecemos a humanidade do outro sob ameaça. Ao mesmo tempo, há nesse reconhecimento e, posteriormente, nessa relação de alteridade, uma relação de humanização/desumanização.

É a partir da capacidade de comoção que algumas vidas começam a ser classificadas como "merecedoras de luto e de proteção" ou não (BUTLER, 2015, p. 67). Trata-se de uma ontologia corporal da alteridade de guerra pela qual pensa a filósofa, o (re)conhecimento da existência do outro seja mediado a partir de um conjunto de relações que precedem ou excedem as fronteiras do "eu" e do "outro".

O que é possível de se problematizar com essas fotografias? Que há vidas mais passíveis de luto e que devem ser investidas em sua continuidade do que outras. Há um investimento específico na vida de determinadas pessoas em deslocamento. Trata-se de pensar que, conforme Butler (2015), embora todas as vidas sejam precárias por necessitarem de relações sociais para que elas possam ser vividas, algumas passam por condições mais precárias que outras. Isso se deve, ainda segundo a autora, a um distanciamento das normas e do padrão daquilo que é o ideal de ser humano.

> Há também alguma desumanização desempenhada no e através do rosto? Será que encontramos esses rostos no sentido levinasiano, ou são eles, em vários sentidos, imagens que, através de suas molduras, produzem o paradigmaticamente humano, se tornam os meios culturais por meio dos quais o paradigmaticamente humano é estabelecido? Embora seja tentador pensar que as imagens por si mesmas estabeleçam a norma visual para o humano, aquela que deva ser emulada ou incorporada, isso seria um erro, uma vez que no caso de Bin Laden ou Saddam Hussein o paradigmaticamente humano é entendido como residindo fora da moldura. Este é o rosto humano em sua deformidade, em seu extremo, não aquele com o qual somos convidados a nos identificar. De fato, é a não identificação que é incitada por meio da absorção hiperbólica do mal no próprio rosto, nos olhos. E se nós iremos nos entender enquanto interpelados de alguma maneira por e nessas imagens, é precisamente como o observador não representado, aquele que olha de fora, aquele que não é capturado por imagem alguma, mas cujo papel é capturar e subjugar, se não eviscerar, as imagens à mão. Similarmente, embora possamos querer celebrar os rostos recém - descobertos das jovens mulheres afegãs como uma celebração do humano, temos que perguntar para qual função narrativa essas imagens são mobilizadas, se a incursão no Afeganistão foi realmente feita em defesa do feminismo, e em que forma de feminismo ela, mais tarde, se fantasiou. Ainda mais importante, parece que devemos perguntar quais cenas de dor e lamento essas imagens cobrem e desfazem. De fato, todas essas imagens parecem suspender a precariedade da vida; elas ou representam o triunfo americano ou promovem um incitamento ao triunfo militar americano no futuro. Elas são os despojos de guerra ou são os alvos da guerra. E, nesse sentido, podemos dizer que o rosto é, em cada ocasião, desfigurado e isto é uma das consequências filosóficas e representacionais da própria guerra. (BUTLER, 2011, p. 26).

Assim, embora as guerras (um dos principais motivos de deslocamentos forçados e refúgios) causem comoção de uma maneira mais generalista, não são todas as vidas que passam pelo processo de luto. Conforme a autora,

> […] é necessário considerar que a responsabilidade deve concentrar-se não apenas no valor desta ou daquela vida, ou na questão da capacidade de sobrevivência de modo abstrato, mas sim na manutenção das condições sociais de vida, especialmente quando elas falham. Essa tarefa torna-se particularmente grave no contexto de guerra. (BUTLER, 2015, p. 59).

Como citado anteriormente, analisar e problematizar essas fotografias não é trazer juízo de valor. Não cabe a mim afirmar se essas imagens são "boas" ou "ruins" para os refugiados, ou para o ACNUR, mas observá-las de forma crítica. Como citado anteriormente, sou uma observadora atravessada pelos discursos midiáticos, de ativismo, por minha formação, pelo olhar de quem não é fotógrafa, não é membro do ACNUR, tampouco refugiada. Assim apoio-me em Sontag (2004) para quem o olhar da fotografia é compreender uma nova forma de linguagem. Ao compreender essa nova forma de ver, é necessário levar em conta o aspecto ético desse olhar, entendendo que "[...] embora em certo sentido a câmera [ou neste caso, a observadora][42] capture a realidade, e não apenas interprete, as fotos são uma interpretação do mundo." (SONTAG, 2004, p. 17). A autora ainda acrescenta que as fotografias agridem, não importando se estão no contexto mais cotidiano ou de situações agressivas no sentido estrito.

42 Acréscimo meu.

O sentido da agressão pode ser entendido como mobilizador, problematizador, sensibilizador, denunciante etc., ou seja, algo que nos tire de uma certa zona de conforto. Conforme Sontag (idem) "[...] tirar fotos é um evento em si mesmo, e dotado dos direitos mais categóricos - interferir, invadir ou ignorar, não importa o que estiver acontecendo." (p. 21). Assim, meu olhar de observadora segue sendo atravessado por esses aspectos, pois "[...] nosso próprio senso de situação articula-se, agora, pelas intervenções da câmera." (idem). Desse modo, afirmo que as 70 fotografias com crianças me agrediram, ainda que tenha analisado 15 delas, no sentido de que me mobilizam a querer analisá-las, invadi-las de alguma forma. Seguindo apoiada em Sontag (idem), concordo que "[...] as [fotografias][43] que mobilizam[44] a consciência, estão sempre ligadas a determinada situação histórica." (p. 27).

Para problematizar a jornada migratória, é necessário também discutir sobre o quanto as agências supranacionais estão funcionando numa lógica de Império (HARDT; NEGRI, 2001). Isso se evidencia melhor falando do ACNUR, pois é uma agência que rompe com a ideia de atuar em um determinado local/país específico. A relação do ACNUR com as fronteiras deixa perceptível o quanto essa lógica de Império faz sentido. Juntando-se a isso, é válido também pensar nessas agências supranacionais operando alguns traços de poder soberano ao determinar quais vidas ficam retidas e quais seguem adiante nessa jornada migratória.

Por fim, é válido lembrar que essa discussão não se encerra nesta tese, a qual não pretendeu dar conta de trazer uma verdade absoluta no que tange à produção das crianças refugiadas nas fotografias. Há outras possibilidades de pesquisas com o mesmo material e com outros. Concordo com Lazarin (2019) quando afirma a necessidade de uma produção mais ampla de dados, para que possamos produzir e ampliar as pesquisas sobre as crianças refugiadas.

43 No original "imagens".

44 Quando a autora refere-se ao termo mobilizador, referindo-se às fotografias e/ou imagens, ela está mostrando um rol de sentimentos e/ou ações e/ou reflexões possíveis. Na obra *Sobre a fotografia* (2005), ela traz os exemplos dos desejos e mobilizações diretas e utilitárias "[...] como quando uma pessoa coleciona fotos [...] com o fim de ajudar na masturbação". Outro exemplo são imagens de mobilização consciente as quais possuem um caráter reflexivo, não necessariamente utilitário de usufruto como as diretas, estão sempre ligadas a uma contextualização histórica e/ou social e/ou econômica. Não se trata de entender cada uma dessas categorizações como únicas e anulantes, mas, sim, de saber que, para a autora, há diferenças de mobilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propus-me a problematizar a produção da criança refugiada nas fotografias presentes nas cartilhas e documentos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR. Minha tese consiste em evidenciar que, a partir dessas fotografias, há a produção de um processo de comoção para que as vidas se tornem passíveis de luto.

Antes de tecer considerações acerca da maneira como a criança refugiada é enquadrada pela ACNUR ao longo do processo de deslocamento, considero importante retomar brevemente a função da agência. Trata-se de um órgão da Organização das Nações Unidas – ONU, que atua no amparo de pessoas em situação de refúgio. É mantido por meio de doações do setor privado, contribuições voluntárias de países e de doadores individuais. Sendo assim, as cartilhas e documentos distribuídos pelo órgão, para além de informar e instruir, objetivam divulgar a maneira exitosa como este trabalho vem sendo desenvolvido, uma vez que conta com a colaboração dos países, setor privado e doadores individuais.

Ao lançar mão dos conceitos de enquadramento e infância, utilizando como conceitos complementares à análise moldura, criança e vida precária, discuto que há uma tentativa de comoção em relação às crianças mostradas nas fotografias da ACNUR a fim de que países e entidades dos países de destino acolham essas crianças. O processo de acolhimento é complexo e, para que transcorra de forma satisfatória, uma série de elementos devem ser observados, portanto não é passível de ser analisado apenas por meio de imagens. Entretanto, o que trazem as imagens é tanto a situação de vulnerabilidade dessa população quanto a de investimento e aproximação do ideal de infância.

Nesse local de acolhimento, algumas características se repetiram. Priorizou-se, nas reproduções fotográficas, apresentar crianças em primeiro plano, ainda que o conjunto de imagens seja muito maior do que esse. Com isso, é possível dizer que a agência lança mão do ideal de infância, ou seja, aquele que determina que essa faixa etária deve frequentar a escola, para demonstrar que tais crianças estão sendo acolhidas de acordo com o que se preconiza no mundo euro-americano. Essas crianças, que no país de origem são enquadradas vagando por paisagens desérticas ou andando sobre escombros, passam a ser apresentadas como sujeitos que gozam da possibilidade de viver a faixa etária entendida como infantil, contando com proteção e segurança.

Lançar mão do ideal de infância como um elemento mobilizador, inicialmente em ambientes inóspitos e, ao final do processo de deslocamento, ocupando o lugar compreendido como o que deve ser o seu – a escola – figura uma estratégia de comoção para os possíveis destinatários dessas imagens. Ressalta-se que a noção de infância ideal que objetiva chamar atenção para a precariedade das vidas e, com isso, provocar o desejo de protegê-las, não apenas se caracteriza por ocupar ambientes educativos.

De acordo com o que apresentei no terceiro capítulo desta tese, há uma espécie de conflito de ações. Ao mesmo tempo que o ACNUR se propõe a pensar tratados, acordos e convenções voltados aos direitos dos refugiados, também acaba por fazer contenção no fluxo de pessoas em deslocamentos forçados. Nos últimos anos, diversos acordos sobre o refúgio foram assinados, e boa parte deles traz a repatriação como um viés a ser pensado. Isso se reflete e vai na contramão das mudanças que UNICEF e ACNUR têm proposto, em especial nas ações sobre as crianças que migram sozinhas. Enquanto para essa população o ACNUR, UNICEF convergem no sentido de não mais mandar essas crianças de volta, ou ainda barrá-las em fronteiras, busca-se uni-las a suas famílias (quando acontece de viajarem juntos e se separarem no caminho), ou ainda, levá-las às instituições de acolhida no país de destino. A repatriação, nos últimos acordos entre Estados, assinados em reuniões do ACNUR, quase não leva mais em conta a vontade do refugiado em querer voltar ao seu país de origem. Atualmente bastam condições mínimas de segurança.

Considerando que a humanidade de um sujeito não é pré-concebida, mas está condicionada à possibilidade de se aproximar dos atributos ideais dessa humanidade, assim como o de infância, o ACNUR lança mão da comoção para reivindicar àqueles sujeitos o status de humano. Uma vez reconhecido como humano é possível apreender sua precariedade, ou seja, entende-se que esse sujeito precisa ter acesso a cuidados básicos de saúde, à educação, alimentação, deve poder ocupar uma moradia e gozar de segurança. Assim, a apreensão da precariedade leva ao desejo de proteger e, caso essa proteção deixe de ser oferecida, expondo esse sujeito à violência e à morte, esta será uma morte passível de luto. Sendo assim, o efeito que se obtém com a comoção em relação às crianças ao longo do processo de deslocamento e o quantitativo de fotografias de crianças em ambientes de acolhimento é a percepção de que aquelas são, de fato, vidas que precisam ser protegidas, pois, uma vez perdidas, serão lamentadas.

Essa noção de humanidade na qual se incluem as crianças, visto que essas seriam portadoras de uma infância a ser vivenciada, pode ser percebida quando grandes tragédias

deixam de provocar a comoção e o luto por extrapolar os limites culturais e territoriais. Haja vista termos recebido em silêncio a notícia sobre a chacina contra estudantes em uma universidade do Quênia[45], ou quando ataques a escolas na Palestina[46] deixam de mobilizar nosso luto, mas nos engajamos, comovemo-nos e mobilizamo-nos ao receber a notícia de que a Catedral de Notre Dame está se consumindo em chamas[47]. Isso nos permite pensar em humanidade e em infância tendo como referência o Norte Global.

Ao me aproximar do final destas considerações, afirmo que de fato uma realidade cristalizada se produz com um processo de comoção das crianças refugiadas nas fotografias da ACNUR. Esse processo de comoção, aliado à condição infantil e à maneira como as crianças são enquadradas, especialmente em ambientes educativos, visa despertar o desejo de proteção que se estabelece quando apreendemos a precariedade dessas vidas. Essas fotografias, mais do que informar os êxitos de um trabalho necessário, convidam-nos a refletir sobre as normas do humano a que nos conformamos e sobre os limites de nossa própria noção de humanidade.

45 Fonte: http://g1.globo.com/////////mundo/noticia/2014/07/ataque-de-israel-mata-palestinos-em-escola-da-onu.html
46 Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/04/1611625-ataque-de-milicia-a-universidade-no-quenia-deixa-15-mortos.shtml
47 Fonte: https://istoe.com.br/o-incendio-da-catedral-de-notre-dame/

REFERÊNCIAS

ALLOA, E. *Entre a transparência e a opacidade* – o que a imagem dá a pensar. In: ALLOA, E. (org.) *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *ACNUR e UNICEF lançam plano para proteger refugiadas e crianças*. Genebra: ONU/ACNUR, 2015. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2016/02/26/acnur-e-unicef-lancam-plano-para-proteger-refugiadas-e-criancas/. Acesso em: 12 jan. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Cartilha informativa sobre a proteção de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio LGBTI*. Genebra: ONU/ACNUR, 2017.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Cartilha Direitos da Mulher* - prevenção à violência e ao HIV-AIDS. Genebra: ONU/ACNUR, s.a.a.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Cartilha Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo*. Genebra: ONU/ACNUR, 2016.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Cartilha Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo*. Genebra: ONU/ACNUR, 2017.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil*. Genebra: ONU/ACNUR, s.a.b.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Memórias do trigésimo aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados*. Genebra: ONU/ACNUR, 2015

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *ONU*: 5 fatos sobre crianças refugiadas. Brasil: ACNUR/UNCHR, 2018. Disponível em https://nacoesunidas.org/onu-5-fatos-sobre-criancas-refugiadas/ Acesso: 02 dez. 2019.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Planejamento de meios de subsistência no ACNUR*: guia operacional. Genebra: ONU/ACNUR, 2012.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Programa de ensino direito internacional dos refugiados*. Genebra: ONU/ACNUR, 2010.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Promovendo Meios de Subsistência e autossuficiência*: guia operacional para a proteção de refugiados (as) e soluções em áreas urbanas. Genebra: ONU/ACNUR, 2011.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Relatório anual Cátedra Sérgio Vieira de Mello*. Genebra: ONU/ACNUR, 2017.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Deslocados internos*. Brasil: ACNUR/UNCHR, 2001-2018a. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/. Acesso em: 23 abr. 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Refugiados*. ACNUR/UNCHR Brasil: 2001-2018b. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/. Acesso em: 23 abr. 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Histórico*. ACNUR/UNCHR Brasil: 2001-2018c. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/historico/. Acesso em: 23 abr. 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Cátedra Sérgio Vieira de Mello*. ACNUR/UNCHR Brasil: 2001-2018d. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/historico/. Acesso em: 23 abr. 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR)e. *Transparência e prestação de contas*. ACNUR/UNCHR Brasil: 2001-2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/transparencia-e-prestacao-de-contas/. Acesso em: 12 fev. 2020.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Somália*: Refugiados pressionados a sair do campo de Dadaab retornam a condições de insegurança, seca e fome. Londres: [s.n.], 2017.

APRATO, A. P. L. *Crianças & objetos*: uma pesquisa de inspiração fotoetnográfica sobre infâncias do nosso tempo em escola do interior do Rio Grande do Sul. (153 p.) Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2017. Disponível em: https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM243.pdf. Acesso em: 23 abr. 2018.

BARRETO, L. P. T. F. *Refúgio no Brasil*: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BAR-TAL, D. *Group beliefs*: a conception for analyzing group structure, processes, and behavior. New York: SpringerVerlag, 1989.

BAUMAN Z. *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BEITZ, C. R. Liberalismo internacional e justiça distributiva. *Revista Lua Nova*, São Paulo, nº 47 p. 27-58. CEDEC, 1999.

BHABHA, J. *Child Migration and Human Rights in a Global Age*. Princeton: ed. Princeton University Press, 2014.

BOEHM, G. Aquilo que se mostra. Sobre a diferença icônica. In: ALLOA, E. (org) *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BOTELHO, Marcos. *A (I)migração imaginada*: exilados mundanos, anjos cosmopolitas e diaspóricos da literatura migrante. (315p.) Tese (Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura - Mestrado e Doutorado). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2015.

BUTLER, J. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. Vida precária. Contemporânea – *Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, nº 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, J. *Vida precária*: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CAETANO, I. F. A criança e o adolescente refugiados: direitos fundamentais. Série Aperfeiçoamento de Magistrados, nº 11 - *Normatividade Jurídica*, Rio de Janeiro: EMERJ, 2012. p. 92-108.

CAZARRÉ, M. *Número de refugiados bate novo recorde e atinge 68,5 milhões*. Empresa Brasil de Comunicação. Publicado em 09 de junho de 2018. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-06/numero-de-refugiados-bate-novo-recorde-e-atinge-685-milhoes. Acesso em: 12 jan. de 2020.

CEIA, C. Função narrativa. In: CEIA, C. (org.) *E-Dicionário de termos literários*. S. L., 2009. Disponível em: https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/funcao-narrativa-3/. Acesso em: 12 dez. 2019.

CHIMNI, B. S. *Refugees, Return and Reconstruction of 'Post-Conflict' Societies*: a Critical Perspective, International Peacekeeping, n. 9, v. 2, p. 163-180, Taylor and Francis Group, UK, 2002.

CHIMNI, B. S. *Third world approaches to international law*: a manifesto. International Community Law Review, n. 8, p. 3-27, Koninklijke Brill N.V., 2006.

COSTA, M. L.; GILLIANO, M. C. *atravessamento ético-político na experiência em pesquisa em História Social da Psicologia*. Rio de Janeiro: Revista Estudos e Pesquisas em psicologia, 2016. v. 16, nº 1, p. 272-294.

DUSCHATZKY, S. SKLIAR, C. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, J. SKLIAR, C. (org.). *Habitantes de Babel*: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EAGLETON, T. *Ideologia*: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editoria, 1997.

FARIAS, M.; BORGES, P. *Imigração, racismo, xenofobia e a seleção francesa de futebol.* Alma Preta Jornalismo. Publicado em 18 de junho de 2018. Disponível em: https://www.almapreta.com/editorias/realidade/imigracao-racismo-xenofobia-e-a-selecao-francesa-de-futebol. Acesso em: 07 out. de 2019.

FIGUEIREDO, E. *A diferença e a alteridade*. Revista Alteria. v. 16 nº 2, p 45-56, 2007.

FOUCAULT, M. O problema dos refugiados é um presságio da grande migração do século XXI. IN: MOTTA, M. B. *Coleção ditos e escritos VI*: repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault*: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229-249.

FOUCAULT, M. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 1-14.

FRIDMAN, L. C. Vertigens pós-modernas (Giddens, Touraine, Bauman). São Paulo: *Revista Lua Nova*, CEDEC, 1999, nº 47 p. 157-178.

FRIED, M. *Absorption and theatricality*. Chicago: Chicago University Press, 1990.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Convenção sobre os direitos da criança.* UNICEF Brasil, 1990.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Missão do UNICEF*. UNICEF Brasil, s.a.

FUSARO, K. *ACNUR e UNICEF assinam acordo para proteger crianças refugiadas e apátridas no Brasil*. ACNUR Brasil. Publicado em 20 de novembro de 2013. Disponível em https://www.acnur.org/portugues/2013/11/20/acnur-e-unicef-assinam-acordo-para-proteger-criancas-refugiadas-e-apatridas-no-brasil/. Acesso em: 12 jan. de 2020.

G1. *Total de pessoas deslocadas no mundo passa de 70 milhões, diz ONU*; número é o maior já registrado. Portal G1.com. Publicado em 19 de junho de 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/19/total-de-pessoas-deslocadas-pelo-mundo-passa-de-70-milhoes-diz-onu-numero-e-o-maior-ja-registrado.ghtml. Acesso em: 12 jan. 2020.

GRAJZER, D. E. *Crianças refugiadas*: um olhar para a infância e seus direitos. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graducação em Educação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2018.

GUIMARÃES, A. S. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, s.v., s.n. p. 26-44, nov 1995.

HARDT, M; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

IDOETA, P. A. *De onde vêm as pessoas que pedem refúgio no Brasil* - e qual a situação em seus países? Jornal BBC Brasil. São Paulo: BBC, 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44177606. Acesso em: 23 out. 2019.

KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

KOSSOY, B. *Os tempos da fotografia*: o efêmero e o perpétuo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

KUHLMANN, M. Jr.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *A Infância e sua Educação*: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LAZARIN, M. R. *Quando a infância pede refúgio*: os processos de crianças no Comitê Nacional para os Refugiados. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. UFSCar, 2019.

MARCHI, R. C.; SARMENTO, M. J. Infância, normatividade e direito das cr*ianças*: transições contemporâneas. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38 nº 1, p. 951-964. 2017.

MAUAD, A. M. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. v. 13, nº1, p. 133-174. São Paulo, 2005.

MITCHELL, W. J. T. O que as imagens querem?. In: ALLOA, E. (org) *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MOULIN, C. A construção do refugiado no pós-Guerra Fria: dilemas, complexidades e o papel do ACNUR. *Revista Carta Internacional*, v. 7 n. 9, p. 23-49. Belo Horizonte: ABRI, 2012.

MOULIN, C. Refugiados: entre a política do medo e da solidariedade. *Jornal Estadão Noite*. Reportagem publicada em: 03 de setembro de 2015.

NARODOWSKI, M. *Infância e poder*: A confrontação da pedagogia moderna. Tese de doutorado em educação. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. A construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica. *Revista LINHAS*, v. 9, nº 1, p. 04-18, Florianópolis: UDESC, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *ABC das Nações Unidas*. Rio de Janeiro, UNIC, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça*. Nova Iorque, 1945. Disponível em: https://nacoesunidas.org/docs/carta_da_onu.pdf. Acesso em: 12 mai. de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Crise de refugiados do Sudão do Sul deve se tornar a maior do mundo este ano, alerta ONU*. Nova Iorque, 2018b. Disponível em

https://nacoesunidas.org/crise-de-refugiados-do-sudao-do-sul-deve-se-tornar-a-maior-do-mundo-este-ano-alerta-onu/. Acesso em: set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *ONU:* 5 fatos sobre crianças refugiadas. Nova Iorque, 2018a. Disponível em: https://nacoesunidas.org/onu-5-fatos-sobre-criancas-refugiadas/. Acesso em: 12 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES. *Glosário sobre migración: derecho internacional sobre migración*. Genebra, 2006. Disponível em: https://publications.iom.int/es/books. Acesso em: 22 mar. 2020.

PORTO, M. B.; TORRES, S. *Literaturas Migrantes*. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

RECH, R. *(Bio)políticas educacionais e eugenia nos tempos do ministro Gustavo Capanema*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

SANTOS, A. L. C. Reterritorializando saberes sobre as mobilidades humanas contemporâneas. [in] JULIOS-CAMPUZANO, A. SANTOS, A. L. C. LUCAS, D. C. (orgs.) *Direitos Humanos, imigração e diversidade*: dilemas da vida em movimento na sociedade contemporânea. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2016.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, M. J. e PINTO, M. *As crianças, contextos e identidades.* Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997.

SCHONARTH, A. J. *O olhar fotográfico*: os princípios do *design* para a composição da fotografia. Curso de Design. Trabalho de Conclusão de Curso. Lajeado: UNIVATES, 2014.

SCHWENGBER, M. S. V. O uso das imagens como recurso metodológico. In: MEYER, D. E. PARAÍSO, M. A. (orgs.) *Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

SCUSSEL, B. D. *Os impactos do Refúgio para as crianças e adolescentes: a crise dos refugiados do século XXI*. Artigo de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas)- Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018

SEMIDÃO, R. A. M. *Dados, informação e conhecimento enquanto elementos de compreensão do universo conceitual da ciência da informação*: contribuições teóricas. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

SILVA E SILVA, T. M. G. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. *Revista Direito UNIFACS* – Debate Virtual, nº 201, Salvador: UNIFACS, 2017.

SILVA, M. D. Cartilha. In: *Endici – Enciclopédia discursiva da cidade*. Campinas: Unicamp, s.a.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: (org.) SILVA, T. T. *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

SMIT, J. W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: (org.) SMIT, J. W. *Análise documentária*: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987.

SONTAG. S. *Sobre a fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPONHOLZ, L. *O que é mesmo um fato?* Conceitos e suas conseqüências para o jornalismo. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 56-69, dez. 2009.

TORRINHA, F. *Dicionário português-latino*. Porto: Editorial Domingos Barreiras, s. n, 2ª ed., 2016.

WEBER, D. L. *Deslocamentos internacionais, educação e saúde global*: os discursos biopolíticos que produzem o sujeito migrante. (145 p.). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2070/1/Douglas%20Luis%20Weber.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença*: uma introdução teórica e conceitual. In: (org.) SILVA, T. T. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

ANEXOS



Fonte: Barreto (2010).



Fonte: ACNUR (2015).



Fonte: ACNUR (2016).



Fonte: ACNUR (2011).



Fonte: ACNUR (2012).



Fonte: ACNUR (2015).



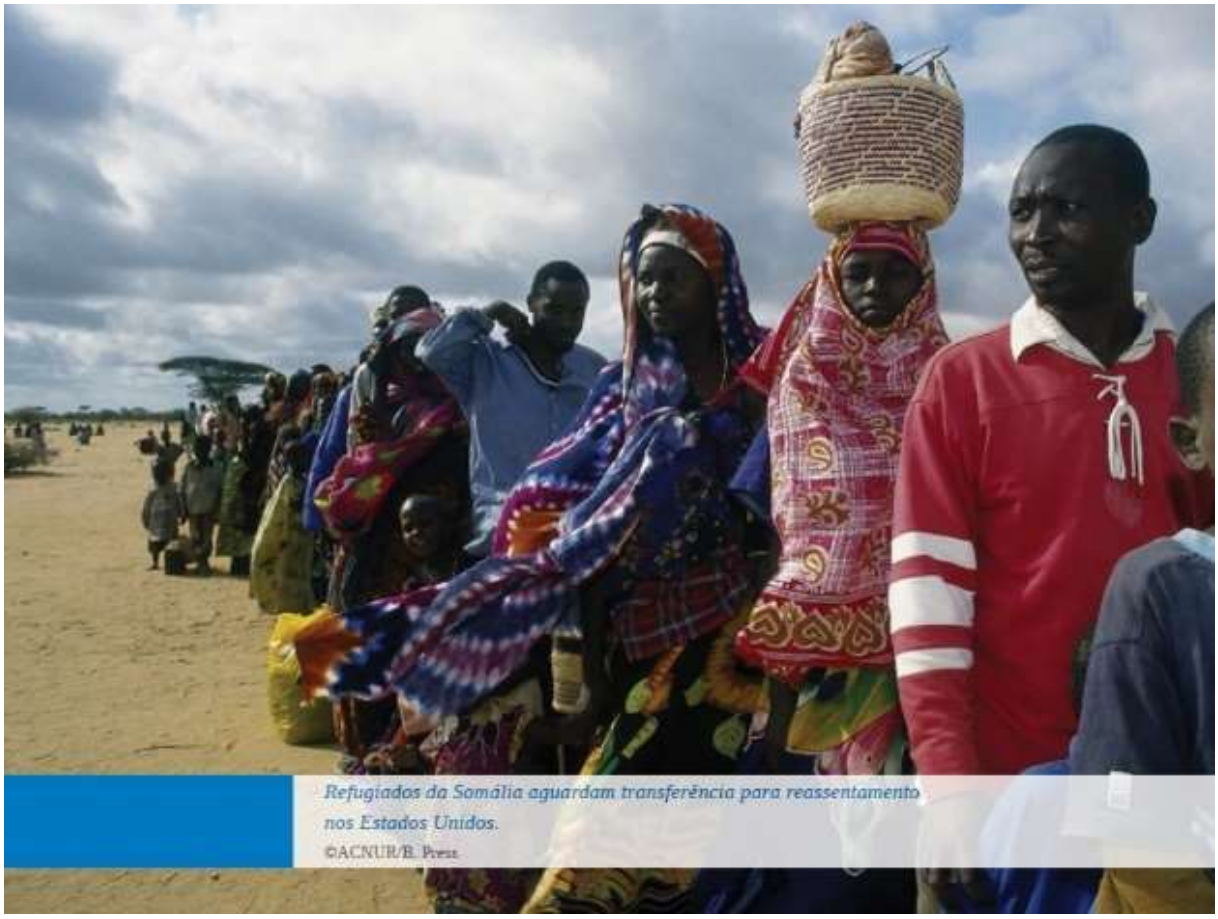
Fonte: Barreto (2010).



Fonte: ACNUR (2011).



Fonte: ACNUR (2012).



Fonte: ACNUR (2010).



Fonte: ACNUR (2015).



Fonte: Barreto (2010).



Fonte: Barreto (2010).



Foto capa. Deslocados internos em Soacha, Colômbia. ©ACNUR / Zalmai

Fonte: ACNUR (a/ab).



Fonte: ACNUR (S.A.b).



Fonte: Barreto (2010).



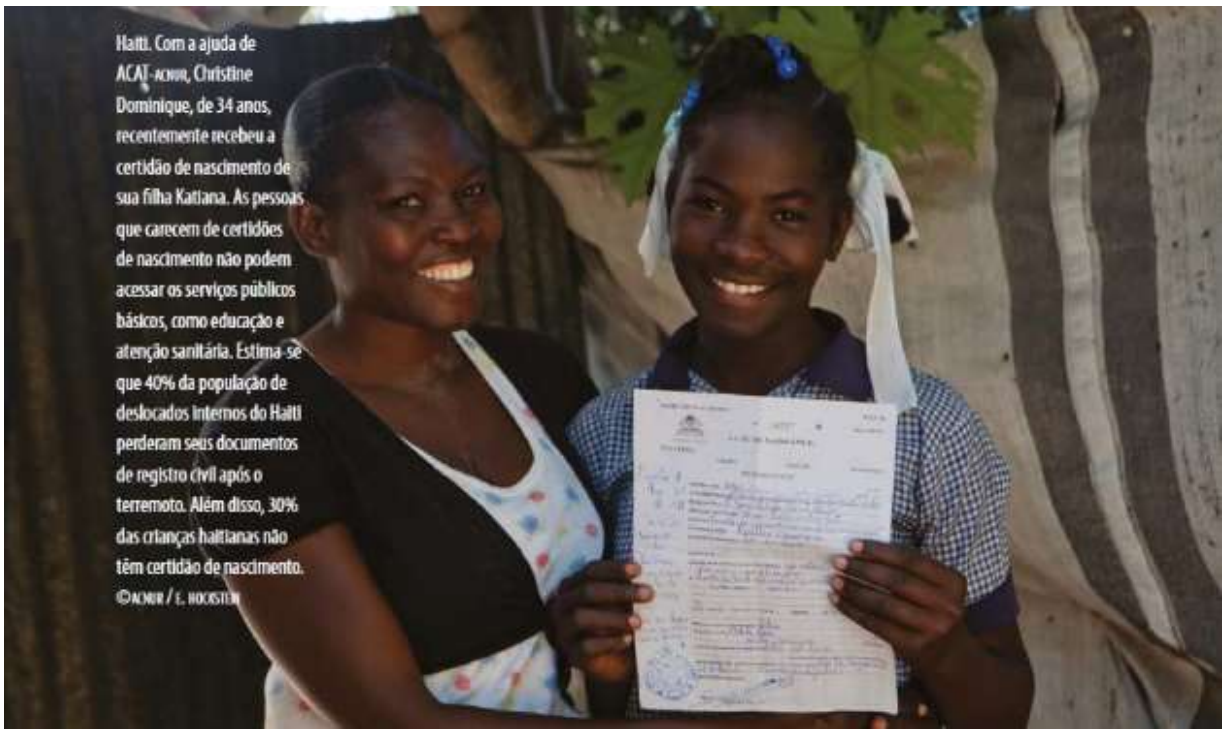
Fonte: ACNUR (S.A.b)



Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: ACNUR (S.A.b)



Fonte: ACNUR (S.A.b)



Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: ACNUR (2015)



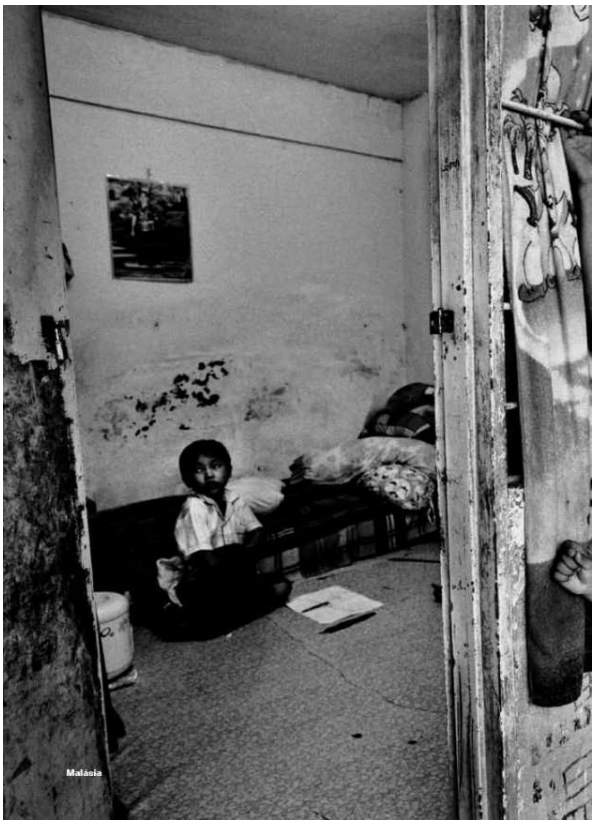
Fonte: Barreto (2010)



Fonte: Barreto (2010)



Fonte: ACNUR (2015)



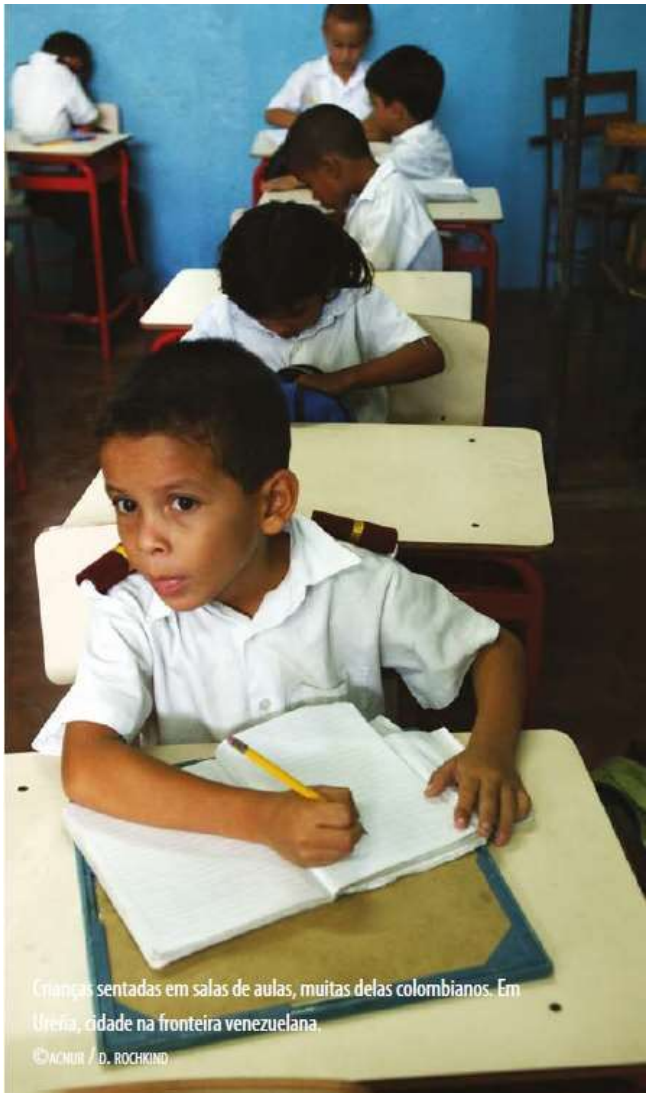
Fonte: Barreto (2010)



Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: ACNUR (2015)



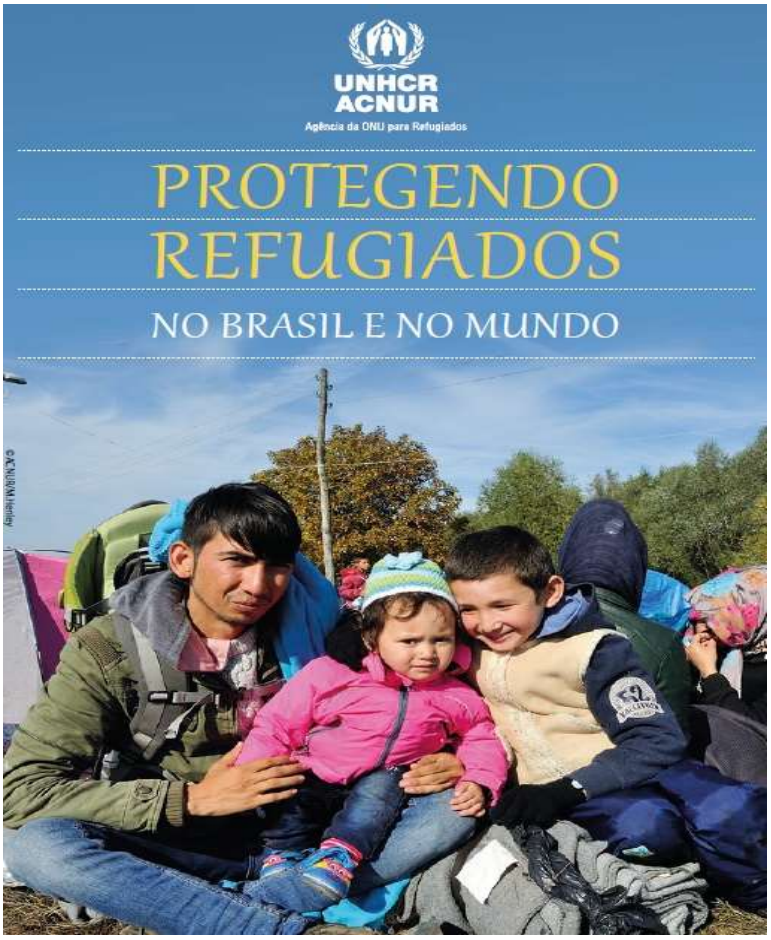
Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: ACNUR (2011)



Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: ACNUR (2016)



Fonte: Barreto (2010)



Fonte: ACNUR (2017)



Por meio de atividades sócio-pedagógicas que envolvem artes, expressões e atividades físicas, crianças refugiadas expressam seus sentimentos para superar as dificuldades psicossomáticas que enfrentaram.

Fonte: ACNUR (2017)



Avô e neto descansam em playground que foi transformado em abrigo para deslocados internos na cidade de Qudsaya, na Síria.

Fonte: ACNUR (2017)



Fonte: ACNUR (2010)



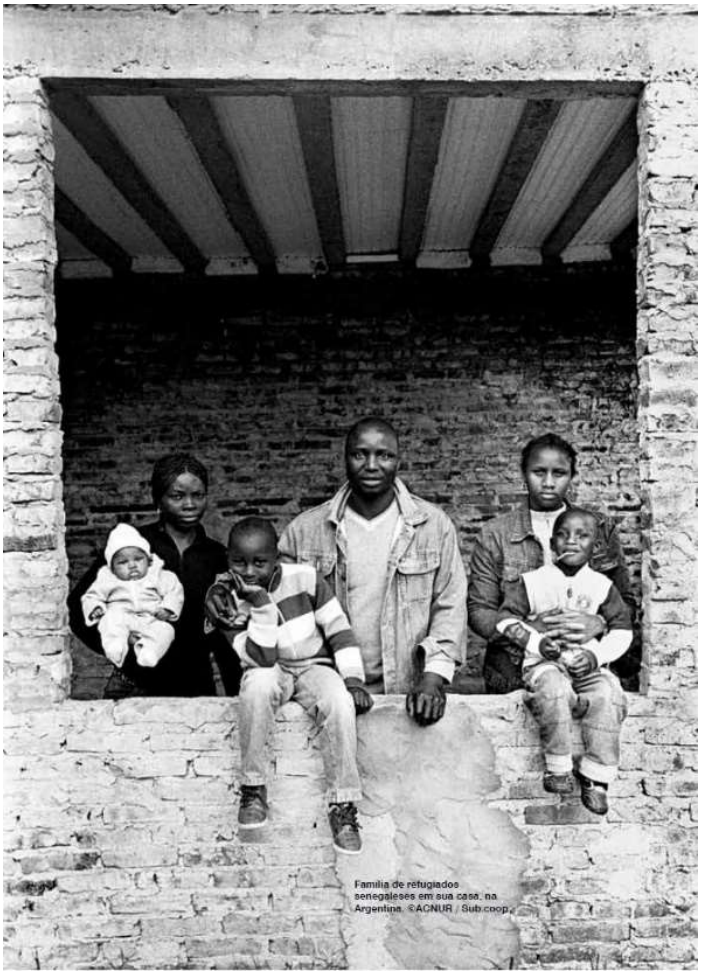
Fonte: ACNUR (2017)



Fonte: ACNUR (2016)



Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: ACNUR (2010)



Fonte: ACNUR (2010)



Fonte: Barreto (2010)



Fonte: ACNUR (s/ab)



Fonte: ACNUR (2017)



Fonte: ACNUR (2016)



Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: Barreto (2010)



Fonte: ACNUR (S.A.b)



Fonte: ACNUR (2016)



Fonte: ACNUR (s/ab)



Fonte: Barreto (2010)



Fonte: Barreto (2010)



Fonte: Barreto (2010)



©ACNUR/Antoine Tardy

Barreto (2010)



Em uma escola do Rio Grande do Norte, o filho de refugiados colombianos reassentados no estado descansa durante o intervalo da aula.
©ACNUR/J. Galvão

Fonte: ACNUR (2010)



Hanan Dacka, refugiada síria que vive no Brasil, interage com suas colegas de classe na escola onde estuda, em São Paulo.

Fonte: ACNUR (2017)



Palestinos são acolhidos em sua chegada ao Brasil, sob a proteção do ACNUR.

Fonte: ACNUR (2015)



Família refugiada síria se reúne para uma foto em sua casa, em São Paulo.

Fonte: Barreto (2010)



Criança refugiada colombiana faz seu auto-retrato durante atividade no Museu Diego Rivera em Coyocan, Cidade do México.
©ACNUR/G. Jiménez

Fonte: ACNUR (2010)



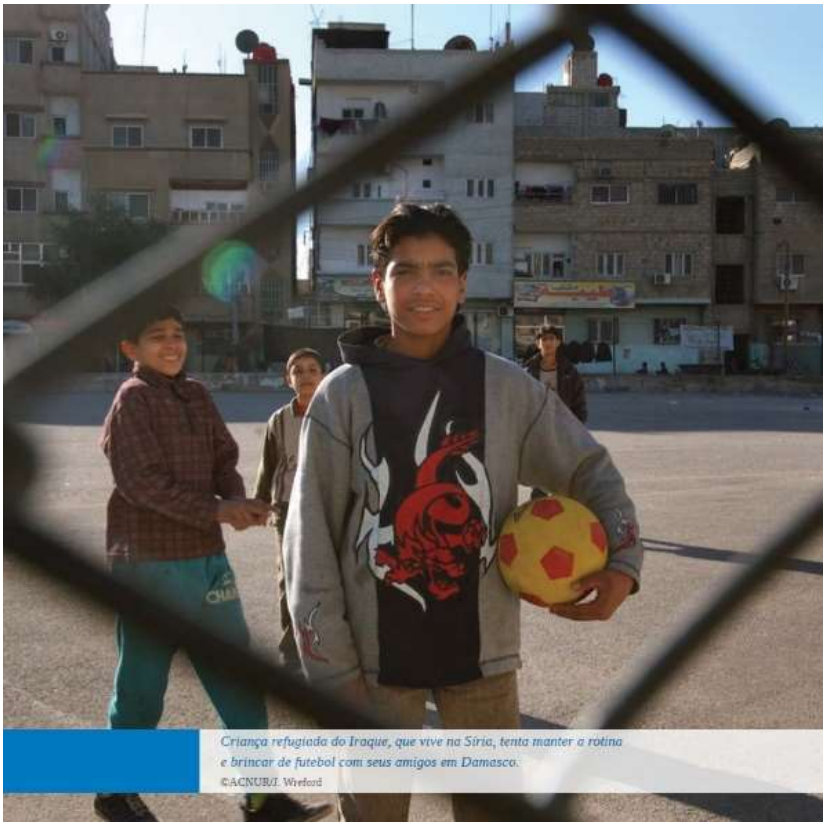
Família colombiana que participa de um projeto piloto de geração de renda no Equador. Gabriel, à direita, é ferreiro e produz pequenas cozinhas juntamente com um equatoriano.

Fonte: ACNUR (2017)



Crianças se distraem em Charri Puru, onde vivem famílias indígenas deslocadas na Colômbia. O ACNUR e seus parceiros acomodam populações e desenvolvem oportunidades de subsistência com trabalho artesanal.

Fonte: ACNUR (2016)



Fonte: ACNUR (2010)



Fonte: ACNUR (2015)



Fonte: Barreto (2010)



Fonte: ACNUR (S.A.b)



Fonte: Barreto (2010)



Fonte: ACNUR (2010)



Fonte: ACNUR (2015)